

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL

MARIA DA GUIA DA SILVA MONTEIRO

**O LEGADO HISTÓRICO DA ORGANIZAÇÃO POLÍTICA DO SERVIÇO SOCIAL
BRASILEIRO E SEUS DESAFIOS NA ATUALIDADE**

JOÃO PESSOA - PB
2020

MARIA DA GUIA DA SILVA MONTEIRO

**O LEGADO HISTÓRICO DA ORGANIZAÇÃO POLÍTICA DO SERVIÇO SOCIAL
BRASILEIRO E SEUS DESAFIOS NA ATUALIDADE**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social – PPGSS, da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), como requisito à obtenção do título de mestra em Serviço Social.

Orientador: Prof^o Dr. Jaldes Reis de Menezes.
Coorientadora: Prof^a Dr^a Luciana Batista Cantalice de Oliveira.

JOÃO PESSOA - PB
2020

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

M772l Monteiro, Maria da Guia da Silva.

O legado histórico da organização política do serviço social brasileiro e seus desafios na atualidade / Maria da Guia da Silva Monteiro. - João Pessoa, 2020.
163 f.

Orientação: Jaldes Reis de Menezes MENEZES.

Coorientação: Luciana Batista de Oliveira Cantalice CANTALICE.

Dissertação (Mestrado) - UFPB/CCHLA.

1. Organização política. 2. Serviço Social - Brasileiro. 3. Entidades representativas. I. MENEZES, Jaldes Reis de Menezes. II. CANTALICE, Luciana Batista de Oliveira Cantalice. III. Título.

UFPB/CCHLA

CDU 321(043)

MARIA DA GUIA DA SILVA MONTEIRO

**O LEGADO HISTÓRICO DA ORGANIZAÇÃO POLÍTICA DO SERVIÇO SOCIAL
BRASILEIRO E SEUS DESAFIOS NA ATUALIDADE**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social – PPGSS, da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), como requisito à obtenção do título de mestra em Serviço Social.

Orientador: Prof^o Dr. Jaldes Reis de Menezes.
Coorientadora: Prof^a Dr^a Luciana Batista Cantalice de Oliveira.

Aprovada em: __/__/____

Banca Examinadora



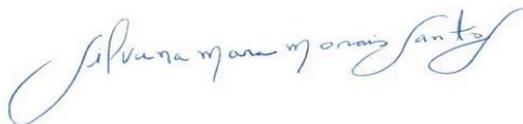
Jaldes Reis de Menezes

Orientador (PPGSS/UFPB)



Luciana Batista de Oliveira Cantalice

Coorientadora (Dep. Ser. Soc. /UFPB)



Silvana Mara de Moraes dos Santos

Membro externo (PPGSS/UFRN)



Sâmya Rodrigues Ramos

Membro externo (PPGSSDS/UERN)

DEDICATÓRIA

As páginas escritas até aqui, dedico a todas/os que historicamente construíram e continuam a construir a história do Serviço Social brasileiro, mediante empenho e compromisso ético-político, majoritariamente por mulheres estudantes e profissionais.

Ainda dedico esse trabalho aos meus pontos de luz aqui na terra, minha mãe, meu pai e minha querida irmã, que durante todo esse tempo longe e perto estiveram comigo, me apoiando e acreditando que eu poderia ir além de minhas dificuldades. A minha querida co-orientadora Luciana Batista, mais um ponto de luz na minha vida, sem ela este processo teria sido muito mais difícil.

Também dedico estas páginas as minhas queridas amigas companheiras de todos os momentos: Bruna Hávilla, Maria Carolina, Karina Bastos, Manuela Lima, Ana Karoline e Taiane, por tanto afeto e companheirismo. E em especial, Maria Carolina e sua família que durante esse período se tornaram pessoas fundamentais em minha vida.

“A história é um profeta com o olhar voltado para trás: pelo que foi e contra o que foi, anuncia o que será”.

- Eduardo Galeano -

AGRADECIMENTOS

O trabalho que tomou forma, parte do meu respeito e admiração pela profissão que escolhi para minha carreira profissional. Diante de tal admiração, bacharela neste curso, e futura mestra, assumo minha posição enquanto futura profissional, pretendendo me unir a essa categoria, que tanto lutou e continua a lutar por uma sociedade mais justa e igualitária. Não só por isso, mas por ter no horizonte a construção de um novo projeto societário que é contra toda forma de exploração e opressão.

Nesse momento meu coração se enche de gratidão e emoção, por perceber que estive durante essa caminhada rodeada de pessoas maravilhosas, cheias de luz e que contribuíram para que eu conseguisse chegar até aqui. Pessoas que construíram junto comigo pontes indestrutíveis.

Então, agradeço imensamente aos meus pais e minha irmã querida, que sempre estiveram presente na minha vida e em todos os momentos dessa caminhada, tanto de alegrias como de dificuldades. Quero dizer que sou muito grata e sortuda por ter vocês na minha vida.

Não poderia deixar de agradecer as minhas amigas/irmãs que me acolheram ao ter sido aprovada no mestrado em João Pessoa: Maria Carolina, Maryellen Bãdãrau, Patrícia Gomes e Ana Cláudia, pessoas as quais dividimos não apenas o mesmo teto, mas tudo aquilo que a vida e as circunstâncias nos colocam enquanto seres humanos. Vocês fizeram me ensinaram muito nesses anos de convivência, por isso guardarei vocês no meu coração para sempre.

Além das amigades e dos afetos de perto, agradeço de todo coração as minhas amigas e amigos de longe: Islaine Lima, Rafaela Ramos, Marlon Martins. A meus professores do ensino médio: Allan de Lima, Ivanildo Gonsalves, Rosilene (in memória) e da Universidade que sempre estiveram me incentivando e dizendo que eu era capaz como: Mauricelia Cordeira e Bernadete Almeida. A Jamerson Murilo, por ter me dado à oportunidade de ter a experiência do estágio docência em uma de suas disciplinas. A vocês, toda minha Gratidão por tudo!

Não poderia deixar de registrar meu carinho e gratidão às amigas e companheiras de turma, de lutas, eventos, produções, conversas, festinhas: Bruna Hávilla, Karina Bastos, Maria Carolina, Carmem, e Taine. Também, as minhas amigas da turma da graduação pela força e carinho: Manoela Lima e Ana Karoline.

Agradeço de modo todo especial a minha querida co-orientadora: Luciana Batista por tanto, não apenas na produção desse trabalho, mas em minha formação profissional, desde quando foi minha professora na graduação, membro da minha banca de TCC. Agradeço por

toda contribuição, carinho, leveza na condução das orientações, e principalmente por você ser uma pessoa tão comprometida com tudo que faz.

Ainda agradeço ao meu orientador, por ter sido uma pessoa leve, disponível e compreensivo nesse processo.

E por fim, agradeço imensamente as professoras queridas, que aceitaram compor a banca avaliadora dessa pesquisa, contribuindo significativamente para a qualidade desse estudo, tendo em vista, suas trajetória e produção na área, especialmente sobre a organização política do Serviço Social. Registro aqui meu carinho e admiração pelas pessoas e profissionais que vocês são, Silvana Mara de Moraes e Sâmia Rodrigues Ramos.

“Eu acredito, acredito sim que os nossos sonhos protegidos pelos lençóis da noite ao se abrirem um a um no varal de um novo tempo escorrem as nossas lágrimas fertilizando toda a terra onde negaras sementes resistem reamanhecendo esperanças em nós”.
- Conceição Evaristo -

RESUMO

A presente dissertação apresentou e discutiu como as entidades representativas da categoria de assistente social, especialmente ABEPSS, Conjunto CFESS/CRESS e ENESSO, vêm construindo, fortalecendo, mantendo e aprofundando a direção social estratégica do projeto Ético-Político profissional do Serviço Social brasileiro. Para esta análise, estabelecemos a primeira década dos anos 2000 (2010-2018) como recorte temporal, tendo em vista que esses anos compõem a década mais próxima da atualidade. Tivemos como fontes de dados da pesquisa, exclusivamente, os sites das seguintes entidades acima. Da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – ABEPSS, selecionamos o projeto ABEPSS Itinerante e o Plano de Luta em Defesa do Trabalho e Formação e Contra a Precarização do Ensino Superior, como também as Diretrizes Curriculares da ABEPSS e a Política Nacional de Estágio, documentos que foram publicados pela entidade, constituindo a base da política de formação profissional das/os assistentes sociais. Do Conselho Federal de Serviço Social elegemos como material de pesquisa os relatórios finais dos Encontros Nacionais, conforme o recorte temporal da pesquisa, como também, algumas Resoluções publicadas pelo CFESS que tinham aspectos diretos com a formação e o trabalho profissional das/os assistentes sociais. E da ENESSO, selecionamos os Cadernos de Deliberações dos Encontros Nacionais de Estudantes de Serviço Social- ENESSO, e algumas Cartilhas publicadas pela entidade sobre temas referentes ao processo de formação das/os estudantes de Serviço Social. Analisamos esse conjunto de dados de acordo com cada entidade representativa, evidenciado desses, sua articulação ou não com os princípios ético-políticos do projeto profissional, cotejando com a literatura que a profissão construiu historicamente, no que concerne ao seu atual projeto profissional. Concordamos com Netto (2009a), a partir do pensamento de Marx, que o papel do pesquisador/a na investigação, tendo ele que apreender as múltiplas determinações e mediações do fenômeno pesquisado, para analisar a sua dinâmica interna e funcionamento e perquirir a conexão que há entre eles. Portanto, nossa análise mostra que as entidades destacadas nessa pesquisa, são de suma importância para manutenção, aprofundamento e avanço da direção social estratégica do projeto ético-político do Serviço Social crítico, mesmo em conjunturas adversas aos seus fundamentos.

Palavras-chave: Organização Política. Entidades Representativas. Serviço Social. Projeto Ético-Político.

ABSTRACT

This dissertation presented and discussed as entities representing the social worker category, especially ABEPSS, CFESS / CRESS and ENESSO, preventing, strengthening, maintaining and deepening the strategic social direction of the professional Social-Political project of the Brazilian Social Service. For this analysis, we established the first decade of the 2000s (2010-2018) as a time frame, considering that these years make up the decade closest to the present. We had as sources of research data, exclusively, the websites of the following entities above. From the Brazilian Association of Teaching and Research in Social Work - ABEPSS, we selected the ABEPSS Itinerant project and the Plan of Fight in Defense of Work and Training and Against the Precariousness of Higher Education, as well as the ABEPSS Curricular Guidelines and the National Internship Policy, documents that were published by the entity, constituting the basis of the professional training policy of social workers. From the Federal Council of Social Work, we chose as research material the final reports of the National Meetings, according to the time frame of the research, as well as some Resolutions published by CFESS that had rights with the training and professional work of social workers. And from ENESSO, we selected the Notebooks of Deliberations of the National Social Service Students' Meetings - ENESSO, and some booklets published by the entity on topics related to the process of training Social Work students. We analyzed this data set according to each representative entity, evidenced, its articulation or not with the ethical-political principles of the professional project, comparing with the literature that the profession has historically built, with regard to its current professional project. We agree with Netto (2009a), based on Marx's thought, that the researcher's role in the investigation, having to apprehend as multiple determinations and mediations of the researched phenomenon, to analyze its internal dynamics and functioning and to investigate the connection that there is between them. Therefore, our analysis shows that the entities highlighted in this research, are of paramount importance for the maintenance, deepening and advancement of the strategic direction of the critical social service's ethical-political project, even in adverse circumstances to its fundamentals.

Keywords: Political Organization. Representative Entities. Social service. Ethical-Political Project.

LISTA DE SIGLAS

ABESS – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESCOLAS DE SERVIÇO SOCIAL
ABEPSS – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL
ABAS – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ASSISTENTES SOCIAIS
ANAS – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ASSISTENTE SOCIAL
ALAETS – ASSOCIAÇÃO LATINO AMERICANA DE ESCOLAS DE TRABALHO SOCIAL
ANEL – ASSEMBLEIA NACIONAL DE ESTUDANTES LIVRES
APAS – ASSOCIAÇÃO PROFISSIONAL DOS ASSISTENTES SOCIAIS
CFAS – CONSELHO FEDERAL DE ASSISTENTES SOCIAIS
CBAS – CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS
CELATS – CENTRO LATINO AMERICANO DE TRABALHO SOCIAL
CENEAS- COMISSÃO EXECUTIVA NACIONAL DE ENTIDADES SINDICAIS DE ASSISTENTES SOCIAIS
CFESS – CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL
CRESS – CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL
CRAS – CONSELHO REGIONAL DE ASSISTENTES SOCIAIS
CEAS – CENTRO DE ESTUDOS E AÇÃO SOCIAL
CEDEPSS – CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E PESQUISA EM POLÍTICAS SOCIAIS E SERVIÇO SOCIAL
CONLUTAS – COORDENAÇÃO NACIONAL DE LUTAS
CA – CENTRO ACADÊMICO
CLT – CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS DO TRABALHO
CUT – CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES
DCE – DIRETÓRIO CENTRAL DOS ESTUDANTES
DA – DIRETÓRIO ACADÊMICO
EAD – EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA
ENESSO – EXECUTIVA NACIONAL DE ESTUDANTES DE SERVIÇO SOCIAL
ENADE – EXAME NACIONAL DE DESEMPENHO DOS ESTUDANTES
ERESS – ENCONTRO REGIONAL DE ESTUDANTES DE SERVIÇO SOCIAL
ENESS – ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDANTES DE SERVIÇO SOCIAL
ENPSS – ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORAS/OS EM SERVIÇO SOCIAL

FHC – FERNANDO HENRIQUE CARDOSO

LGBT – LÉSBICAS, GAYS, BISEXUAIS, TRAVESTIS, TRANSEXUAIS E
TRANSGÊNEROS

MST – MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA

MEC – MINISTÈRIO DA EDUCAÇÃO

ME – MOVIMENTO ESTUDANTIL

MESS – MOVIMENTO ESTUDANTIL DE SERVIÇO SOCIAL

NME – NOVA MATRIZ ECONÔMICA

PT – PARTIDO DOS TRABALHADORES

PSL – PARTIDO SOCIAL LIBERAL

PNE – POLÍTICA NACIONAL DE ESTÁGIO

SESSUNE – SUBSECRETÁRIA DE ESTUDANTES DE SERVIÇO SOCIAL NA UNIÃO
NACIONAL DOS ESTUDANTES

SINAES – SISTEMA NACIONAL DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

UFA – UNIDADE DE FORMAÇÃO

UCISS – UNIÃO CATÓLICA INTERNACIONAL DE SERVIÇO SOCIAL

UNE – UNIÃO NACIONAL DOS ESTUDANTES

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
CAPÍTULO 1 - A PROCESSUALIDADE HISTÓRICA DA ORGANIZAÇÃO POLÍTICA DO SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO NO INTERIOR DA LUTA DE CLASSES	18
1.1 ASPECTOS GERAIS SOBRE POLÍTICA E ORGANIZAÇÃO DAS CLASSES: determinações socio-históricas para a apreensão da organização política dos/as assistentes sociais.....	18
1.1.1 O LEGADO HISTÓRICO DO SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL	30
1.1.2 O PROCESSO DE INSTITUCIONALIZAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL E AS PRIMEIRAS ENTIDADES DA CATEGORIA	39
CAPÍTULO 2 - A RENOVAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO E A PERSPECTIVA DO PROJETO ÉTICO-POLÍTICO PROFISSIONAL.....	44
1.2 O MOVIMENTO DE RECONCEITUAÇÃO NA AMÉRICA LATINA E OS LIMITES DESSE MOVIMENTO NO SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO	44
1.2.1 O PROTAGONISMO DO CONJUNTO DAS ENTIDADES REPRESENTATIVAS DO SERVIÇO SOCIAL: formulação dos novos aportes teóricos, éticos e técnicos da profissão	51
1.2.2 A DÉCADA DE NOVENTA E AS INCIDÊNCIAS DAS TRANSFORMAÇÕES SOCIETÁRIAS NO SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO .	58
CAPÍTULO 3 - O RECRUDESCIMENTO NEOLIBERAL E SUAS INCIDÊNCIAS NA LUTA DE CLASSE: mediações com o serviço social e as estratégias de enfrentamento das entidades da categoria	67
3.1.1 A ESTRATÉGIA DA CONCILIAÇÃO DE CLASSES E AS CONDIÇÕES HISTÓRICAS DA ORGANIZAÇÃO POLÍTICA DA CLASSE TRABALHADORA: mediações com a materialidade do projeto ético político profissional	67
3.1.2 O RECRUDESCIMENTO DO NEOLIBERALISMO E A LUTA DE CLASSES NO BRASIL	73
3.1.3 A ATUAÇÃO DAS ENTIDADES DO SERVIÇO SOCIAL FRENTE AOS DESAFIOS POSTOS NA ATUALIDADE: as lutas sociais, manutenção/ampliação da atual direção social e estratégica da profissão	79

CONCLUSÕES.....	155
REFERÊNCIAS	159

INTRODUÇÃO

O presente trabalho trata-se de uma dissertação de mestrado acadêmico, resultante de uma pesquisa que teve como objetivo apreender na processualidade histórica da profissão a construção, consolidação e fortalecimento da atual direção social, nos termos do projeto ético-político profissional, considerando a intermediação das entidades representativas da profissão. Para isso, desenvolvemos de uma pesquisa de cunho bibliográfica e documental, em que teve como fontes de dados para a pesquisa os sites das entidades representativas do Serviço Social ABEPSS, CFESS e ENESSO.

O interesse em desenvolver essa pesquisa partiu desde a graduação, por meio de minhas participações em eventos da categoria como: (CBAS, ENPESS, atividades do CRESS e do Movimento estudantil de Serviço Social, especialmente na Paraíba, por residir na cidade de João Pessoa). Desse modo, percebi a importância das entidades representativas da profissão: ABEPSS, CFESS/CRESS e ENESSO, e a articulação dessas com outros movimentos sociais de esquerda, na luta e resistência para o fortalecimento da perspectiva crítica do Serviço Social, o que notadamente era enfatizado nesses espaços.

Assim, em 2017 desenvolvi o trabalho de conclusão de curso com o tema: SERVIÇO SOCIAL E LUTA DE CLASSES: contribuições das entidades organizativas da profissão junto às lutas da classe trabalhadora, tendo como questão norteadora, evidenciar como se configurou a aproximação do Serviço Social com os movimentos sociais e, como tal vinculação contribuiu para o processo político-organizativo da profissão. Para isso, foi realizada uma pesquisa bibliográfica e documental, tendo como fonte de pesquisa as publicações (Informativos, Manifestos e Documentos) das entidades: ABEPSS, CFESS/CRESS e ENESSO no recorte temporal de (2004-2017) para mostrarmos por meio dos temas desses materiais, o posicionamento crítico e político das entidades representativas da profissão, frente às ofensivas neoliberais sobre a profissão e a classe trabalhadora.

Portanto, foi nesse sentido que construímos a questão norteadora que conduziu esta pesquisa, na perspectiva de evidenciar tanto a importância, quanto a necessidade de defendermos e construirmos os espaços das entidades da categoria profissional, enquanto espaços de disputa de projetos profissionais, notadamente no cenário atual de recrudescimento neoliberal, que para não perdemos conquistas históricas, é preciso lutar e resistir frente a esse projeto, e somarmos força junto aos movimentos sociais de esquerda no horizonte de construímos outro projeto societário.

Nesse sentido, é primordial entendermos que o Serviço Social é parte e resultado do processo das relações sociais, estabelecidas no sistema vigente. Este se encontra num contexto amplo do processo histórico que vem configurando as formas dos indivíduos se relacionarem na sociabilidade do capital. Assim, as conjunturas sócio-políticas, nacional e internacional, que marcaram o final do século XX e início do século XXI são emblemáticas no processo de produção e reprodução das relações sociais no sistema capitalista. A crise que assola esse modo de produção desde os anos 1970, resignifica-se sob o processo da reestruturação produtiva, incidindo diretamente sobre as relações sociais, culturais, políticas e econômicas dos países de capitalismo periférico, notadamente, o Brasil.

Com base nos impactos constitutivos da crise do capital, a exemplo do processo da flexibilização na esfera do mundo do trabalho, de privatização do patrimônio público, de desregulamentação de direitos, dos cortes nos financiamentos das políticas sociais no âmbito do Estado e do avanço do neoconservadorismo, nos termos do neoliberalismo, afirma-se para o Serviço Social brasileiro um cenário adverso, ao que foi construído entre fins da década de setenta e durante a década de oitenta do século XX, no âmbito da emancipação política da classe trabalhadora e, que mediaram novos rumos para profissão na sociedade brasileira.

Esse cenário, segundo Netto (1996), tenciona a direção social estratégica do projeto profissional, o qual durante as décadas de 1980 e 1990 foi construído e consolidado enquanto hegemônico no interior do Serviço Social. O autor afirma que esse processo histórico, de incidências neoliberais, inscreve confrontos e desafios ao Serviço Social crítico: a ameaça à direção social estratégica do atual projeto ético-político, a matriz teórica que orienta a profissão (a tradição marxista), como também fragiliza a articulação política das/os trabalhadoras/as, que iniciaram um processo de descenso de sua organização ainda na década de 1990.

Contudo, mesmo em tempos considerados nefastos para a organização política do conjunto de trabalhadoras/as, a resistência e a construção de estratégias coletivas ainda continuam sendo instrumentos de enfrentamento às amarras e ditames do modo de produção vigente. Assim, partimos do pressuposto de que são as expressões da categoria organizada politicamente e em articulação com as lutas sociais mais gerais das/os trabalhadoras/as, que vêm construindo, fortalecendo, mantendo e aprofundando a materialização do projeto ético-político do Serviço Social brasileiro crítico.

Nessa perspectiva, tomamos como objetivo geral do presente trabalho, apreender na processualidade histórica da profissão a construção, consolidação e fortalecimento da atual direção social, nos termos do projeto ético-político profissional, considerando a intermediação das entidades representativas da profissão. Em termos de objetivos específicos elencamos: resgatar as particularidades sócio-históricas da sociedade brasileira e suas mediações com a

trajetória da profissão; analisar o processo histórico da organização política do Serviço Social no Brasil; e identificar como a organização política da categoria vem resistindo, frente às ofensivas neoliberais na atualidade brasileira, por meio das contribuições das entidades representativas do Serviço Social brasileiro – o Conjunto dos Conselhos Federal e Regionais de Serviço Social – CFESS/CRESS, a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – ABEPSS, e a Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social – ENESSO.

Para tanto, estabelecemos como fontes de dados, os sites das entidades acima, de onde selecionamos como materiais de pesquisa: CFESS - os relatórios finais dos Encontros Nacionais e as Resoluções que tinham aspectos diretos com a formação e o trabalho profissional das/os assistentes sociais; da ABEPSS - os documentos que orientam a formação profissional: Diretrizes Curriculares da BEPSS, Política Nacional de Estágio, o Projeto ABEPSS Itinerante e o Plano de Lutas em Defesa do Trabalho e da Formação e Contra a precarização do Ensino Superior; e da ENESSO - os Cadernos Deliberativos dos Encontros Nacionais de Estudantes de Serviço Social/ENESS e algumas Cartilhas publicadas pela entidade, no lapso temporal delimitado pela pesquisa que somavam no processo da formação profissional.

Justificamos tal escolha desse material, em virtude de neles estarem sistematizados os resultados/deliberações de amplos debates de espaços coletivos envolvendo a categoria e, por imprimirem, suponhamos, as diretrizes, princípios e orientações no que se refere à direção para profissão, nos termos do atual projeto ético-político profissional.

Essa pesquisa se caracterizou por ter como método de análise o materialismo histórico dialético, destacando-se as suas principais categorias de análise: totalidade, contradição e mediação. A relação entre essas categorias possibilitou tanto uma apreensão ampla das relações sociais no modo de produção capitalista, como nos ofereceu condições de apreender o significado social que a profissão adquiriu nesta sociabilidade. Nessa direção, ressaltamos conforme Behring (2008), que “[...] enquanto houver capitalismo, permanece atuais o legado teórico-metodológico e as descobertas marxianas [...]” (2008, p. 32).

Enquanto aspectos estruturais, a pesquisa se expressou como sendo do tipo documental e bibliográfica, com uma abordagem qualitativa, a qual segundo Minayo (2009) é muito mais do que opiniões e informações, ela buscou compreender uma realidade para construir bases explicativas numa outra mais recente, evidenciando o movimento da história.

Teve como recorte temporal os anos entre 2010-2018, por ser a década mais próxima da atualidade, com cenários contundentes à profissão. Buscamos analisar o que foi construído pelas entidades nesse lapso de tempo, analisando os dados coletados, a partir da relação entre

os dados coletados e o que a profissão construiu historicamente no sentido de reafirmar a sua direção social e estratégica.

Concordamos com Netto (2009a), a partir do pensamento de Marx, que o papel do pesquisador/a na investigação, consiste em apreender as múltiplas determinações e mediações do fenômeno pesquisado, para analisar a sua dinâmica interna e funcionamento e perquirir a conexão que há entre eles. No caso em tela, analisamos a relação entre o protagonismo das entidades representativas e construção da concepção teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa que norteiam a organização política da categoria, a formação e o trabalho profissional dos/as assistentes sociais.

Considerando o protagonismo das entidades representativas do Serviço Social na construção e consolidação histórica do projeto ético-político profissional, tivemos como questão norteadora da pesquisa: quais as estratégias de resistência e enfrentamento que vem sendo construídas pelas entidades representativas da profissão em defesa da organização política da categoria e para a materialização de sua atual direção social e estratégica frente ao recrudescimento das investidas neoliberais na atualidade?

Nesse sentido, é importante destacar que as entidades da profissão aqui analisadas, ao construírem os espaços coletivos de discussões e de construção de estratégias políticas para profissão, contribuíram significativamente, como afirma Ramos (2005), para manutenção e aprofundamento desse projeto ético-político profissional, o qual cotidianamente depende da organização da categoria e também do revigoramento do movimento democrático e popular.

Essas condições se colocam como desafiadoras no atual cenário sócio-político brasileiro, pois exige da categoria a capacidade de organização coletiva, que possibilite massificação e articulação com as demais expressões organizativas da sociedade civil, num processo de construção de estratégias coletivas frente às ofensivas neoliberais sobre as condições de vida e trabalho do conjunto de trabalhadores/as.

Então, ao ter materialidade, essa pesquisa vai contribuir para mostrar a importância que as entidades representativas da profissão têm para o desenvolvimento e resistência da perspectiva crítica do Serviço Social, em tempos considerados adversos para a materialização do seu Projeto Ético-político, diante de um contexto de avanço do conservadorismo/neoconservadorismo na sociedade e na profissão.

A presente dissertação se estruturou em três capítulos, no primeiro trazemos em termos gerais alguns aspectos da compreensão sobre concepção de política e organização política das classes a partir da tradição social marxista, partindo das análises e interpretações do pensamento de Antônio Gramsci (1891-1937). Ademais, fizemos um resgate histórico do Serviço Social brasileiro, apresentando suas particularidades, isto é, as determinações históricas

da formação social brasileira e suas mediações com o desenvolvimento da profissão no país. Além disso, identificamos e sistematizamos desde as primeiras expressões organizativas da profissão até o momento, sobretudo, destacando o contexto do “Congresso da Virada”, tendo em vista as significativas mudanças nos perfis das entidades e da profissão a partir desse tempo histórico.

No que se refere ao segundo capítulo, fizemos uma análise histórica da profissão durante a transição do Serviço Social Tradicional para a intenção de ruptura, destacando o protagonismo das entidades representativas da categoria, como também apontamos aspectos decorrentes da política neoliberal a partir de suas incidências na sociedade brasileira, no decorrer da década de noventa no Brasil e seus impactos para profissão.

Com relação ao terceiro capítulo, identificamos elementos constitutivos do projeto neoliberal sobre a sociedade brasileira e seus impactos sobre a classe trabalhadora, os direitos sociais e conseqüentemente sobre a direção social estratégica do projeto ético-político do Serviço Social. Além disso, apresentamos à análise dos dados da pesquisa, com o que a categoria construiu historicamente pós-ruptura com o Serviço Social Tradicional, e com a atuação do conjunto CFESS/CRESS, ABEPSS e ENESSO no sentido de identificarmos: como as entidades representativas da profissão vêm inscrevendo sua atuação frente às ofensivas neoliberais no interior do Serviço Social, por meio das estratégias construídas nos espaços coletivos da categoria pela mediação do protagonismo da luta e resistência das entidades representativas junto às lutas mais gerais da classe trabalhadora.

CAPÍTULO 1 - A PROCESSUALIDADE HISTÓRICA DA ORGANIZAÇÃO POLÍTICA DO SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO NO INTERIOR DA LUTA DE CLASSES

No presente capítulo discutimos a concepção de política e organização política das classes a partir da tradição social marxista, partindo do entendimento e interpretação do pensamento de Antônio Gramsci (1891-1937). Este, em suas análises teóricas evidencia como os elementos políticos e sociais constituem a estrutura e superestrutura do bloco histórico, isto é, a direção ídeo-política de uma classe social que se torna hegemônica sobre a outra, formando um complexo de relações que se colocam num movimento de hegemonia e contra hegemonia na sociabilidade burguesa.

1.1 ASPECTOS GERAIS SOBRE POLÍTICA E ORGANIZAÇÃO DAS CLASSES: determinações socio-históricas para a apreensão da organização política dos/as assistentes sociais

Resgatando da processualidade histórica do Serviço Social as direções políticas que orientaram as dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa da profissão desde a década de trinta do século XX até a atualidade, procuramos identificar na transição do Serviço Social Tradicional para a direção crítica hegemônica, as particularidades da formação socio-histórica do Brasil, as quais incidiram significativamente sobre esse processo.

Logo, este estudo partiu das principais categorias que estruturam o método do materialismo histórico dialético: totalidade, contradição e mediação, uma vez que, por meio delas apreendemos o movimento complexo de nosso objeto de estudo em sua totalidade, e, em especial, destacando suas particularidades na realidade social brasileira.

Assim sendo, tomamos o Serviço Social em sua totalidade, compreendendo conforme Iamamoto e Carvalho (2013), que essa profissão tem um significado social na sociabilidade do capital, visto que é expressão e resultado da reprodução das relações sociais entre as classes e do relacionamento contraditório entre elas e o Estado. Nessa direção, afirmamos que o Serviço Social se insere na divisão social e técnica do trabalho, como especialização do trabalho coletivo, e, portanto, se firma como expressão das relações sociais no processo de produção e reprodução social, na sociabilidade capitalista.

Acrescentamos ainda que, sua organização política enquanto uma das dimensões de seu projeto profissional incide significativamente para formação de determinado perfil profissional dos/as assistentes sociais, que, por sua vez, retroalimentaram os princípios, valores e objetivos defendidos como direção social e estratégica dessa profissão.

Enfatizamos, de acordo com Iamamoto e Carvalho (2013), que esse processo de produção e reprodução das relações sociais:

Não se trata apenas de reprodução material no seu sentido amplo, englobando produção, consumo, distribuição e troca de mercadorias. Refere-se à reprodução das forças produtivas e das relações de produção na sua globalidade, envolvendo, também, a reprodução da produção espiritual, isto é, das formas de consciência social: jurídica, religiosas, artísticas ou filosóficas, através das quais se toma consciência das mudanças ocorridas nas condições materiais de produção (IAMAMOTO; CARVALHO, 2013, p.78).

Dessa maneira, a direção que norteia à apreensão da realidade pelo/a assistente social, impacta consideravelmente no modo de atender e intervir nas demandas que chegam aos mais diversos espaços institucionais.

Então, tivemos como recorte teórico-metodológico acerca do processo de construção da organização política da categoria, junto à conformação das entidades representativas da profissão, a processualidade de construção, consolidação e fortalecimento da atual direção social e estratégica do Serviço Social crítico. Para tanto, sendo necessário mergulharmos na produção do conhecimento consolidada de acordo com a tradição marxista, e pelos intelectuais dessa profissão na trajetória de suas entidades.

No primeiro momento foi indispensável entendermos o legado histórico da organização política do Serviço Social, compreendendo que a mesma estruturou-se sobre diversas concepções políticas. Apontando assim, que perspectiva política direcionou nossa análise ao longo da trajetória histórica da profissão e, as inúmeras perspectivas políticas que conduziram o desenvolvimento do Serviço Social no Brasil.

Nesse sentido, também foi de suma importância dialogar com as análises e contribuições de Iamamoto e Carvalho, por meio da obra *Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica* (2013) e Paulo Netto *Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-1968* (2011), as quais imprimiram uma nova perspectiva de análise da profissão, na direção que se sustentou no aporte à teoria social crítica, distinguindo-se da direção até então hegemônica das análises do Serviço Social Tradicional, de matriz conservadora.

Considerando o Serviço Social parte constitutiva da sociabilidade capitalista e resultado do processo de correlação de forças entre as classes sociais, este encontra seu sentido e inteligibilidade no processo de (re) produção das relações sociais.

Ao longo da história da profissão, seu contato com as demandas da classe trabalhadora e as particularidades das transformações societárias, no que concerne a luta de classes, possibilitou a categoria profissional ultrapassar a condição de apenas executar atividades pragmáticas, e refletir sobre as diversas dimensões que compõem o Serviço Social, a exemplo da dimensão ético-política.

Assim, captar essas particularidades sob a perspectiva da totalidade histórica é entender que as lutas mais gerais da classe trabalhadora impulsionam e fortalecem a construção da sociabilidade para além do capital (socialismo), como também a atual direção social estratégica que norteia o atual projeto ético-político da profissão, a qual comunga do mesmo princípio.

Nessa direção partimos do entendimento de Coutinho (1992) acerca da afirmação de Gramsci sobre sua tendência em ver todas as esferas do ser social sob a perspectiva da política, isto é, ‘tudo é política’. Dessa maneira, as relações sociais que se estabelecem na sociedade burguesa são imbuídas pela perspectiva da política, seja ela em sua concepção ampla ou restrita¹.

Logo, o Serviço Social enquanto resultante das relações sociais se vincula notadamente aos interesses de classes. Todavia, ao considerarmos o marco de ruptura do Serviço Social tradicional, o relevante “Congresso da virada”, a direção social da profissão vinculou-se aos interesses da classe trabalhadora, o que foi exigido da categoria a construção de um novo projeto profissional comprometido com tais interesses.

O direcionamento político desse novo projeto profissional hegemônico até hoje na profissão, foi forjado na luta de classes no Brasil entre os anos setenta e oitenta do século XX, “[...] num conjunto variado de lutas, movimentos e organizações dos trabalhadores no campo da sociedade civil a partir dos finais da década de 1970” (DURIGUETTO, 2014, p. 183-184). O que se colocou em todo o momento da história fundamental a articulação do Serviço Social com as lutas da classe trabalhadora, para continuar garantindo à direção social estratégica do projeto ético-político da profissão, como também da teórica social crítica marxista, a qual viabilizou a intenção de se romper com o conservadorismo na profissão, e avançar no processo do entendimento do significado social do Serviço Social na luta de classes.

¹ Segundo Coutinho (1992) em Gramsci, a política em sua acepção ampla [...] identifica-se praticamente com a liberdade, com universalidade, com toda forma de práxis que supera a mera recepção passiva ou manipulação de dados imediatos (passividade e manipulação que caracterizam boa parte da práxis técnico-econômica e da práxis cotidiana em geral) e se orienta conscientemente para a totalidade das relações subjetiva ... em sua acepção restrita aparece em Gramsci em seu sentido habitual, isto é, como o conjunto de práticas e de objetivações que se referem diretamente ao Estado, às relações de poder entre governantes e governados. (COUTINHO, 1992, p. 52-53).

Nesse sentido, Abramides; Duriguetto (2014) afirmam que há uma relação necessária entre Movimentos Sociais e Serviço Social, ação profissional e lutas coletivas da classe trabalhadora, que é fundamental para manter, aprofundar e avançar com os princípios pautados nos aportes normativos² que legitimam a direção crítica da profissão no Brasil, a exemplo do projeto ético-político do Serviço Social, que conforme Netto (2009),

[...] se posiciona a favor da *equidade* e da *justiça social*, na perspectiva da *universalização* do acesso a bens e a serviços relativos às políticas e programas sociais; a *ampliação* e a *consolidação da cidadania* são explicitamente postas como *garantia dos direitos civis, políticos e sociais das classes trabalhadoras*. Correspondentemente o projeto se declara radicalmente *democrático* – considerada a *democratização como socialização da participação política e socialização da riqueza socialmente produzida* (NETTO, 2009, p. 155 grifos do autor).

Para seguirmos enquanto categoria profissional defendendo e fortalecendo tais princípios, é necessário que haja uma relação intrínseca entre a profissão junto às lutas político-organizativas da classe trabalhadora na construção da direção social que aglutine os interesses do conjunto de trabalhadores/as no horizonte do socialismo, sociabilidade livre de qualquer tipo de exploração e opressão.

Portanto, entender as relações sociais que se estabelecem na sociabilidade capitalista é decifrar o funcionamento e a organização das classes (proletária; burguesa), as quais se desenvolvem no processo de correlação de forças no cotidiano da produção e reprodução da vida social.

Para assimilarmos esse processo, utilizaremos a interpretação do pensamento gramsciano sobre essa dinâmica, com o objetivo de apontarmos as bases nas quais as relações sociais estão subjugadas no modo de produção capitalista, e assim entender a relação entre o Serviço Social, especificamente, a atuação de suas entidades representativas na contracorrente do avanço do projeto neoliberal, e as lutas sociais mais gerais da classe trabalhadora.

Nesse sentido, é importante entender o significado que adquirem algumas categorias que fundamentam o pensamento do italiano Antônio Gramsci como: bloco histórico; estrutura; superestrutura; sociedade civil; sociedade política; ideologia e hegemonia. É apreendendo as possíveis mediações por meio de tais categorias que faremos a análise do atual momento

² [...] Lei que Regulamenta a Profissão (1993) que determina como competência do assistente social ‘prestar assessoria e apoio aos movimentos sociais em matéria relacionada às políticas sociais, no exercício e na defesa dos direitos civis, políticos e sociais da coletividade’ (art. 4º, parágrafo IX) e no Código de Ética (1993), que afirma como direito do profissional ‘apoiar ou participar dos movimentos sociais e organização populares vinculados à luta pela consolidação e ampliação da democracia e dos direitos da cidadania’ (art. 12, linha *b*) e ‘respeitar a autonomia dos movimentos populares e das organizações das classes trabalhadoras’ (art. 13, linha *c*) (ABRAMIDES; DURIGUETTO, 2014, p. 188).

histórico³ sob uma perspectiva crítica, para que a categoria profissional, notadamente suas entidades representativas possam fomentar e desenvolver estratégias frente aos ataques do projeto neoliberal que reverberam sobre o atual projeto profissional do Serviço Social.

No que se refere aos projetos societários e projetos profissionais, vale ressaltar de acordo com Netto (1999) que ambos não podem ser confundidos, pois mesmo que haja uma sintonia entre projeto societário hegemônico e projeto hegemônico numa determinada categoria profissional, podem ocorrer situações de confronto entre eles. Assim, é possível que em determinado contexto histórico esses projetos estejam articulados entre si, ou estejam disputando a direção sócio-política de uma sociedade e das profissões.

A construção dessas estratégias dependeu e continua dependendo de um arcabouço teórico, político e prático no Serviço Social, cujo ponto de partida se expressa na articulação heurística da categoria “política”, pois é sob suas mediações que se espraia a organização política e o resultado da correlação de forças das classes sociais com as quais a profissão se defronta. Nessa direção, “política” para Gramsci conforme Coutinho (1992) seria o momento da *catarse*⁴ “[...] processo pelo qual uma classe supera seus interesses econômico-corporativos imediatos e se eleva a uma dimensão universal, ‘capaz de gerar novas iniciativas’” (COUTINHO, 1992, p. 53). Por meio desse processo a classe trabalhadora apreendia sua identidade enquanto classe em si e para si, e ao elevar seu nível de consciência e reconhecer a sua tarefa histórica, passaria a construir a sociedade alternativa a do capital. Porém, ainda conforme o autor acima, se uma classe social é incapaz de realizar a *catarse*, a mesma não pode representar os interesses hegemônicos na sociedade.

Isso implica que os sujeitos enquanto seres políticos tem a capacidade e a tarefa de avançar em suas relações políticas na sociedade, pois segundo o materialismo histórico e dialético a história encontra-se em movimento constante, e sendo assim, a vida social também.

Sobre isso, Coutinho (1992) evidencia que é na dinâmica das relações político-sociais que se encontram as condições que possibilitam à construção de uma nova ordem político-social, que conduz à emancipação a classe trabalhadora, implicando-a como classe dirigente.

No entanto, Coutinho (1992) ao estudar o pensamento político de Gramsci, afirma que para esse fim é imprescindível que a classe trabalhadora realize a *catarse* – momento da

³ Estamos fazendo referência aos anos 1990, considerando que o projeto neoliberal começa a fincar raízes na sociedade brasileira por meio da política do governo FHC, mas também, ao reconto temporal da pesquisa, a primeira década do século XXI- (2010-2018).

⁴ Gramsci indica ser a passagem do momento meramente econômico (ou egoístico-passional) ao momento ético-político, ou seja, a elaboração superior da estrutura em superestrutura na consciência dos homens. (COUTINHO, 1992, p. 53).

liberdade que permite a passagem de uma esfera passiva a compreender-se na história e para a esfera da totalidade.

É a partir da análise realizada por Gramsci em suas obras sobre a sociedade capitalista, a qual interpretou dialeticamente por meio de um conjunto de categorias que formam a estrutura social dessa sociabilidade, que elucidaremos os fundamentos político-sociais para respaldar a presente pesquisa.

A relação dialética entre as categorias elucidadas por Gramsci, e já por nós citadas acima, contribuíram para o funcionamento da engrenagem do sistema capitalista e sua reprodução ao longo da história. Todavia, essa relação dialética pode ser direcionada para a transformação social e superação da ordem burguesa por meio da luta de classes, que a depender das condições históricas e concretas desenvolvidas pelas forças produtivas da classe trabalhadora pode alcançar hegemonia no interior do Estado. Dessa maneira a hegemonia de uma classe, segundo Portelli (1977), corresponderá à direção política do Estado, que sob a hegemonia de uma classe poderá ampliar sua perspectiva ídeo-política nas instituições que compõem a estrutura e superestrutura do Estado.

Mas, considerando essa relação no âmbito da sociedade civil, Marx; Engels (1998) afirmam que “[...] as lutas de classe, que dilaceram a sociedade civil, devem tomar a forma de lutas políticas” (MARX; ENGELS, 1998, p. 31). Isso coloca para os/as trabalhadores a tarefa de construir o protagonismo da classe trabalhadora frente aos interesses da classe burguesa, no sentido de alcançar a direção política do Estado. Este Estado é constituído por uma estrutura e superestrutura que se expressam na forma de organização das relações sociais a partir de duas esferas: a sociedade civil e a sociedade política, as quais formam o bloco histórico. A primeira de acordo com Portelli (1997) reúne o conjunto de organismos vulgarmente ditos privados, os quais tem a função de garantir a hegemonia de um grupo sobre o outro como: escolas, meios de comunicação, religião e outros, por isso, ela é considerada muito ampla.

Já a sociedade política difere da anterior porque “[...] possui, pois, características bem definidas: agrupa o conjunto das atividades da superestrutura que dizem respeito à função de coerção” (PORTELLI, 1997, p. 30). Assim, ainda conforme o autor, ela é também uma extensão da sociedade civil, tendo em vista que elas estão articuladas dialeticamente, essa diferenciação é no sentido de entendermos melhor como elas estão colocadas nessa relação. A sociedade política ainda tem por função o exercício da coerção por meio da força para manutenção da ordem estabelecida pelo grupo dominante.

É importante também destacar aqui, que a sociedade política para Gramsci (2007) se divide em duas: grande política e pequena política. O autor as concebe como

[...] questões ligadas à fundação de novos Estados, à luta pela destruição, pela defesa, pela conservação de determinadas estruturas orgânicas econômicos-sociais. A pequena política compreende as questões parciais e cotidianas que se apresentam no interior de uma estrutura já estabelecida em decorrências de lutas pela predominância entre as diversas frações de uma mesma classe política (GRAMSCI, 2007, p. 21).

Ambas não estão dissociadas e contribuem com elementos que desencadeiam a ampliação do Estado e o processo da luta de classes na construção de uma contra hegemonia frente à classe dominante. Isso segundo Gramsci, é possível pela via da grande política articulada com os elementos constitutivos da sociedade civil. A mediação que impulsiona o processo de transformação social, ou seja, a formação de consciência econômico-corporativa à ético-política, que se dá em três momentos de homogeneidade no que se refere à organização e a consciência ídeo-política.

Essa mediação conforme Gramsci (2007) decorre primeiro de uma relação de forças sociais, a qual está ligada estritamente à estrutura, independente da vontade dos homens, “[...] com base no grau de desenvolvimento das forças materiais de produção [...]” (GRAMSCI, 2007, p. 40). Depois se encontra com a relação das forças políticas, ou seja, “[...] à avaliação do grau de homogeneidade, de autoconsciência e de organização alcançado pelos vários grupos sociais” (Idem).

Nesse sentido, para alcançar o grau de organização e consciência ídeo-política, um grupo social, ou mesmo uma categoria profissional se reconhecer enquanto classe para si, e entender a realidade concreta como terreno para a transformação social via luta de classes; o conjunto de trabalhadores/as segundo Gramsci (2007), deve transitar do momento econômico-corporativo para a tomada de consciência de seus interesses frente à classe dominante, no entanto, ainda neste momento não se formou a unidade política no interior de sua classe.

Nesse processo, outro momento importante segundo Gramsci (2007), é aquele em que um determinado grupo social ou categoria profissional se solidariza um com os outros, ou seja, “[...] atinge a consciência da solidariedade de interesses em todos os membros do grupo social/categoria profissional, mas ainda no campo meramente econômico” (GRAMSCI, 2007, p. 41). Nessa direção, Gramsci (2007) evidencia a presença do Estado,

[...] mas apenas no terreno da obtenção de uma igualdade político-jurídico com os grupos dominantes, já que se reivindica o direito de participar da legislação e da administração e mesmo de modificá-las, de reformá-las, mas nos quadros fundamentais existentes (GRAMSCI, 2007, p. 41).

Para concluir esse processo de homogeneização da organização e consciência ideológica, Gramsci (2007) afirma que é no momento em que o grupo social, ou uma categoria profissional “[...] adquire a consciência de que os próprios interesses corporativos, em que seu desenvolvimento atual e futuro, superam o círculo corporativo, de grupo meramente econômico, e podem e devem tornar-se os interesses de outros grupos subordinados” (GRAMSCI, 2007, p. 41). Esse momento segundo o autor é estritamente político, pois se caracteriza por haver uma mudança de relações, da estrutura para a superestrutura, e se aliam a um partido que comunga ideologicamente das mesmas ideias, que articulados formaram um bloco histórico, que passaram a disputar a hegemonia política no interior do bloco histórico dominante.

Portanto, para a reafirmação dessa direção político-estratégica, Gramsci (2007) destaca a necessidade de uma força permanente organizada, capaz de avançar em contextos históricos favoráveis. Concordando com o citado autor, a tarefa essencial para fortalecer a direção política da classe trabalhadora está em dedicar-se de modo sistemático a desenvolver essa força tornando-a cada vez mais homogênea e latente.

Neste momento o papel dos intelectuais orgânicos⁵ é fundamental, pois a função deles tem relação direta com a política e com o conjunto das relações sociais, notadamente no interior da sociedade civil, espaço por excelência da disputa de hegemonia.

Destarte, percorremos esse caminho para mostrarmos onde o Serviço Social encontra-se inserido no movimento da correlação de forças no aspecto da luta de classes e, como a profissão contribui na construção de uma contra hegemonia a ordem do capital, pós “Congresso da Virada”.

Assim, concordando com Iamamoto (2007) que a profissão ao adquirir centralidade na divisão social e técnica do trabalho a partir de sua institucionalização, a atuação profissional é necessariamente polarizada pelos interesses de classes, que enquanto profissão demandada pela necessidade de reprodução do capital

[...] situar-se no processo das relações sociais, fundamentalmente como uma atividade auxiliar e subsidiária no exercício do controle e na difusão da

⁵ Intelectuais orgânicos é um grupo de indivíduos que desenvolvem uma função no interior de uma determinada classe social, afim de desenvolver estratégias políticas, sociais, econômicas e culturais para garantir a hegemonia de uma classe sobre a outra. Gramsci (2001) afirma que a função dos intelectuais orgânicos fica mais evidente no interior dos partidos políticos pois, [...] o partido político desempenha sua função muito mais completa e organicamente do que, num âmbito mais vasto, o Estado desempenha a sua: um intelectual que passa a fazer parte do partido político de um determinado grupo social confunde-se com os intelectuais orgânicos do próprio grupo, liga-se estreitamente ao grupo, o que, através da participação na vida estatal, ocorre apenas mediocrementemente ou mesmo nunca (GRAMSCI, 2001, p. 24).

ideologia da classe dominante entre a classe trabalhadora. Isto é: na criação de bases políticas para o exercício do poder de classe (IAMAMOTO, 2007, p. 100).

No entanto, o Serviço Social inscreve-se nas relações sociais capitalistas, e assim de acordo com Iamamoto (2007), inscreve-se nessa dinâmica das contradições que caracterizam a sociabilidade capitalista. Todavia, a atuação profissional do/a assistente social pode resignificar-se e subsidiar os interesses da classe trabalhadora, mesmo tendo a sua origem constituída para servir aos interesses do capital. Tendo em vista que

[...] a profissão não se reproduz monoliticamente necessidades exclusivas do capital: participa também de respostas às necessidades legítimas de sobrevivência da classe trabalhadora, enfrentadas, seja coletivamente, através dos movimentos sociais, seja na busca de acesso dos recursos sociais existentes, através dos equipamentos coletivos que fazem face aos direitos sociais do cidadão (IAMAMOTO, 2007, p. 100).

É em face dessa contradição que o Serviço Social em sua perspectiva crítica contribui e continua contribuindo com o processo constitutivo de contra hegemonia, juntamente com os sujeitos pertencente à classe subalterna no interior da sociedade civil. Essa relação que se estabelece entre a profissão e a construção de uma contra hegemonia dar-se pelo, segundo Abreu (2011)

[...] vínculo que a profissão estabelece com as classes sociais e se materializa, fundamentalmente, por meio dos efeitos da ação profissional na maneira de pensar e agir dos sujeitos envolvidos nos processos da prática (ABREU, 2011, p. 17).

Isso evidencia a importância que essa profissão tem para os interesses das classes sociais, neste caso, da classe trabalhadora, considerando a direção social estratégica do atual projeto profissional, que por meio do exercício e compromisso ético-político dos/as profissionais, que em sua prática profissional segundo Abreu (2011) “[...] insere-se no campo das atividades que incidem sobre a organização da cultura, constituindo-se elemento integrante da dimensão político-ideológica das relações sociais” (ABREU, 2011, p. 17-18). Essa dimensão no interior da profissão possibilita a materialização das estratégias construídas pela categoria e suas entidades representativas na contramão das ofensivas neoliberais sobre as políticas sociais e os direitos sociais do conjunto dos/as trabalhadores/as.

Nessa perspectiva antagônica da profissão destacamos como ilegítima a afirmação de que a prática profissional tenha que ser neutra/asséptica e de valores e princípios que subjaz a cultura individual do profissional, pois “[...] os profissionais possuem características singulares

que expressam sua herança cultural bagagem teórica e técnica, valores e concepções de mundo” (SANTOS, 2016, p. 269). Isso evidencia que a prática profissional é tensionada, por um lado pelos aspectos individuais do/a profissional e, por outro, pelos aportes éticos e políticos constitutivos do projeto profissional crítico.

Esse tensionamento tem se expressado de modo mais intenso no cenário atual, com o avanço das tendências neoconservadoras que têm reanimado as correntes conservadoras que sempre estiveram presentes na profissão. Essa questão se coloca como um desafio para a categoria, no sentido de construir estratégias político-organizativas que consigam fazer a correlação de forças com tais tendências, garantindo assim, a hegemonia da direção crítica no Serviço Social.

No entanto, para a efetivação dessa perspectiva, é preciso um perfil profissional comprometido ético e politicamente com a profissão, o público que atende, mais, além disso, de condições históricas objetivas que possibilitem maior organização política da classe trabalhadora para que assim, tenhamos condições de avançar em questões que atualmente estão sendo traves para a luta geral dos/as trabalhadores/as, como também no âmbito do Serviço Social: na formação profissional de qualidade, garantia de direitos e políticas públicas capazes de atender as necessidades da população na sociabilidade vigente.

Adensar esse posicionamento é desmistificar a ilusão de que a ação profissional do/a assistente social é neutra/asséptica, pois conforme Santos (2016) “[...] o indivíduo age pautado, também, por sua posição política estratégica e por sua avaliação valorativa, o que implica imprimir valor a coisas e processos” (SANTOS, 2016, p. 269). Logo, desde sua gênese o Serviço Social foi orientado sob a concepção de política da ordem vigente que se estruturava sob o ideário conservador, moral, e ideológico cristã tendo em vista, o solo no qual a profissão emergiu.

Contudo, ao longo de sua processualidade histórica o direcionamento político do Serviço Social foi sendo redefinido pelas transformações na sociedade capitalista da qual é parte e, pelo empenho da categoria em consolidar uma nova direção política à profissão no sentido dos interesses da classe trabalhadora. Assim, afirmamos que não há no trabalho profissional neutralidade, pois ele encontra-se sustentado por uma concepção de política que se vincula a um projeto de sociedade como demonstra os diferentes ciclos históricos da profissão.

Então, pensar os projetos societários e os projetos profissionais nos dará condições para apreendermos suas conformações e as várias concepções de política na sociedade, as quais acabam por direcionar o sentido das organizações profissionais no interior dos projetos societários. Conforme Netto (1999) por projeto societário compreende-se, por ser um projeto de

caráter coletivo, no entanto ele se particulariza por construírem projetos macroscópicos⁶ como proposta para o conjunto da sociedade. No que se refere a projetos profissionais, esses se particularizam por apresentarem a autoimagem⁷ de uma profissão, sendo esse construído coletivamente pela categoria profissional.

O Serviço Social como mencionemos anteriormente, baseava-se numa concepção política e num arcabouço teórico-metodológico conservador de base cristã que durante seu processo de institucionalização foi significativa na conformação da profissão, integrando as suas várias dimensões. A direção conservadora do Serviço Social marcou tanto o espaço das formulações teóricas, da intervenção dos/as profissionais, como também as formas de organização política da categoria, a exemplos dos Congressos e eventos organizados pelas entidades representativas da profissão, até certo momento histórico do Serviço Social.

Contudo, no movimento da história e com os avanços conquistados pela profissão a partir das conjunturas que adentraram nos anos setenta e oitenta do século XX, tendo como marco histórico no Serviço Social o Movimento de Reconceituação, mas especificamente no Brasil, a renovação do Serviço Social, que se deu o redimensionamento em termos de concepção política, considerando o que vinha acompanhando o desenvolvimento da profissão desde sua gênese.

Mediante as condições históricas, políticas e sociais que passaram a expressar-se com a erosão da autocracia burguesa entre fins dos anos setenta e, com os rebatimentos do III Congresso Brasileiros Assistentes Sociais, comumente conhecido como (Congresso da Virada)⁸ segundo Netto (2009) esse referido Congresso operou uma decisiva transformação na dinâmica profissional no país.

De acordo com o autor supracitado, algumas transformações foram fundamentais para que a profissão pudesse avançar em termos teórico-metodológico, ético-político e técnico-operativo sob uma concepção crítica da realidade e do seu papel social na sociedade. Então, segundo Netto (2009) o que de fato impactou o corpo da categoria no plano político após o

⁶ Os projetos societários caracterizam-se por serem “[...] simultaneamente projetos de classe, ainda que refratados mais fortemente determinações de outra natureza (de gênero, culturais, étnicas, etárias etc.)” (NETTO, 1999, p. 94).

⁷ Essa autoimagem se refere aos [...] valores que as legitimam socialmente, delimitam e priorizam os seus objetivos e funções, formulam os requisitos (teóricos, institucionais e práticos) para seu exercício profissional, prescrevem normas para o comportamento dos profissionais e estabelecem as balizas da sua relação com os usuários de seus serviços, com as outras profissões e com as organizações e instituições sociais, privadas e públicas (entre estas, também e destacadamente com o Estado, ao qual coube, historicamente, o reconhecimento jurídico dos estatutos profissionais) (NETTO, 1999, p. 95).

⁸ O Congresso da Virada é considerado um marco histórico na trajetória histórica da profissão no sentido de “romper” com as bases conservadora da profissão, e impulsionar a construção da direção social crítica no Serviço Social. Será tratado com mais detalhes no segundo capítulo desta dissertação.

“Congresso da Virada” foi, que as correntes mais progressistas e avançadas da profissão, compreenderam sua condição de vendedores de força de trabalho, os/as “assistentes sociais” acabaram reivindicando para eles/as o estatuto de trabalhadores/as, e com isso, vincularam seus propósitos profissionais aos interesses do conjunto dos trabalhadores, reconhecendo no seu núcleo, a centralidade da classe operária como, ainda dedicaram-se a organizar a categoria por meio dos espaços dos sindicatos.

Esse momento no interior do Serviço Social possibilitou inscrever as organizações políticas da profissão num cenário mais amplo da luta de classes no Brasil, como também redimensionou a direção política em que estavam às entidades organizativas do Serviço Social. Esse processo é gradual, mas devido às condições históricas na qual a sociedade brasileira se encontrava, principalmente nos anos oitenta, foi expressivo tal avanço na direção crítica da profissão, como também elevou uma considerável parcela da categoria a um nível de compreensão e consciência de suas relações no interior do modo de produção capitalista.

Nesse sentido, considerando Iasi (2011) será por meio da compreensão do processo de formação da consciência, que iremos problematizar os determinantes da elevação do nível de consciência dos/as assistentes sociais a um patamar de compreensão da totalidade social, para construção do projeto de ruptura das bases conservadoras da profissão.

Para isso, é necessário destacar que o “[...] processo do movimento da consciência da classe trabalhadora não é um processo linear, mas construído por formas que superam dialeticamente, de maneira que o velho já traz elementos do novo que ainda carrega resquícios das formas superadas” (IASI, 2011, p. 7). Ou seja, o projeto de ruptura formulado pela luta dos/as profissionais numa direção progressista, não eliminou os elementos conservadores do Serviço Social, mas colocou a direção crítica como hegemônica no interior da profissão e, esta direção a partir dos anos noventa do século XX foi consolidada no Serviço Social.

Tais mudanças no interior do Serviço Social dependeram de uma realidade político-social, mas também da indispensável participação e decisão de uma vanguarda progressista que se caracteriza pelos/as profissionais que se articulavam em partidos políticos, nas organizações sindicais, no âmbito da produção do conhecimento nas universidades, e dos estudantes nos espaços de militância política dos movimentos estudantis, que espalhavam no corpo da categoria profissional na construção das propostas que subsidiassem o Serviço Social sob um viés crítico.

Neste processo duas categorias se destacam: classe e consciência. Sobre a primeira Lukács (1974) afirma que na sociedade capitalista a divisão da sociedade em classes deve ser definida pelo seu lugar no processo de produção. Então, a depender da posição de uma classe no processo de produção, conseqüentemente a consciência desta estará submetida a tal posição.

Considerando a consciência da classe trabalhadora, na qual a categoria dos/as assistentes sociais está inserida, Iasi (2011) afirma que

[...] sua determinação material no movimento próprio do ser da classe trabalhadora, ora moldada à ordem do capital, ora em luta por seus interesses imediatos, ou, em circunstâncias especiais, se conformando como uma classe que aponta para além da ordem do capital (IASI, 2011, p. 7).

Essas conformações do processo de consciência são construídas em determinadas circunstâncias e em “[...] contextos grupais, desde os mais imediatos até os mais abrangentes que podem chegar a pertencimento de classe [...]” (IASI, 2011, p.8). Pois é na classe que os interesses comuns tanto da classe trabalhadora, como da classe burguesa serão substanciados, e em que ambas as classes supracitadas fundamentam suas relações no modo de produção capitalista.

Considerando o que apontamos sobre o movimento da consciência, entendemos que essa condição subjetiva possibilitou parcela da categoria avançar no entendimento e pertencimento a classe trabalhadora apropriando-se da luta mais geral (a dimensão objetiva), o que contribuiu com o avanço do Serviço Social crítico e, incidindo na maneira como parte da categoria direcionou a construção dos novos rumos da história da profissão. Assim, a compreensão do modo de produção capitalista, precisamente a partir de suas categorias foi essencial para o Serviço Social avançar no giro teórico-metodológico e ético-político.

É com esse arcabouço teórico que fundamentaremos nossa pesquisa no sentido de irmos identificando as possíveis mediações que nos possibilite apreendermos da realidade concreta às transformações conjunturais que marcaram a trajetória do Serviço Social e, com isso apreender a partir das condições históricas os elementos que engendraram a nova direção política da profissão, ou seja, a direção crítica que possibilitou redimensionar o Serviço Social tradicional em fins dos anos setenta do século XX.

No item a seguir, buscamos evidenciar o processo histórico do Serviço Social na sociedade brasileira pontuando a partir da conjuntura sócio-histórica a concepção de política que orientava a profissão e, na mesma direção as entidades representativas da categoria profissional durante a processualidade histórica do Serviço Social.

1.1.1 O LEGADO HISTÓRICO DO SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL

Considerando a trajetória histórica do Serviço Social brasileiro é de fundamental importância situá-la no processo de desenvolvimento das relações sociais do país, a partir de

seu surgimento especificamente, no período compreendido como desenvolvimentista, onde o avanço das forças produtivas e da indústria configurou a consolidação do sistema capitalista no Brasil.

Segundo a análise desenvolvida por Iamamoto e Carvalho (2013) o Serviço Social passa durante esse momento histórico por vários processos de articulação e orientações teórico-doutrinárias e políticas, até ser legitimado pelo Estado, e reconhecido enquanto uma profissão liberal e inserida na divisão social e técnica do trabalho.

No Brasil, inicialmente o Serviço Social de acordo com Iamamoto e Carvalho (2013), emergiu a partir das demandas que serão postas pela “questão social”⁹ que se expressa nas relações de produção e reprodução das relações sociais estabelecidas no modo de produção vigente.

As expressões da “questão social”¹⁰ que se configuravam no período histórico da década de 1920-1930, impactavam, sobretudo, na vida da classe trabalhadora que se concentrava nos grandes centros urbanos e vivia em condições de pauperização, em virtude do intenso processo de exploração e expropriação da sua força de trabalho e de alienação do produto de seu trabalho, potenciadas pela ausência de leis que regulamentassem as relações de trabalho.

Em contraposição a essas sofríveis condições de trabalho vivenciadas pelos/as trabalhadores/as no decorrer do período da industrialização do país, se verifica a organização coletiva destes e sua entrada no cenário político como classe, com vistas a reivindicar melhores condições de vida e de trabalho, em atenção ao conjunto de suas necessidades básicas.

No entanto, essa iniciativa dos operários soava para a classe burguesa, segundo Iamamoto e Carvalho (2013, p.134) “[...] como uma ameaça a seus mais sagrados valores ‘a moral, a religião e a ordem pública’”. Pois, tencionavam a ordem que era estabelecida pela classe dominante, segundo os seus próprios interesses e sob a regulação estatal. Ainda conforme a autora em torno da ‘questão social’ são obrigadas a posicionar-se às diversas classes e frações de classe dominantes, subordinadas ou aliadas, o Estado e a Igreja.

⁹ Entendemos que a “questão Social” é resultado do processo de luta de classes no capitalismo monopolista, onde a mesma se apresenta de várias maneiras nas relações sociais. Segundo Barroco a [...] ‘questão social’ datada da segunda metade do século XIX, na Europa ocidental, está organicamente conectada à emergência do proletariado no cenário político reivindicando direitos sociais. Essas reivindicações são uma expressão específica de lutas mais gerais, de caráter revolucionário, acumuladas pelos trabalhadores, no âmbito da sociedade moderna. Como tal, evidenciam sua consciência de classe adquirida ao longo de conquistas e derrotas históricas, tendo como marcos as revoluções proletárias de 1848, na Europa, e a reação conservadora da burguesia e seus aliados (BARROCO, 2010, p.79-80).

¹⁰ Segundo em sua análise sobre a “questão social” a partir do referencial teórico marxista, ele destaca o uso das aspas na palavra, por entender que ela está diretamente conectada a sociedade burguesa e, por isso “[...] o pensamento revolucionário passou a identificar, na própria expressão “questão social” uma tergiversação conservadora, e a só empregá-la usando este traço mistificador” (NETTO, 2001, p. 45).

Ora, se compreendemos que as expressões da “questão social” tem origem na contradição entre capital/trabalho, das desigualdades produzidas pela relação entre ambos, nesse momento, essas determinações “são invisibilizadas” e assumem um caráter pertencente aos operários, ou seja, uma problemática intrínseca desse segmento da sociedade, que precisava ser “reparado” com mediações pontuais pela classe burguesa e pela ação da Igreja Católica, sem que a questão fosse, de fato, compreendida em sua totalidade e como uma questão política e proveniente da luta entre as classes fundamentais do capitalismo.

Então, o Estado é chamado a intervir, nesse contexto, para subsidiar em parte as demandas do proletariado, aquelas que resultassem no estabelecimento das condições necessárias à produção das mercadorias e a acumulação de capital, portanto, que redundavam no atendimento aos interesses da burguesia.

Entretanto, com o avanço da organização política do operariado, mediante o avanço das contradições resultantes da intensificação do processo de industrialização, manifestam-se transformações no perfil da sociedade brasileira que, segundo Iamamoto e Carvalho (2013), passam a exigir alterações na correlação de forças no interior do Estado e na relação deste com as classes sociais.

Nesse momento a “questão social” intensifica-se e se apresenta no cenário político brasileiro, obrigando o seu reconhecimento pelo Estado e, expressando-se como o conjunto de contradições entre capital/trabalho e que demandam ações que levem em consideração as reais necessidades dos/as trabalhadores/as.

É nessa seara, que segundo Iamamoto e Carvalho (2013), emerge o Serviço Social como profissão, embora, não demandada diretamente pela classe trabalhadora, mas cujas ações são dirigidas a ela.

Nesse cenário, é importante compreendermos o processo de construção e consolidação das profissões na sociabilidade do capital, para entendermos como o Serviço Social foi demandado pela classe burguesa, para atender as necessidades do proletariado, no movimento de produção e reprodução das relações sociais na dinâmica capitalista. Nesse sentido Iamamoto (2007) afirma que o

[...] Serviço Social só pode reafirmar-se como *prática institucionalizada e legitimada* na sociedade ao responder a *necessidades sociais* derivadas da prática histórica das classes sociais na produção e reprodução dos meios de vida e de trabalho de forma socialmente determinada (IAMAMOTO, 2007, p. 55, grifo do autor). Com isso, a profissão adquiriu um significado social¹¹ no

¹¹ Ao Serviço Social foi atribuído o papel da mediação e intervenção nas demandas das classes antagônicas. Assim, segundo Iamamoto (2007, p. 99) as condições que peculiarizam o exercício profissional são uma concretização da dinâmica das relações sociais vigentes na sociedade, em determinadas conjunturas históricas.

interior do modo de produção capitalista e uma especificidade na esfera mercantil, enquanto mais uma mercadoria inserida nesse modo de produção que tende a transformar a força de trabalho em objeto de troca.

É relevante então, reafirmarmos que o significado social da profissão dar-se, por ela ser segundo (IAMAMOTO, 2013, p. 77), mais “[...] um dos elementos que participa da reprodução das relações de classes e do relacionamento contraditório entre elas”, desmistificando o entendimento de que a profissão não é produto do desenvolvimento histórico do avanço do capitalismo.

Dessa maneira, Montañó (2009) afirma que:

[...] a emergência da profissão deve sua existência à síntese das lutas sociais que confluem num projeto político-econômico da classe hegemônica de manutenção do sistema perante a necessidade de legitimá-lo em função das demandas populares e do aumento da acumulação capitalista (MONTAÑO, 2009, p. 33-34).

Portanto, foi mediante os embates entres os interesses de classes, que a profissão se destacou e desenvolveu-se em meio a contradições¹², elemento que é estrutural do Serviço Social, tendo em vista, que ele emerge enquanto profissão, a partir das necessidades do capital, para atender as demandas do proletariado à medida que, adensavam-se o tensionamento de seus interesses no interior modo de produção capitalista.

Entretanto, no que concerne a profissão e suas dimensões já citadas no decorrer dessa análise, enfatizaremos a processualidade dos elementos que foram essenciais para construção e consolidação da hegemonia, da atual direção política da profissão apresentada em seu projeto ético-político, que tem como horizonte segundo Netto (1999) uma nova ordem social, sem dominação e/ou exploração de classe, etnia e gênero.

Embora anos 1920-1930 o Serviço Social estivesse surgindo na sociedade brasileira, inicialmente ele teve um direcionamento e se desenvolveu com base na “[...] iniciativa particular de grupos e frações de classe que se manifestaram, principalmente, por intermédio da

¹² Como as classes sociais fundamentais e seus sujeitos só existem em relação recíproca, pela mútua mediação entre elas, a atuação do Assistente Social é necessariamente polarizada pelos interesses de tais classes, tendendo a ser cooptada pelas que têm uma posição dominante. Reproduz também, pela mesma atividade, interesses contrapostos que convivem em tensão. Responde tanto as demandas do capital como do trabalho, e só pode fortalecer um ou outro polo pela mediação de seu oposto. Participa tanto dos mecanismos de dominação e exploração como, ao mesmo tempo e pela mesma atividade, da resposta às necessidades de sobrevivência da classe trabalhadora e da reprodução do antagonismo desses interesses sociais, reforçando as contradições que constituem o motor básico da história. A partir dessa compreensão é que se pode estabelecer uma estratégia profissional e política, para fortalecer as metas do capital ou trabalho, embora não possa excluir esses autores do contexto da prática profissional, visto que as classes só existem inter-relacionadas (IAMAMOTO, 2007). É nesse processo que se encontra a direção social estratégica do projeto profissional do Serviço Social, tendo em vista, considerando que ele é resulta e é expressão das contradições inerentes às relações sociais desenvolvidas no interior do modo de produção capitalista.

Igreja Católica” (IAMAMOTO; CARVALHO, 2013, p. 135). Logo, a Igreja Católica ocupou-se de organizar e controlar as reivindicações dos operários, a qual temia nesse momento: o avanço do marxismo no país e suas mediações políticas para a organização da luta operária, além de projetar ações que viessem a amenizar as duras medidas liberais de condução da produção de mercadorias no sistema capitalista.

Sob essas condições o Serviço Social cumpriu um papel social significativo no que se referia ao controle dos “ânimos revolucionários” da classe operária, que se configurava nas primeiras formas das expressões da “questão social” nesse momento, tendo em vista que às dimensões teórico-metodológicas e ético-políticas constitutivas da profissão eram baseadas pelos princípios conservadores da doutrina social da Igreja Católica.

O Serviço Social perante a dominação do pensamento conservador desenvolveu-se num terreno restritamente delimitado e, fundamentado pelos elementos centrais do pensamento conservador: filosofia neotomista/ teoria positivista, os quais eram determinantes nas relações estabelecidas pelo viés social que integrava Estado, Igreja Católica e classe burguesa no Brasil.

É primordial nessa discussão sobre o conservadorismo, que norteou a estrutura da profissão hegemonicamente até certo período, destacar que ele não é uma teoria, mas segundo Cardoso (2013),

[...] um pensamento que se estrutura a partir de uma postura política e ética que surge no século XVIII em contraposição as revoluções que marcam este século: a francesa e a industrial, que apresentaram o rompimento com a tradição, ganhando força no século XIX (CARDOSO, 2013, p. 107).

Esse pensamento conservador foi incorporado ao perfil da/o assistente social, pelos aparatos institucionais da Igreja Católica¹³, o qual incidiu na maneira como a profissão foi sendo constituída em seus aportes teórico-metodológicos, ético-políticos inicialmente.

Logo, o Serviço Social inscreveu-se num contexto de mediação entre o Estado, classe burguesa e o proletariado, os quais estavam imbricados num projeto societário de matriz conservadora, que se estruturava na perspectiva do conservadorismo moral¹⁴, que influenciava

¹³ No período entre uma encíclica e outra, expandiram-se instituições como, por exemplo, a União Católica Internacional de Serviço Social- UCISS, a qual, além de aplicar e difundir a doutrina romana da igreja, ela foi “[...] fonte de inspiração e não apenas reflexo passivo das ratificações e mudanças que, sobre a problemática, sofreu a doutrina católica” (CASTRO, 2011. p. 62).

¹⁴ A perspectiva do conservadorismo moral se expressa como uma ramificação do pensamento conservador, qualificado pela filosofia tomista e a teoria positivista, que segundo Barroco (2010, p. 74) “[...] no contexto do Serviço Social, é evidenciada: na formação, no projeto social da Igreja Católica e na cultura brasileira através das ideias positivistas”. No cotidiano conforme a autora, ela é orientada por seus pressupostos valorativos tende a reproduzir a alienação moral, em seus aspectos: acrílicos dos valores, assimilação rígida de preconceitos e modos de comportamento, o pensamento ultrageneralizador, o preconceito, o conformismo, a discriminação, tendo em vista, a não-aceitação do que não se adequa aos padrões tidos como corretos.

não só as relações sociais, como também, conforme Barroco (2010) a formação profissional, a direção do projeto social da Igreja Católica e a cultura brasileira por meio da disseminação das ideias positivistas.

A mediação realizada pelo Serviço Social nesta conjuntura no que se refere ao seu posicionamento frente às expressões da “questão social” foi pautada pela direção da Igreja Católica, por meio de suas organizações que tinham como referências os documentos formulados por seu líder superior: o Papa, que durante as décadas de 1920-1930 construiu os aportes legais para interpretar e “tratar” as expressões da “questão social”.

Para isso, a Igreja Católica por meio de seus líderes nesse momento: os Papas Leão XIII e posteriormente Pio XI, elaboraram dois documentos que orientaram os leigos Cristãos que faziam parte da Ação Católica¹⁵.

Esses documentos foram as Encíclicas Papais: *Rerum Novarum* e *Quadragesimo Anno*, que se estabeleceram como diretrizes a serem seguidas pelas instituições vinculadas ao Estado e a classe dominante; as mesmas eram aguçadas de conteúdos conservadores e doutrinários, tinham um papel funcional no avanço do capitalismo e, por conseguinte, expansão da própria Igreja Católica no mundo.

Segundo Yazbek (2009) a relação que foi estabelecida entre Igreja Católica e Serviço Social propiciou à profissão a formulação de seus primeiros objetivos políticos e sociais que se desdobravam a partir do posicionamento de “[...] cunho humanista conservador contrários aos ideários liberal e marxista na busca de recuperação da hegemonia do pensamento social da Igreja face à ‘questão social’” (YAZBEK, 2009, p. 168). Assim, a direção política do Serviço Social acima, a “questão social” assim como a formação e o exercício profissional das/os assistentes sociais, sofreram influências diretas do conservadorismo moral.

Os aspectos ídeo-políticos da profissão eram imbuídos da concepção conservadora, o que marca a gênese do Serviço Social no Brasil e, estrutura no interior do Serviço Social o pensamento conservador de cariz moralizador, o qual imprimiu na formação e no exercício profissional da/o assistente social, determinações que orientavam a produção e reprodução cotidiana das relações sociais, assinalando conforme Barroco (2010),

[...] a repetição acrítica dos valores, a assimilação rígida de preceitos e modos de comportamento, o pensamento ultrageneralizador, o preconceito, o conformismo, a discriminação, tendo em vista a não-aceitação do que não se

¹⁵ É importante destacar, que a Ação Social, não veio com o surgimento do serviço social, é, portanto, [...] uma ação mais ampla (do que o serviço social), exercida sobre a estrutura mesma da sociedade, visando transformar ou adaptar os quadros existentes de acordo com a época, o lugar, a civilização. É mais um movimento de ideias, um trabalho legislativo no qual os políticos e os juristas desempenharam um papel preponderante. O serviço social atua mais em relação ao indivíduo e em pequenas comunidades (AGUIAR, 1995, p. 32).

adequava aos padrões de comportamento estereotipado como ‘corretos’ (BARROCO, 2010, p. 74).

A partir desse entendimento, as expressões da “questão social” serão reparadas moralmente, ou seja, a intervenção do Serviço Social se direcionará a atender o que era visto como disfunção dos sujeitos e mediante a pressão exercida pelo movimento organizativo do proletariado, o que vinha tendo expressividade na cena política dos países capitalistas.

Portanto o objetivo central era desenvolver mecanismos que controlassem o “desequilíbrio” ocasionado pelo proletariado, por sua vez, orientado pelas ideias revolucionárias do movimento iluminista, isto é, o pensamento marxista e o ideário do socialismo, que pairavam sobre as organizações trabalhistas no mundo.

Para isso, a Igreja Católica teve papel fundamental, ao lançar as encíclicas papais, tinha como finalidade, expor as condições propostas para realizar o controle do que se caracterizava como “desordem” e contribuir para a manutenção do sistema vigente.

Por conseguinte, a *Rerum novarum* segundo Castro (2011, p. 52) se dividia em duas partes: “A solução proposta pelo socialismo” e a “solução proposta pela Igreja”.

A crítica feita pelo Papa Leão XIII à perspectiva socialista era que a solução proposta colocava os pobres contra os ricos e pretendia extinguir a propriedade privada dos meios de produção, para substituir pela lógica coletiva e da distribuição igualitária dos bens produzidos.

Logo, o Papa Leão XIII na primeira encíclica afirmava que a propriedade privada era um direito natural, ou seja, “[...] à propriedade é um direito natural que procede da generosidade divina: quando Deus concedeu a terra ao homem – diz-se –, fê-lo para que a use e desfrute sem que isso se oponha em qualquer grau, a existência humana” (CASTRO, 2011, p. 53).

Dessa maneira, é notório o processo de mistificação da luta de classes, no sentido de enviesá-la e de desqualificar o pensamento revolucionário, pois diferentemente do conservadorismo moral, empenhava-se em desenvolver estratégias de transformação social, propondo uma sociabilidade para além da capitalista.

Isso implicava significativamente no eixo do projeto societário conservador que não tinha perspectiva nenhuma de mudança na estrutura histórica da sociedade, mas manter o *status quo* já estabelecido pela classe dominante numa relação direta com a Igreja Católica.

A perspectiva conservadora segundo Barroco (2010) qualificava a proposta apenas de

[...] reatualizar valores e modos de vida tradicionais, o que propicia uma identidade com a ordem burguesa, em face do de um inimigo comum: os movimentos de cunho socialistas, por sua negação da propriedade privada,

valor intocável tanto para a burguesia como para os movimentos conservadores (BARROCO, 2010, p. 82-83).

Essa visão acompanha o desenvolvimento do Serviço Social no Brasil, incidindo sobre o processo de produção e reprodução das relações sociais, como também na forma da organização política da profissão que se expressavam nas primeiras entidades da profissão a exemplo da Associação Brasileira de Escolas de Serviço Social – ABESS e a Associação Brasileira de Assistentes Sociais – ABAS, as quais foram fundamentais no processo de organização e direcionamento da profissão nos espaços coletivos que reúnem os interessados no desenvolvimento do Serviço Social no Brasil.

Assim, após os 40 anos da primeira encíclica papal: *Rerum Novarum* foi elaborada pelo líder da Igreja Católica Pio XI a segunda intitulada *Quadragesimo Anno*, que tinha como finalidade reafirmar o papel que a Igreja tinha desenvolvido sobre a “questão social” e fortalecer essa direção. A encíclica *Quadragesimo Anno* não diferiu em sua essência da primeira, ela veio no sentido retroalimentar a perspectiva conservadora as instituições da Igreja Católica, tendo em vista, que no período entre uma encíclica e outra, expandiram-se as expressões da “questão social”, como também foram criadas instituições para agregar e orientar as/os assistentes sociais naquele momento como: a União Católica Internacional de Serviço Social- UCISS, a qual, além de aplicar e difundir a doutrina romana da igreja, era segundo Castro (2011. p. 62) “[...] fonte de inspiração e não apenas reflexo passivo das ratificações e mudanças que, sobre a problemática, sofreu a doutrina católica”.

Assim, essas encíclicas operaram como forma de manuais para o “enfrentamento” da “questão social”, que não só se apresentava nas péssimas condições de vida do proletariado, mas também, no que se refere aos ideários revolucionários que contribuíam para o adensamento das inquietações e reivindicações dos mesmos, além de ameaçar os valores morais que caracterizavam o pensamento conservador.

No que se refere à emergência e desenvolvimento do Serviço Social alinhado ao projeto societário orientado pela perspectiva conservadora, esse imprimiu sobre a profissão um perfil profissional voltado para intervir nas expressões da “questão social”, a partir do viés moralizador de controle da vida e das organizações do proletariado, representando os interesses da classe burguesa frente às “ameaças” do ideário revolucionário que estavam sendo absorvido pela classe trabalhadora.

Essa concepção de Serviço Social encontrou na realidade brasileira condições objetivas para sua materialização nas instituições estatais, paraestatais ou privadas, espaços sócio-ocupacionais das/os assistentes sociais, como das instituições de formação dessa mão-de-obra estratégica à reprodução das relações sociais no modo de produção capitalista, a qual

estabelecia vínculo direto com a perspectiva conservadora da Igreja católica, onde os profissionais eram chamados a exercer segundo Iamamoto, Carvalho (2013) funções meramente de racionalização dessas entidades institucionais, como funções técnicas pragmáticas.

Nessa direção é importante destacar o papel que tiveram as primeiras instituições acima mencionadas, o que faremos mais a frente. Mas, apenas pontuando algumas características: elas foram fundamentais no processo de sistematização teórica dos instrumentais técnicos do Serviço Social e responsáveis por realizar a interlocução da profissão com outros países, onde a profissão já era institucionalizada, o que possibilitou o aprimoramento das técnicas de controle e racionalização das relações dos usuários, nessa ocasião “clientes” dos serviços sociais oferecidos pelo Estado ou por instituições assistenciais ligadas aos setores do Estado, da esfera privada, dirigidas por membros da Igreja Católica que desenvolviam um papel incisivo na correlação de forças entre as organizações políticas da classe operária e das demandas da classe burguesa para o desenvolvimento da indústria no Brasil.

É nesse cenário de criação de instituições assistenciais que Iamamoto; Carvalho (2013) considerar emergir as protoformas do Serviço Social Brasileiro, dadas às mudanças societárias após o fim da segunda guerra mundial. A autora caracterizou esse momento

[...] no plano externo, o surgimento da primeira nação socialista e a efervescência do movimento popular operário em toda Europa. O Tratado de Versailles procura estatuir internacionalmente uma política social mais *compreensiva* relativamente à classe operária. É também no momento em que surgem e se multiplicam na Europa as Escolas de Serviço Social. No plano interno [...] os grandes movimentos operários de 1917 a 1921 tornaram patente para a sociedade a existência da “questão social” e da necessidade *procurar soluções para resolvê-la, senão minorá-la* (IAMAMOTO; CARVALHO 2013, p. 176, grifo do autor).

Esses elementos reconfiguraram as determinações sociais, e por o Serviço Social estar imbricado com as mesmas, possibilitou à profissão um novo patamar de desenvolvimento que, no entanto, não foram de mudanças estruturais nem na sociedade brasileira, nem no Serviço Social, mas, um salto foi dado nas condições para o desenvolvimento de ambos.

Então, com a perspectiva de reparar os impactos do desenvolvimento do avanço capitalista, ou seja, das expressões da “questão social” no Brasil, dar-se a necessidade cada vez mais de racionalizar e controlar o cotidiano dos operários. Assim, segundo Iamamoto, Carvalho (2013):

O Estado assume crescentemente as funções de zelar pelo disciplinamento e reprodução da Força de Trabalho (e socialização de seus custos,) tarefas em

relação às quais as instituições assistenciais desempenham um papel fundamental. Ao abranger condições essenciais da sobrevivência e reprodução da Força de Trabalho (e materializar a vinculação entre o modelo econômico e político, e as políticas sociais), tais instituições passam a desempenhar funções políticas, econômicas e ideológicas vitais para a manutenção da dominação de classe (IAMAMOTO; CARVALHO, 2013, p. 323-324).

É a partir dessa lógica do Estado que a profissão de Serviço Social vai avançar enquanto profissão capacitada para intervir nas expressões da “questão social” e buscar “[...] se auto justificar em relação à definição de suas funções, a seus mantenedores institucionais e, secundariamente, à clientela – constitui-se num dos fatores explicativo da importância de que se reveste, para o meio profissional [...]” (IAMAMOTO; CARVALHO, 2013, p. 344). Logo essa auto justificação demandou da categoria profissional, a construção de espaços coletivos que proporcionassem pensar e construir as condições de legitimação do Serviço Social frente às demandas da “questão social”.

Isso fez emergir no interior da profissão a necessidade dos encontros, reuniões, congressos, seminários e conseqüentemente do protagonismo das primeiras entidades representativas do Serviço Social nesse processo, que de acordo com Iamamoto; Carvalho (2013) essas iniciativas coletivas aparecem como acontecimentos extremamente significativos na construção das estratégias para reafirmação da legitimação da profissão no Brasil, e nessa perspectiva aconteceram os primeiros Congressos e Seminários que certamente impulsionaram o avanço da profissão na sociedade brasileira.

1.1.2 O PROCESSO DE INSTITUCIONALIZAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL E AS PRIMEIRAS ENTIDADES DA CATEGORIA

Com a institucionalização do Serviço Social a categoria profissional, mas especificamente profissionais mais articulados/as com as instituições de formação, membros da Igreja, viabilizaram a aproximação do Serviço Social brasileiro à realidade de outros países e nessa relação colocou a profissão na esfera internacional podendo participar das discussões voltadas a profissão em si.

Essa relação foi construída pelos segmentos interessados na institucionalização do Serviço Social como uma profissão, ou seja, por

[...] delegados do meio profissional, das escolas especializadas, das entidades assistenciais públicas e particulares, do Aparelho do Estado e do empresariado, e da intelectualidade a serviço das classes dominantes e da Igreja, – constituem-se em momentos privilegiados para explicitar a

atualização da instituição – objeto, método, técnicas etc. — em relação aos principais problemas sociais da conjuntura presente (IAMAMOTO; CARVALHO 2013, p. 345).

Para isso, foram de suma importância para esse processo, os congressos seminários, tanto internacional, quanto nacional, que marcaram o Serviço Social brasileiro. Segundo Ramos (2007) o momento do Congresso Panamericano de Serviço Social no contexto dos anos 1960 e 1970 foi marcado pela criação das entidades: Associação Latino Americana de Escolas de Trabalho Social- ALAETS e do Centro Latino Americano de Trabalho Social, as quais contribuíram para a formação da vanguarda profissional na América Latina. Vale ressaltar que essas entidades tiveram um papel necessário para o desenvolvimento do Serviço Social brasileiro, no que se refere ao processo de organização política e no desenvolvimento da produção do conhecimento para área.

Na particularidade do Serviço Social brasileiro, o primeiro Congresso Brasileiro de Serviço Social foi promovido pelo CEAS – Centro de Estudos e Ação Social, o qual consistiu segundo Iamamoto, Carvalho (2013) no primeiro grande momento que reuniu representantes das principais entidades particulares e governamentais ligadas ao Serviço Social e a assistência. Esse Congresso já apresentava elementos para os próximos encontros que aconteceria no Serviço Social, a exemplo do 2º Congresso Pan-Americano de Serviço Social que aconteceu em 1949.

Esses Congressos no Brasil foram resultados do 1º Congresso Pan-Americano que foi realizado no Chile em 1945, o qual já vinha seguindo uma linha de continuidade em relação ao Congresso Interamericano de Atlantic City realizado nos Estados Unidos em 1941, o que desencadeia no Serviço Social Latino-Americano a influência norte-americana e sua presença na realidade do Serviço Social brasileiro.

Então, no que se refere aos aspectos do Serviço Social Latino-Americano, o 1º Congresso Pan-Americano teve como tema central: pensar a formação para o Serviço Social. Assim, de acordo com Iamamoto, Carvalho (2013) nesse momento,

[...] procura-se definir normas para o funcionamento das escolas especializadas, que se multiplicam, a partir de um padrão mínimo de exigências — esboçando-se uma homogeneização desses elementos no âmbito latino-americano. Dentro desse debate duas outras questões são assumiram relevância: a regulamentação do ensino e a luta pelo reconhecimento profissional que influíram no surgimento da Associação Brasileira de Escolas de Serviço Social (ABESS) e da Associação Brasileira de Assistentes Sociais (ABAS) (IAMAMOTO; CARVALHO, 2013, p. 348).

A ação de construir espaços de organização da categoria profissional fez surgir às primeiras entidades, voltadas para legitimar a institucionalização do Serviço Social brasileiro e, articulá-lo à realidade de outros países que tinham o Serviço Social como profissão. Para isso, foi fundamental o primeiro Congresso que o Serviço Social brasileiro participou por meio do Centro de Estudos e Ação Social- CEAS, instituição ligada à organização da Igreja Católica, momento em que reuniu segundo (IAMAMOTO, CARVALHO, 2013, p. 346) “[...] as principais entidades particulares e governamentais ligadas ao Serviço Social e à Assistência”.

Os anos entre 1945-1961 marcaram um período de seguidos Congressos na área do Serviço Social. Após o primeiro promovido pelo CEAS, em 1945 é realizado a nível internacional o Congresso Pan-Americano que tratou de discutir um ponto relevante,

[...] as normas para o funcionamento das escolas especializadas que se multiplicam, a partir de um padrão mínimo de exigências – condições de ingresso nas escolas, currículos básicos, planos de trabalho prático [...] dentro desse debate duas outras questões assumirão relevância: a regulamentação do ensino e a luta pelo reconhecimento profissional, que influíram no surgimento da Associação Brasileira de Escolas de Serviço Social (ABESS) e da Associação Brasileira de Assistentes Sociais (ABAS) (IAMAMOTO, CARVALHO, 2013, p. 348).

O surgimento dessas entidades teve como finalidade organizar as Escolas de Serviço Social brasileiras, a priori as três primeiras: Instituto Social do Rio de Janeiro; Escola de Serviço Social de São Paulo; e o Instituto Social de São Paulo, as quais deveriam “[...] criar uma associação que permitisse a troca de ideias e experiências entre os assistentes sociais e assegurasse o progresso do ensino do Serviço Social em cada país” (VIEIRA, 1983, p. 55). Assim, foi fundada a ABESS em São Paulo a partir de uma resolução que foi demandada pelos membros do I Congresso Pan-Americano realizado em Santiago no Chile em 1945.

Logo depois da criação da ABESS foi criada por iniciativas de antigos alunos a ABAS – Associação Brasileira de Assistentes Sociais, que segundo Vieira (1983),

[...] tinha como finalidade assegurar o desenvolvimento da profissão lutando pelo seu reconhecimento oficial [...] fortalecer o ‘eu profissional’. Era como uma associação profissional: fortalecer o sentido de profissão, aperfeiçoar os assistentes sociais e realizar uma série de atividades que congregassem os assistentes sociais (VIEIRA, 1983, p. 56).

Essas primeiras entidades articuladas proporcionaram a organização da categoria profissional, promoveram os primeiros congressos de Serviço Social no Brasil e, contribuíram no processo de desenvolvimento do Serviço Social no Brasil. É importante enfatizar que nesse momento, essa construção se dava sob as condições da ordem política da Igreja Católica, essas

associações tinham vínculos internacionais com instituições da Igreja como a União Católica Internacional de Serviço Social- UCISS¹⁶.

No entanto, isso é de suma importância no plano estrutural de consolidação da profissão no Brasil. As dirigentes dessas entidades empenharam lutas pelo reconhecimento do ensino de Serviço Social em nível superior, como afirma Vieira (1983, p.58) “Fazíamos visitas a deputados, senadores, ministros, políticos que não acabava mais, explicando o Serviço Social e da necessidade de ter nível superior, como era nos Estados Unidos”.

De acordo com Vieira (1983) em 1957 ocorreu o reconhecimento das escolas em nível superior e, logo em seguida seu regulamento. Isso possibilitou mais uma organização da profissão, que foi criada em São Paulo, Rio de Janeiro e Porto Alegre, a Associação Profissional dos Assistentes Sociais – APAS, que depois se transformou em sindicato, esse movimento deu condições à profissão de avançar na direção de sua consolidação e, de continuar avançando na construção da profissão.

Conforme Vieira (1983) as APAS e os sindicatos deram subsídios importantes para a profissão, e em 1963 foram criados os Conselhos Federais de Assistentes Sociais – CFAS e suas seções regionais – Conselhos Regionais de Assistentes Sociais- CRAS, em que os profissionais precisavam se filiar para exercer a profissão. Contudo, essa construção e avanço do Serviço Social brasileiro estavam vinculados a um projeto societário conservador, tendo em vista, as bases na qual se deu a gênese do Serviço Social brasileiro.

Nessa direção, se constituiu o que Netto (2011) designou de “Serviço Social tradicional”, que consolidou toda a trajetória da profissão no Brasil de sua gênese até o processo de renovação, que abordaremos mais adiante¹⁷. Primeiro, faz-se necessário por em destaque o primeiro movimento que irá esboçar o tensionamento por mudanças nesse tradicionalismo/conservadorismo da profissão, resultante das múltiplas determinações e transformações que remontam o Movimento de Reconceituação da profissão, em nível de América Latina, na direção que assinalou uma crítica à direção das práticas tradicionais, ou seja, em

¹⁶ A UCISS foi à primeira organização internacional de Serviço Social, nasceu em 1922 por iniciativa de um grupo de escolas católicas da Bélgica, da França e da Alemanha. Foi oficializada em 1925 no 1º Congresso Mundial de Serviço Social que aconteceu em Roma (Vieira, 1983, p.60).

¹⁷ Cabe destacar que essa trajetória não foi homogênea, visto que alterações foram processadas no interior da profissão, determinadas pelas transformações sociais ocorridas na própria realidade e que exigiram do Serviço Social respostas profissionais condizentes aos desafios postos em cada contexto. Dessa maneira, embora a direção da formação e do trabalho profissional, subjazem as influências conservadoras, o Serviço Social foi sistematizando e aprimorando sua prática, a partir das exigências sociais postas pelas classes fundamentais e pelo o Estado.

[...] prática empirista, reiterativa, paliativa e burocratizada, orientada por uma ética liberal-burguesa, que, de um ponto de vista claramente funcionalista, visava enfrentar as incidências psicossociais da 'questão social' sobre os indivíduos e grupos, sempre pressuposta a ordenação capitalista da vida social como um dado factual ineliminável (NETTO, 2005, p. 6).

As influências desse movimento no Serviço Social segundo Silva e Silva (2011), tiveram início a partir dos anos de 1960 nas sociedades latino-americanas, tendo em vista que o direcionamento da profissão nesse momento não mais atendia as demandas postas pelo avanço da dinâmica do capitalismo nos países Latino-Americanos.

Então, no interior da profissão o Movimento de Reconceituação consistiu,

[...] num esforço para desenvolvimento de propostas de ação profissional condizentes com as especificidades do contexto latino-americano, ao mesmo tempo em que se configura como um processo amplo de questionamento e reflexão crítica da profissão (SILVA E SILVA, 2011, p. 100).

Esse movimento foi objeto de estudo de vários teóricos/as do Serviço Social, sendo entendido por alguns como um movimento restrito a profissão ou como sendo algo mais amplo. Todavia, como já afirmamos, compreendemos que o Serviço Social encontra-se no movimento das relações sociais, por isso, concordamos com a literatura que interpreta o Movimento de Reconceituação, como sendo parte do processo histórico da profissão ao longo de sua história.

Dessa forma, no contexto brasileiro dos anos sessenta a Reconceituação da profissão não encontrou um terreno que lhe proporcionasse as condições para sua efetivação, pois o golpe militar em 1964 limitou estritamente os rebatimentos de sua natureza na sociedade brasileira. É sobre esses desdobramentos que evidenciaremos o processar desse momento histórico no Serviço Social brasileiro no próximo capítulo.

CAPÍTULO 2 - A RENOVAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO E A PERSPECTIVA DO PROJETO ÉTICO-POLÍTICO PROFISSIONAL

Neste capítulo abordaremos o desencadeamento do processo de renovação do Serviço Social no Brasil e os rumos da construção do novo projeto profissional que encontram seus fundamentos nas condições sociais, políticas e econômicas que marcaram o fim da década de setenta e o início dos anos oitenta, sobretudo, no que concerne a intenção de “romper” com as estruturas conservadoras, tanto da sociedade, como no interior da profissão.

De acordo com Netto (2011), esse processo caracterizou-se em três perspectivas: modernizadora, reatualização do conservadorismo e a intenção de ruptura. Nesta análise aprofundaremos a discussão sobre a última perspectiva, em que o objetivo consubstanciou conforme o autor, numa intenção de romper quer com a herança teórico-metodológica do pensamento conservador, isto é, a tradição positivista, quer com os seus paradigmas de intervenção social.

A partir desse entendimento destacaremos a relevante participação que tiveram as entidades representativas do Serviço Social na renovação da profissão, a partir do marco histórico do III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, evidenciando as mediações que possibilitaram o redirecionamento da profissão, culminando com a construção do atual Projeto Profissional do Serviço Social.

1.2 O MOVIMENTO DE RECONCEITUAÇÃO NA AMÉRICA LATINA E OS LIMITES DESSE MOVIMENTO NO SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO

O Movimento de Reconceituação que se desenvolveu na América Latina, segundo análise desenvolvida por Netto (2005), consistiu num movimento contestatório do “Serviço Social tradicional” que marcou a profissão a partir da metade dos anos sessenta nos países latino-americanos, tendo em vista, que o Serviço Social tinha alcançado sua consolidação e institucionalização, enquanto profissão inserida na divisão social e técnica do trabalho.

Logo, a crítica pautada na Reconceituação tinha sua natureza “[...] vinculada ao circuito sociopolítico latino-americano da década de 1960 [...]” (NETTO, 2005, p. 9), em que

[...] a ruptura com o Serviço Social tradicional se inscreve na dinâmica de rompimento das amarras imperialistas, de luta pela libertação nacional e de transformações da estrutura capitalista excludente, concentradora, exploradora (FALEIROS, 1987: 51 apud NETTO, 2005, p. 9).

Essa conjuntura foi fundamental no processo de reflexão dos/as assistentes sociais no que se referia à prática e ao papel do Serviço Social, na produção e reprodução das relações sociais na ordem do capital. Os reflexos do Movimento de Reconceituação sobre o “Serviço Social tradicional” efetivaram-se de acordo com Netto (2005) na revisão crítica nas ciências sociais, no deslocamento de instituições vinculadas ao Serviço Social – como as igrejas, principalmente a católica e, no movimento estudantil, elementos esses decisivos na erosão do “Serviço Social tradicional”.

Diante disso, os profissionais inquietos e dispostos a empenharem o processo de ruptura com o tradicionalismo, a reconceituação se manifestou,

[...] como processo que se dá nas instituições, enquanto local privilegiado da prática do Serviço Social, expressando-se no âmbito acadêmico, no que diz respeito à formação profissional, no âmbito da organização da categoria e inserção nos movimentos sociais, em que esse vínculo tem possibilitado o desenvolvimento de alternativas de ação diferenciadas na dinâmica das relações de força (Faleiros, 1979, p. 37 apud Silva e Silva, 2011, p. 110).

Essas possibilidades e alternativas que se revelaram no interior da profissão a partir do Movimento de Reconceituação encontraram limites, em seus desdobramentos na América Latina, uma vez que, as conjunturas marcadas pelas ditaduras civis-militares contribuíram de modo contundente para sua fragilização e arrefecimento.

Desse modo, pensar o Movimento de Reconceituação do Serviço Social é entendê-lo como um processo amplo, mas que se especifica quando buscamos apreender suas determinações em uma determinada realidade e, suas oscilações ao longo de seu processo histórico, associado à dinâmica sociopolítica dos respectivos países.

No Brasil devido à repressão e censura no questionamento das estruturas que orientavam as relações políticas do país, com o golpe militar de 1964 as incidências da Reconceituação foram inibidas e o que se desenvolveu segundo Netto (2011), foi um projeto de “modernização conservadora”¹⁸ no interior do Serviço Social brasileiro. Isso implicou numa interrupção de uma perspectiva crítica na profissão, e até mesmo uma nova forma de repensar as formas de produção e reprodução das relações sociais no Brasil.

A modernização do Serviço Social Brasileiro caracterizou-se pela atualização das bases conservadoras, na direção e obter condições práticas e técnicas para intervenção nas expressões da “questão social” a partir das determinações da autocracia burguesa, no sentido de adequar a

¹⁸ A renovação do Serviço Social brasileiro de acordo com Netto (2011) se deu por meio de três momentos: pela perspectiva *modernizadora*, perspectiva *de reatualização do conservadorismo* e a perspectiva de *intenção de ruptura*. Essa última será a que nos debruçaremos nessa análise. Porém, não desconsiderando o significado que as outras duas tiveram nesse processo de renovação da profissão.

profissão a um conjunto de instrumentais técnicos, que fosse funcional, conforme afirma Netto (2011) as estratégias de desenvolvimento capitalista, às exigências postas pelos processos sociopolíticos emergentes no pós-64.

Cabe destacar nesse momento, os expressivos Seminários que marcaram o processo de teorização e tecnificação da profissão: Seminário de Araxá e Teresópolis, Sumaré e Alto da Boa Vista. Esses seminários constituíram como marco histórico na trajetória histórica do Serviço Social brasileiro. Eles foram produtos de sérios estudos de assistentes sociais que buscavam legitimar a instituição da profissão.

As condições para tais momentos foram dadas pela conjuntura sociopolítica da autocracia burguesa, marcada pela censura e repressão a qualquer forma de crítica ao papel desempenhado pelo Estado e, conseqüentemente dos segmentos da sociedade civil. Com isso, a atualização conservadora, ou perspectiva modernizadora do Serviço Social se manifestava

[...] em mudanças no discurso, nos métodos de ação e no projeto de prática profissional diante das novas estratégias de controle e repressão da classe trabalhadora, efetivadas pelo Estado e pelo grande capital, para atender às exigências da política de desenvolvimento com segurança (IAMAMOTO, 2007, p. 32).

Logo, essa era a “nova” realidade sociopolítica que se encontrava o Serviço Social condicionado a desenvolver-se nas instituições cada vez mais restritas às amarras conservadoras, nas quais, emergia conforme (IAMAMOTO, 2007, p. 32) “[...] uma crescente burocratização das atividades institucionais, resultante das reformas administrativas que atingem o aparelho de Estado, as grandes instituições assistenciais e as empresas, acompanha essas mudanças”. Dessa maneira, o caráter questionador e crítico do Movimento de Reconceituação, não foi consolidado no contexto histórico brasileiro do golpe militar de 1964, pois, o mesmo consistia em realizar

[...] num esforço para desenvolvimento de propostas de ação profissional condizentes com as especificidades do contexto latino-americano, ao mesmo tempo em que se configura como um processo amplo de questionamento e reflexão crítica da profissão (SILVA E SILVA, 2011, p. 100).

Mas, mesmo em um contexto adverso e contraditório, o período da autocracia burguesa contou com o “avançar” da sistematização do Serviço Social em seus aportes teórico-metodológicos, ético-políticos e técnico-operativos, posto que

[...] alteraram-se muitas demandas práticas a ele colocadas e a sua inserção nas estruturas organizacional-institucionais (donde, pois, a alteração das condições

do seu exercício profissional); a reprodução da categoria profissional – a formação dos seus quadros técnicos – viu-se profundamente redimensionada (bem como os padrões da sua organização como categoria); e seus referenciais teórico-culturais e ideológicos sofreram giros sensíveis (assim como as suas auto representações) (NETTO, 2011, p. 115).

Esses elementos no Serviço Social engendraram um processo de polarização da categoria, de um lado, os/as assistentes sociais mais ligados à base tradicional; e de outro, aqueles que buscavam romper com os ideais conservadores da profissão. Isso impulsionou o direcionamento do processo de erosão com o “Serviço Social tradicional”, que contou com a sintonização da profissão as mudanças político-sociais do país e do mundo, em razão dos reflexos da crise do modo de produção capitalista que rebatiam sobre a realidade brasileira, e assim, sobre o desdobramento do Serviço Social.

Nessa direção, é importante compreendermos a condição sócio-histórica da conjuntura brasileira em meados dos anos sessenta, setenta, buscando compreender como as entidades representativas do Serviço Social se encontravam diante daquele cenário, e da tentativa de empreender as bases para à erosão com o “Serviço tradicional”. Um elemento importante para essa ação foi à aproximação e articulação da categoria profissional junto às organizações sindicais dos trabalhadores, as quais tiveram atuações contundentes na correlação de força política e ideológica com o Estado brasileiro, ainda no contexto da autocracia burguesa¹⁹.

Dessa maneira, teve destaque na luta sindical a Comissão Executiva Nacional das Entidades Sindicais de Assistentes Sociais CENEAS, criada em 1979 e que assumiu o papel de direção político-sindical da categoria articulada na organização política mais geral da classe trabalhadora, como também, a participação do movimento estudantil de Serviço Social: MESS- Movimento Estudantil de Serviço Social.

Nessa mesma direção foi criada a Associação Nacional de Assistentes Sociais – ANAS em 1983, que tinha como traço característico sua posição na organização sindical nacional da categoria dos/as assistentes sociais no sentido de constituir uma entidade que congregasse associações e sindicatos, rompendo com a lógica que estava posta na CLT²⁰. Essas organizações da categoria expressavam juntamente com os segmentos da oposição ao regime militar, seus repúdios e inquietações frente às condições sociais em que vivia a classe trabalhadora, que em detrimento disso, intensificaram o questionamento à direção política que

¹⁹ [...] um regime político ditatorial-terrorista – assinalaram, para a totalidade da sociedade brasileira, uma funda inflexão: afirmaram uma tendência de desenvolvimento econômico-social e político que acabou por modelar um país povo (NETTO, 2011, p. 15 grifos do autor).

²⁰ De acordo com Abramides (2009) na CLT a estrutura sindical era atrelada diretamente ao Estado, corporativista, sindicato único e que o direito de greve era proibido.

o Serviço Social imprimia em suas dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa.

Nesse cenário,

[...] a Organização Nacional dos Assistentes Sociais surge a partir de 1978, no período das grandes mobilizações operárias no ABC como novo sindicalismo que é construído a partir da resistência e luta contra a ditadura, e que na prática vai rompendo com a estrutura sindical fascista e corporativista, atrelada ao Estado, e existente no país desde a década de 30 (ABRAMIDES, 1989, p. 33).

Nesse sentido, uma parcela progressista de assistentes sociais e os estudantes que durante as inflexões do Movimento de Reconceituação resistiram à modernização conservadora do Serviço Social, encontraram no período das grandes mobilizações contra a ditadura as condições objetivas para construir o projeto de ruptura com o Serviço Social tradicional.

Teve incidência significativa nesse processo a ANAS, que juntamente com o movimento sindical buscou “[...] dar respostas organizadas à situação de exploração e miséria que vivia a classe trabalhadora” (ABRAMIDES, 1989, p. 33). E do ponto de vista organizativo, a autora enfatiza, que essa entidade contribuiu com a democratização interna das demais entidades representativas da profissão.

Essas direções passaram a ter concretude no interior do Serviço Social a partir das deliberações do III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, ou seja, o “Congresso da Virada” realizado em São Paulo em 1979, evento este que marcou o desenvolvimento do Serviço Social, por meio de intervenções realizadas pela parcela progressista da profissão, estudantes e trabalhadores/as, que sob a liderança da CENEAS reuniram as insatisfações de tais grupos e deram,

[...] direção ao Congresso que referenda as assembleias permanentes como fórum de discussão da prática, do significado da profissão no contexto da divisão social e técnica do trabalho referenciado no modo de produção capitalista e do projeto profissional articulado aos interesses dos trabalhadores (ABRAMIDES, 1989, p. 34).

Portanto, essas interferências e problematizações segundo a nossa análise, na direção da organização política do Serviço Social, designaram o processo de “ruptura” com a perspectiva conservadora na profissão, por meio da articulação das entidades representativas da profissão que posteriormente repercutiu na totalidade do Serviço Social.

Uma importante deliberação na ocasião do “Congresso da Virada” foi instituir que os próximos Congressos Brasileiros de Assistentes Sociais deveriam ser organizados pela CENEAS, tendo em vista que ela compreendia que os congressos deveriam ser organizados

[...] pelo conjunto das entidades nacionais da categoria e estudantil, por entender que a responsabilidade pelo rumo da profissão é coletiva e apresenta dimensões organizativas: político-sindical, da formação e exercício profissional (ABRAMIDES, 1989, p.34).

Logo, essa direção assegurou à categoria a compreensão do significado social da profissão na sociabilidade do capital, desmistificando a prática asséptica, e a teorização positivista e funcionalista que marcaram os primeiros Seminários realizados no Serviço Social como: Araxá e Teresópolis, Alto da Boa vista, os quais aconteceram deslocados das reais condições do contexto político-social social, que determinam as relações sociais no modo de produção vigente.

Foram determinantes para essas mudanças, às conjunturas internacional e nacional, cuja primeira encontrava-se marcada pela crise estrutural do capital nos países considerados desenvolvidos e, no cenário nacional eclodiam as lutas sociais, empenhadas por uma expressiva parcela da população contra ditadura militar que buscavam construir um país democrático.

Mediante isso, na sociedade brasileira expressou-se a erosão do regime militar que a partir de 1974 iniciou de acordo com Faleiros (2009) “[...] um processo de ‘abertura lenta, gradual e segura’ diante de seu desgaste e na busca de recuperar legitimidade social” (FALEIROS, 2009, p. 44). No entanto, esse projeto não teve adesão popular, e essa abertura ainda que mínima no interior da sociedade brasileira oportunizou o conjunto dos/as trabalhadores/as em fins da década de setenta a construírem o sistema democrático no Brasil.

Para o adensamento da crise do regime militar foi importante às contribuições dos rebatimentos econômicos, cujos efeitos assolaram ainda mais as condições precárias da classe trabalhadora no país, que segundo Faleiros (2009) “[...] se fez por meio de um profundo arrocho salarial, investimentos estatais, uso da capacidade instalada e abertura para exportação” (FALEIROS, 2009, p. 44). Esse modelo de acumulação não condizia com as necessidades da população brasileira, mas como afirma Faleiros (2009), favoreceu especificamente as classes média e alta, numa aliança estratégica entre Estado, multinacionais e empresas nacionais.

Tais condições agudizaram as indignações das camadas populares, como também daquelas que

[...] apoiaram e participaram do golpe de 1 de abril começaram a deslocar-se para uma postura oposicionista, em especial setores da pequena burguesia

urbana e até mesmo elementos e representantes da burguesia não-monopolista. Trata-se de um desgaste que nada tem de misterioso: o Estado autocrático-burguês não poderia atender aos interesses do *conjunto* da coalizão golpista – ele servia apenas basicamente ao grande capital (NETTO, 2009a, p. 22 grifo do autor).

Com isso, as lutas políticas desenvolvidas pelos partidos políticos principalmente de esquerda e, pela forte presença da classe operária na cena política, foram contundentes para legitimar a crise da ditadura e constituir o processo de redemocratização do país. Foi a partir da compreensão de luta coletiva e de consciência de pertencimento a classe trabalhadora no interior da categoria que,

[...] as correntes e tendências mais progressistas e avançadas do corpo profissional, invocando a condição de vendedores de força de trabalho dos assistentes sociais e reivindicando para eles o estatuto de trabalhadores, não só vincularam seus propósitos profissionais aos interesses do conjunto dos trabalhadores – reconhecendo, no seu núcleo, a centralidade da classe operária – como, ainda, se dedicaram a organizar a categoria segundo o clássico modelo proletário: através da instituição *sindicato*. (NETTO, 2009a, p. 33-34 grifo do autor).

Tal reconhecimento expresso por uma parcela da categoria possibilitou que as bases conservadoras das entidades da profissão fossem questionadas e, nesse sentido, empenhou-se um processo de renovação no âmbito da organização política da profissão, a partir dos esforços construídos no plano sindical que rebateu sobre as demais entidades do Serviço Social, a exemplo de nos anos oitenta:

[...] na antiga ABESS foi possível desalojar o conservadorismo (político e acadêmico), dar curso à elaboração de consistentes projetos de formação profissional, redimensionando efetivamente a qualificação acadêmica dos assistentes sociais e procurando – é verdade sem o mesmo êxito que no plano da formação – a formulação de uma política de pesquisa (com a criação, na segunda metade dos anos 1980, do CEDEPSS). Mais difícil foi a batalha para sintonizar os conselhos profissionais (as antigos CFASS e CRASS) com as mudanças emergentes a partir do III Congresso – entretanto, já na transição dos anos 1980/1990, também neles o conservadorismo estava deslocado (NETTO, 2009a, p. 34).

Todo esse processo de renovação nas diversas dimensões do Serviço Social partiu não somente do compromisso de uma parcela progressista da profissão, mas das condições sócio-políticas que viabilizaram a erosão da ditadura militar, o que foi possível o desenvolvimento da perspectiva crítica de compreensão e de intervenção nas demandas postas ao Serviço Social, a qual Netto (2011) denominou de intenção de ruptura, esta se inscreve como a terceira direção do movimento de renovação do Serviço Social, e será nesta direção que a categoria vai

empenhar-se em construir a nova história da profissão no Brasil, a partir de uma densa análise teórico-metodológica da profissão por meio da apropriação da teoria social marxiana.

1.2.1 O PROTAGONISMO DO CONJUNTO DAS ENTIDADES REPRESENTATIVAS DO SERVIÇO SOCIAL: formulação dos novos aportes teóricos, éticos e técnicos da profissão

O Serviço Social brasileiro pós-regime militar reencontrou-se com as tendências políticas do Movimento de Reconceituação. Esse reencontro segundo Iamamoto (2015) foi de continuidade e ruptura no interior da profissão, encontrando no movimento da história as condições para seu desenvolvimento. Assim, o projeto de ruptura com as bases tradicionais do Serviço Social requereu conforme Iamamoto (2015) de um esforço e articulação de três elementos: a crítica do conhecimento, a história e a profissão norteadas pela tradição marxista.

O encadeamento dessa direção lançou para o Serviço Social, a tendência em retroalimentar os objetivos do Movimento de Reconceituação, erguendo-se na profissão precisamente nos anos oitenta. Foi devido ao processo de dissolução do regime militar que Netto (2005) afirma

[...] sentir no Brasil as ressonâncias das tendências que, na Reconceituação, apontavam para uma crítica radical do tradicionalismo – e essas ressonâncias reverberam tanto mais quanto avançam as forças democráticas na cena política nacional, com claríssimas implicações no interior da categoria (NETTO, 2005, p. 17).

Essa perspectiva crítica teve sua emergência ainda em meados dos anos 1970, no entanto, só veio desenvolver-se a partir da década seguinte, quando foi possível dialogar/aprofundar a aproximação com a teoria social crítica e o método que a subjaz. Ora, voltada para construção de novas elaborações teóricas e para um novo debate teórico-metodológico na profissão, a inserção do Serviço Social no espaço acadêmico foi condição primordial para sua renovação sob a direção marxista, a qual propiciou a construção de estratégias capazes de levar a profissão a realizar uma autocrítica, no que se refere: ao seu significado social e papel político-social no processo contraditório das relações sociais no modo de produção vigente.

Dessa forma, Simionatto (2018) afirma que “[...] o maior legado teórico da experiência reconceitualizadora foi à aproximação da profissão com a perspectiva marxista e a abertura de interlocução com outras áreas do conhecimento” (SIMIONATTO, 2018, p.86). Isso foi imprescindível para à redefinição das bases conceituais da profissão, que refletiram sobre seu

projeto profissional e suas dimensões: teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa, mesmo que inicialmente por um marxismo sem Marx, quer dizer, por aproximações de obras de seus intérpretes, mas que, posteriormente, será substituído pelo diálogo com a própria fonte.

Esse primeiro contato do Serviço Social com a tradição marxista, segundo Netto (1989,) foi singularizada em três traços interligados:

[...] o primeiro tratou-se de uma aproximação que se realizou sob exigências teóricas muito reduzidas — as requisições que a comandavam foram de natureza sobretudo ídeo-política, donde um cariz fortemente instrumental nessa interlocução. Em segundo lugar, e decorrentemente, a referência à tradição marxista era muito seletiva e vinha determinada menos pela relevância da sua contribuição crítico analítica do que pela sua vinculação a determinadas perspectivas prático-políticas e organizacional-partidárias. Enfim, a aproximação não se deu às fontes marxianas e/ou aos ‘clássicos’ da tradição marxista, mas especialmente a divulgadores e pela via de manuais de qualidade e níveis discutíveis (NETTO, 1989, p. 97).

Logo, os elementos que fragilizaram inicialmente o contato do Serviço Social com a tradição marxista, só foram sendo reconfigurados com os futuros estudos dos/as docentes que passaram a refletir sobre questões como as que o autor ressaltou. A intenção de ruptura diferencia-se substancialmente das outras duas perspectivas porque

Não se tratou de uma simples continuidade das ideias reconceituadas, uma vez que as condições históricas, políticas e institucionais eram muito diversas das do período anterior, antes, o que se operou foi uma retomada da crítica ao tradicionalismo a partir das conquistas da Reconceituação [...] (NETTO, 2005, p. 17).

Então, mediante uma comprometida posição assumida por parte dos/as assistentes sociais docentes, a direção crítica da profissão foi sendo ampliada por meio de inúmeros trabalhos inspirados na tradição marxista, tendo em vista que as condições do momento histórico propiciavam tal construção. Um marco deste momento foi à obra de Yamamoto e Carvalho: *Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica*.

Foi com o avanço dessa direção teórica, que se desdobra a possibilidade de construção de um projeto profissional que compreendesse a realidade concreta em sua totalidade, entendendo que seus elementos são resultantes de um complexo conjunto de relações sociais no interior do modo de produção capitalista.

Portanto, mesmo com essas problemáticas apontadas por Netto (1989) em torno da tradição marxista no desenvolvimento do Serviço Social crítico, a aproximação da profissão com a mesma, ofereceu elementos basilares à nova direção social da profissão, como:

apreender o significado social da profissão; iluminar a intervenção profissional; e dinamizar a elaboração teórica das/os assistentes sociais.

A recorrência da categoria a tradição teórica de Marx, contribuiu consideravelmente para a transformação das bases do Serviço Social mediante o “[...] empenho, ao esforço, à pertinência e à combatividade de umas poucas dezenas de assistentes sociais, que faziam parte da vanguarda progressista da profissão, mas também, pelos elementos conjunturais que se apresentavam na realidade brasileira” (NETTO, 2009a, p. 33). Esses elementos foram primordiais para construção da nova direção ético-política do atual projeto profissional,

[...] como um projeto profissional radicalmente inovador e crítico, com fundamentos históricos e teórico-metodológicos hauridos na tradição marxista, apoiado em valores e princípios éticos radicalmente humanistas e nas particularidades da formação histórica do país (IAMAMOTO, 2009, p. 4).

Foi nesse sentido que o “Serviço Social tradicional” foi erodindo-se e a nova direção profissional passou a ser gestada e influenciar segmentos da profissão. A partir de então, com o acúmulo teórico-crítico, o saldo da organização política da categoria e de sua interlocução com as lutas sociais mais gerais da classe trabalhadora, o Serviço Social foi construindo as bases da renovação.

Esse processo contou com o protagonismo das entidades organizativas da profissão, precisamente da organização político-sindical, das quais, as entidades fundamentais eram a Comissão Executiva Nacional das Entidades Sindicais de Assistentes Sociais - CENEAS e posteriormente a Associação Nacional dos Assistentes Sociais-ANAS, as quais tiveram uma relação harmônica com as demais entidades da profissão.

Abramides; Cabral (2009) afirmam que a contribuição dessas organizações se fez juntamente com outras entidades da categoria, a exemplo da ABESS/ABEPSS e SESSUNE/ENESSO no debate e aprofundamento teórico-político decisivo na definição do Código de Ética Profissional de 1986 e posteriormente de sua revisão em 1993, reformulação do Currículo mínimo em 1982 para os cursos de Serviço Social, construção das Diretrizes Curriculares do curso de Serviço Social e a reformulação da Lei de Regulamentação da profissão – 8.662/93, em que foi possível romper com os traços conservadores na profissão.

Destarte, pensar essas contribuições é afirmar que sem a articulação da profissão na direção da organização político-sindical, não teria sucedido tamanho avanço. Ademais, isso colocou o Serviço Social num patamar hegemonicamente crítico diante do projeto conservador, o qual prescrevia a direção política da profissão desde sua gênese.

Esse avanço teve relação direta com as deliberações propostas, no “Congresso da Virada”, substancialmente nos posteriores encontros e congressos da profissão, os quais

adensaram ainda mais a resistência e a força político-organizativa da profissão na direção crítica do Serviço Social, negando, com efeito, o conservadorismo na profissão e na direção de suas entidades representativas.

Assim, foi no IV Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais realizado no Rio de Janeiro em 1982, que ficou nítido o avanço da nova direção, e o poder de decisão da categoria organizada na perspectiva da CENEAS quando propôs segundo Abramides; Cabral (2009) que o CBAS fosse o maior evento de reflexão da categoria, e este tivesse participação das demais entidades da profissão e estudantil. Nessa direção foram gestadas as possibilidades para construção das formulações do projeto Ético-político do Serviço Social, o qual é resultado dessa trajetória de luta e resistência “coletiva”, somando forças nos demais segmentos político-organizativos da sociedade civil.

O V CBAS realizado em São Paulo em 1982 já contou com a coordenação da ANAS em articulação com a ABESS, CFASS e SESSUNE²¹ — (Subsecretária de Serviço Social na UNE) hoje denominada ENESSO, mostrando a importância que as entidades sindicais do Serviço Social foram dando ao projeto profissional, contribuindo efetivamente com as mudanças nos aportes normativos da profissão.

Segundo Abramides; Cabral (2009) suas contribuições se deram na articulação com as outras entidades da categoria, incidindo no debate e definição dos documentos normativos da profissão que eram fundamentados sob o viés conservador e, por conseguinte, após a adesão da teoria social crítica foi possível “romper” com os traços conservadores a exemplo da reformulação

[...] do Código de Ética em 1993, na Nova Lei de Regulamentação da Profissão em 1993, e nas Diretrizes Curriculares definidas pela ABEPSS em 1996, que orientam o projeto de formação profissional e que configuraram o Projeto Ético político do Serviço Social Brasileiro, assim denominada a partir dos anos 90, em continuidade à direção social da profissão afirmada nos anos 80 (ABRAMIDES; CABRAL, 2009, p. 76).

Destarte, outra contribuição importante se refere à subjetividade das/os assistentes sociais que reconheceram naquele momento sua condição de trabalhadores/as assalariados/as, “[...] de seu compromisso com a classe trabalhadora, a vinculação com as lutas concretas da categoria e do conjunto dos trabalhadores, o que imprimiu uma solidariedade de classes [...]” (ABRAMIDES; CABRAL, 2009, p. 72). Isso convergiu para que as bases da direção social

²¹ A SESSUNE se caracteriza por ser parte do MESS- Movimento Estudantil de Serviço Social no interior da UNE- União Nacional dos Estudantes, com a finalidade segundo Vasconcelos (2003) de unificar e impulsionar as lutas no MESS, bem como a articulação com as demais entidades da categoria profissional e do ME- Movimento Estudantil. Seu processo de criação se deu e formalizou-se em 1981, porém só teve materialidade em 1988.

estratégica do projeto profissional fossem sendo fortalecida nos espaços coletivos da categoria, notadamente em meados dos anos oitenta, com aprofundamento das bases teórico-metodológicas e ético-políticas que se materializam e amplia-se hegemonicamente na profissão.

Pensar essa transição é relevante, pois é resultado de um expressivo empenho e compromisso de uma parcela dessa categoria, que determinou o giro teórico-político para construção do Serviço Social crítico. Assim, foram pontos centrais para isso: o aspecto da luta coletiva; a exemplo da capacidade de articulação dos espaços político-organizativo, incluído aqui a representação estudantil- MESS/ SESSUNE com o conjunto dos/as trabalhadores/as; a adesão à teoria social marxista e a construção a partir desses dois aspectos, da direção social estratégica que norteia a profissão atualmente.

As significativas mudanças no interior do Serviço Social partiram da elaboração de um projeto formulado na XXVIII Convenção pela gestão 93/95²², sendo que a finalidade era à revisão do currículo mínimo dos cursos de Serviço Social. Esse movimento envolveu a participação das entidades representativas da profissão, como também, docentes, profissionais e estudantes procurando

[...] assegurar uma direção intelectual e política ao processo de revisão curricular cujos princípios norteadores foram: a preservação dos avanços do currículo/82, bem como do Código de Ética aprovado em 93, tomando como ponto de partida o patamar teórico-metodológico e ético-político construído pela categoria profissional, em sua trajetória; a convivência democrática entre as diferentes concepções ético-políticas e teórico-metodológicas que perpassam a formação e a prática profissional; a capacitação e desenvolvimento das unidades de ensino como parte do próprio processo de construção da nova proposta curricular (MOTA, *et al.*, 1996, p. 144).

Esse desafio foi direcionado pela ABESS/CEDEPSS, que formulou as estratégias de mobilização e articulação da categoria, através de oficinas, encontros, conferências, tanto a nível local, regional e nacional, incluído os principais eventos da categoria: ENPSS, CBAS e dentre outras formas. Foram primordiais nesse momento as discussões e envolvimento da comunidade estudantil da categoria, representada pelo MESS-SESSUNE, posteriormente ENESSO.

²² A ABEPSS em sua estrutura organizacional tem como modelo organizacional a gestão democrática e participativa, o qual foi definido nas oficinas regionais e nacional da entidade. Segundo informações disponibilizadas no site da entidade, a direção nacional é composta de um (a) presidente (a), um (a) secretário (a), um (a) tesoureiro (a), um (a) coordenador (a) nacional de graduação docente, um (a) representante discente de graduação e seu respectivo suplente, um (a) coordenador (a) de pós-graduação, um (a) representante discente de pós e seu respectivo suplente, de dois (duas) suplentes de direção, seis vices presidentes (as) e um (a) coordenador (a) de relações internacionais.

De acordo com a ABESS/CEDEPSS (1996) a proposta de revisão do currículo mínimo do curso de Serviço Social foi resultado de um trabalho coletivo da categoria, em que tal revisão partiu de uma proposta mais ampla de construir um documento com as diretrizes para o curso de Serviço Social, por meio de amplos debates realizados pelas Instituições de Ensino a partir de 1994 na ocasião da XXVIII Convenção Nacional da ABESS em Londrina-PR, em que deliberaram sobre os encaminhamentos para a revisão do currículo mínimo do curso de Serviço Social.

Com essa deliberação, a parcela progressista da categoria empenhou-se efetivamente em construir a nova direção profissional. Um momento importante segundo a ABESS/CEDEPSS (1996) foi o da XXIX Convenção da ABESS em Recife-PE em dezembro de 1995, em que a Proposta básica para o projeto de formação profissional, contendo os pressupostos, diretrizes, metas e núcleos de fundamentos do novo desenho curricular foi elaborada. Os trabalhos em torno da construção da proposta de revisão do currículo mínimo seguiram nos espaços de debates da categoria, formulando em 1996 mediante a realização das oficinas, com a assessoria de um grupo de consultores, a elaboração do documento intitulado: Proposta básica para o projeto de formação profissional; novos subsídios para o debate.

Com isso, na etapa final desse processo, a ABESS/CEDEPSS teve como resultado desse trabalho coletivo seis documentos que subsidiaram a proposta final para a revisão do currículo, o qual teve como título: Proposta Nacional de Currículo Mínimo para o Curso de Serviço Social. Segundo ABESS/CEDEPSS (1996) essa proposta foi apreciada na II Oficina Nacional de Formação Profissional e aprovada em Assembleia geral da ABESS, ambas realizadas no Rio de Janeiro em 1996. Neste mesmo ano ainda foi possível à normatização e definição dessa proposta, tendo em vista a promulgação da LDB (Lei 9394), que definiu as diretrizes gerais para o curso de Serviço Social, de acordo com a presente Lei.

Tais mudanças foram de suma importância na construção do projeto de intenção de ruptura com o conservadorismo na profissão, tendo expressividade nas diversas dimensões do Serviço Social: formação, trabalho profissional, organização política da categoria, destacando nesse contexto a organização política-estudantil do Serviço Social, que dados os avanços em seu interior, contribuiu diretamente no processo de luta e organização política em torno da ruptura do conservadorismo na profissão.

Tudo isso tem centralidade na perspectiva da construção e validação coletiva de uma concepção política, a qual tem uma vinculação orgânica com o pensamento crítico de esquerda, que foi gestada no interior das lutas sociais no Brasil em fins dos anos setenta e prosseguiu nas décadas posteriores. Contudo, essa concepção política tem como cerne, o pensamento

revolucionário da luta de classes baseado nas ideias do iluminismo/socialismo/comunismo, da sociedade moderna a partir da revolução francesa, e sob a tradição marxista.

Todavia, ao adentrar a década de noventa, a conjuntura sócio-política impacta significativamente as conquistas que foram possíveis entre fins dos anos setenta e durante toda a década de oitenta. Isso configurou o que foi denominado projeto neoliberal nos anos noventa para os países considerados de capitalismo periféricos, os quais foram e continuam sendo usados pelo conjunto de países de capital cêntrico, para garantir a hegemonia do capital em escala mundial em seus vários aspectos: econômico, político e dentre outros.

A consonância da articulação do grande capital com os países periféricos desembocou numa conjuntura político-social emblemática para a classe trabalhadora que por suas condições históricas de participação no processo de produção-reprodução social, foi submetida aos ditames do grande capital, por meio do que se convencionou chamar Consenso de Washington²³, o qual foi objetivado como mais uma estratégia para saída da crise do capital, com propostas macroeconômicas e de reformas estruturais para os países periféricos entrarem no processo de internacionalização e contribuírem na manutenção desse modo de produção.

Essa conjuntura colocou em xeque, estratégias coletivas que vinham sendo articuladas em torno da materialização do que estava posto na Constituição Federal promulgada em 1988, no que se refere especialmente aos direitos sociais. Segundo Ramos (2007) essa investida do capital sobre o Estado e a classe trabalhadora acarretou o desmonte do Estado no enfrentamento da questão social, o agravamento da deterioração das condições de vida e de trabalho da classe trabalhadora e a tentativa de destruição dos espaços coletivos e dos direitos.

Logo, foi um momento de resistir frente às investidas neoliberais, como também de encampar e fortalecer as lutas sociais. Diante dessa realidade, o Serviço Social juntamente com outras categorias profissionais decidiram compor a resistência no que se refere ao projeto neoliberal na sociedade brasileira, se articulando com os demais segmentos da classe trabalhadora que se empenharam em construir estratégias políticas para este cenário.

Dessa maneira, a categoria profissional subsidiada pelo que tinha construído coletivamente durante as décadas anteriores, dentro das possibilidades e dos limites, tendo como maior expressão o Projeto Ético-político, junto às entidades representativas da profissão - CFESS/CRESS, ABEPSS e ENESSO – empenhou esforços na perspectiva de fortalecer e adensar a resistência no tocante aos ataques das políticas neoliberais. Conforme Ramos (2009), a luta desenvolvida pelas entidades representativas do Serviço Social insere-se num campo

²³ Um modelo de desenvolvimento de cunho neoclássico, elaborado pelo Banco Mundial, pelo Fundo Monetário Internacional e pelos think tanks de Washington que, agora, passa como sendo a única interpretação racional possível dos problemas da estabilização e do crescimento (NUM, 1992 APUD MOTA, 2015, p. 87).

político de reforço da luta pelo acesso aos direitos, na perspectiva de contribuir para a ampliação do nível de vida material e de construção política da classe trabalhadora.

1.2.2 A DÉCADA DE NOVENTA E AS INCIDÊNCIAS DAS TRANSFORMAÇÕES SOCIETÁRIAS NO SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO

A conjuntura sócio-política que marcou o período histórico da década de noventa do século XX, impactou de maneira emblemática o processo de produção e reprodução das relações sociais, como também, o modo pelo qual o sistema capitalista determinava as condições de sua reprodução. É nesse sentido que Mota (2015) aponta para uma cultura da crise, a qual evidencia uma nova estratégia do capital em se reinventar diante de mais um momento de crise, operando mudanças econômicas, políticas e sociais sem perder a hegemonia do capital.

Na tentativa de sair da crise, um dos determinantes estratégicos do capital foi o processo de reestruturação produtiva a qual,

“[...] não se restringiu a ser um mero processo técnico de racionalização de modos e formas de produção; ao contrário, as iniciativas reestruturadoras são catalisadoras de práticas eminentes políticas, que apontam para a correlação de forças entre países, governos, capital e trabalho” (MOTA, 2015, p. 77-78).

O capital com tal capacidade de avançar imperando sobre diversos territórios, principalmente sobre os países periféricos no período do pós-guerra e, posteriormente com a crise do socialismo real, que adensaram ainda mais as condições para ele se forjar nas mais diversas sociedades, pois na dinâmica da vida político-social dos países foram agravando-se a invisibilização do processo das lutas de classes e a disputa de projetos societários numa perspectiva entre Capitalismo e Socialismo, e nesse sentido o capital foi conseguindo se reestruturar e reafirmar-se como dominante no cenário mundial, havendo no interior desse modelo de sociabilidade, de acordo com Mota (2015),

“[...] modelos pontuais e alternativos, dentro da ordem do capital, cujas contradições não são mais pensadas no âmbito da relação entre capital e trabalho, mas como uma questão afeta a cada região – caracterizada ora como desenvolvida, ora atrasada, e pelo ideário da *integração* e da *inserção* das regiões periféricas à chamada *nova sociedade* (MOTA, 2015, p. 77 grifos da autora).

Com essas determinações o que se coloca no contexto dos anos noventa do século XX a partir do processo da reestruturação produtiva, é a reconfiguração das condições para produção e reprodução do capital, a qual incide brutalmente na relação entre capital, trabalho e Estado, tendo em vista que nesse processo o Estado avança no que se referem as suas funções preponderantes em face do capital especificamente. Esse papel dar-se no aspecto de subsidiar o desenvolvimento do modo de produção capitalista por meio das instituições do Estado.

Com isso, o que se expressa nesse momento é

[...] a formação de um novo consenso de classes, mas sem reeditar os mecanismos sociopolíticos que deram sustentação à expansão econômica do pós-guerra, de que são exemplos: as negociações e acordos coletivos entre os grandes sindicatos e empresas, a expansão dos sistemas de seguridade social, a legislação reguladora do trabalho e os métodos *fordistas* de disciplinar a força de trabalho (MOTA, 2015, p. 77-78 grifo da autora).

Essa conformação do projeto neoliberal no contexto sociopolítico brasileiro o começou a ser inaugurado em 1988 ainda no governo de José Sarney, e se ampliou com mais veemência em 1989 quando foi eleito para Presidente da República Fernando Collor de Mello, o qual desenvolveu a programática neoliberal no Brasil. O governo de Collor de Mello segundo Abramides (2019) começa a implantar a agenda neoliberal por uma política ofensiva de desmonte do Estado, privatizações e abertura da economia ao mercado internacional.

Ao aprofundar essas medidas o Brasil entrou numa crise de “[...] recessão, inflação, crise econômica e social profundas, instabilidade política, tensão no interior das classes dominantes e dirigentes, corrupção escancarada, elementos mais que suficientes de um descontentamento generalizado voltado ao Presidente da República” (ABRAMIDES, 2019, p. 151). Esse cenário derruiu o governo de Collor até seu *Impeachment*.

Ressaltamos que frente a essa ofensiva neoliberal, o conjunto dos/as trabalhadores/as e os movimentos sociais continuaram se colocando nas ruas para defender a soberania nacional, os direitos político-sociais e civis, num momento desafiador para as lutas sociais, devido às novas imposições estabelecidas pelo processo de reestruturação produtiva que incidiu sobre as bases da organização política da classe trabalhadora, como também a conformação da via política de conciliação de classes, que conjugava ações políticas entre os interesses das classes antagônicas. Abramides (2019) afirma que

O avanço da ofensiva do capital, dos anos 1970, já havia colocado o movimento sindical classista na defensiva no plano internacional, embora no Brasil este recuo, pelas lutas travadas nos anos 1970 e 1980, se dará, somente no final dos anos 1980. A crise do ‘socialismo realmente existente’, a crise e o esgotamento do capitalismo de base fordista-keynesiana e a crise da própria

esquerda, com o giro ideopolítico social-democrático e neoliberal, são elementos que contribuíram para a ação defensiva dos movimentos sociais (ABRAMIDES, 2019, p. 147).

Com a crise da esquerda e a consolidação da estratégia política de conciliação de classes em vários países na América Latina, notadamente no Brasil emergiu com a chegada do Partido dos Trabalhadores ao governo Federal, havendo um expressivo giro ideopolítico, principalmente no que se refere ao processo de mobilização e lutas sociais, reeditando a luta política dos segmentos organizados da classe trabalhadora brasileira, a saber, parte considerável do movimento sindical aderiu à lógica da institucionalidade e negociações com o patronato. Chagas (2019) afirma que uma das características da estratégia política da conciliação de classes é a coalizão política entre organizações de origem na classe trabalhadora com frações da classe dominante e seu partido, produzindo com isso, uma imagem de que o governo é representado apenas pelo seu espaço de origem, ou seja, classe social e partido político.

No Brasil de acordo com Abramides (2019), a conciliação de classes viabilizou à lógica neoliberal ser implementada no interior da luta de classes, fazendo com que os/as trabalhadores/as abdicassem das lutas sociais de massa e difundissem uma “[...] ideologia ‘Salvacionista à Nação’ *pela solidariedade indiferenciada oposta à solidariedade de classes*” (ABRAMIDES, 2019, p. 154 grifo da autora). Essa nova direção contribuiu para o recuo dos movimentos sociais e também dos partidos de esquerda que se forjam no interior da disputa do bloco histórico. Em virtude disso, as lutas que estavam sendo elaboradas e desenvolvidas pelas entidades representativas do Serviço Social, conseqüentemente foram impactadas e reinventadas conforme a conjuntura sócio-política se colocava.

O ano de 1994 marca outro momento conjuntural para o recrudescimento do projeto neoliberal no Brasil e a nível de América Latina. Abramides (2019) corrobora que esse período foi de derrotas eleitorais para os partidos de esquerda, pelo avanço de forças conservadoras em quase todo o continente.

No Brasil em 1994 teve a vitória eleitoral de Fernando Henrique Cardoso- FHC, que governou de 1995 a 2003. Nesses oito anos de governo efetivou a programática neoliberal por meio de inúmeras reformas, isto é, contrarreformas no âmbito do Estado brasileiro, por meio do ajuste estrutural do neoliberalismo ao Terceiro Mundo e desenvolvendo uma modernização excludente pela via social-democrata.

As contrarreformas do Estado no governo de FHC teve como mentor o Ministro da Administração, Bresser Pereira, que viabilizou toda reforma nos âmbitos do: Estado, do ensino superior, sindical, e da previdência. Essa ação fez avançar as ofensivas do neoliberalismo no Brasil em dois aspectos conforme Abramides (2019)

Os decretos e as contrarreformas no governo FHC adotam o receituário da ordem econômica do grande capital pela privatização de empresas estatais rentáveis e de monopólios de áreas estratégicas para o país pela introdução de oligopólios. Em relação aos direitos sociais, reduz a previdência e incentiva-se a previdência privada; a saúde e a educação são ‘publicizadas’ sob a intervenção e soberania do mercado, aliadas às privatizações operacionalizadas nas OSs (Organizações Sociais); as políticas sociais se transformam em *políticas compensatórias*; os direitos dos trabalhadores são revistos (estabilidade no emprego, direito de greve) (ABRAMIDES, 2019, p. 155 grifo da autora).

Essas medidas impactaram consideravelmente nas condições de vida e de trabalho da classe trabalhadora no processo de sua organização política, sindical, desmonte dos direitos trabalhistas, reflexo da reestruturação produtiva que desencadeou novas formas de trabalho e acelerando o desenvolvimento do projeto neoliberal na América Latina. De acordo com Ramos (2007), a classe trabalhadora diante desse cenário foi fragmentando-se ainda mais, ficando cada vez mais heterogênea e complexificando sua maneira de reagir frente às ofensivas neoliberais no âmbito do mundo do trabalho, o que atinge toda esfera da vida social.

Portanto, mesmo com ampliação e politização de vários segmentos da população nos anos setenta e oitenta do século XX, as investidas neoliberais colocaram para a classe trabalhadora alguns elementos que inviabilizam a construção de estratégias capazes de frear o avanço da programática neoliberal. Esses elementos encontram-se na fragmentação das lutas trabalhistas por meio do desmonte dos direitos trabalhistas, a fragilização e criminalização dos movimentos sociais, o que não possibilita adensar as lutas coletivas em prol de consolidar uma articulação efetiva frente às ofensivas neoliberais.

Nesse sentido, algumas expressões do projeto neoliberal na realidade brasileira foram sendo aprofundadas durante os anos 2000 do século XXI, tendo em vista o projeto de governabilidade do Partido dos Trabalhadores que segundo Netto (2007) não rompeu efetivamente com a estratégia política de governo FHC, mantendo assim, a política econômica da burguesia brasileira, se diferenciando, sobretudo pela expressiva cooptação de entidades e organizações que tinham peso sobre significativos movimentos sociais. Contudo, é importante destacar, a ampliação das políticas sociais, ainda que sob o aspecto do assistencialismo, que distante de garantir o princípio da universalização, atendeu as demandas mais imediatas da população brasileira expropriada de condições de sobrevivência.

Ainda nesta direção, o governo Lula apresentou seu conjunto de contrarreformas que seguiam as mesmas orientações já realizadas no governo FHC, para primeira gestão de seu governo e posteriormente do segundo ao ser reeleito, em que aprofundou,

[...] o contra-reformismo orgânico da coalizão do Partido da Social-Democracia Brasileira com o Partido da Frente Liberal – e o segundo mandato de Lula apenas reafirmou a sua incorporação das diretrizes macro-econômicas e sociais que outrora nos idos de oitenta e noventa combatia (NETTO, 2007, p. 38).

Essa perspectiva política adotada pelo Partido dos Trabalhadores resignificou à perspectiva da luta da classe trabalhadora incidindo fortemente sobre os avanços políticos e sociais que foram construídos durante as décadas anteriores. Essas mudanças implicaram na direção que tinham as lutas sociais e a partir desse novo momento sociopolítico, as principais e expressivas frações da organização política da classe trabalhadora apresentaram “[...] um *giro reformista* que coloca o movimento sindical na *defensiva*, na década de 1990, e sob a hegemonia socialdemocrata cria-se um obstáculo ao processo de luta de classes [...]” (ABRAMIDES, 2019, p. 97). Pois, o projeto do capital catalisou práticas eminentemente políticas, que apontavam para a correlação de forças entre países, governos, capital e trabalho.

Contudo, de acordo com Ramos (2007) enquanto vários sujeitos coletivos, no campo da esquerda, assimilavam as direções colocadas pelo projeto neoliberal supondo serem as possíveis para superação dos problemas sociais, outros continuaram e assumiram a contra hegemonia nesse momento histórico. Dentre esses, temos a categoria dos/as assistentes sociais e suas entidades representativas, que junto com outras profissões e movimentos sociais de esquerda continuaram construindo e resistindo ao avanço do neoliberalismo sua forma mais brutal para as demandas da classe trabalhadora.

Então, para fortalecer a nova cultura profissional baseada na tradição social marxista, de entender a profissão como parte e resultado das relações sociais no sistema vigente, enfatizamos o protagonismo das entidades da categoria: ABEPSS, CFESS/CRESS, ENESSO, especificamente pós Congresso da Virada, devido as mudanças que se efetivaram a partir da ruptura com o tradicionalismo da profissão. A consolidação dessas mudanças resultou em um projeto ético-político com uma evidente direção crítica e política para o Serviço Social brasileiro, sendo essa consolidada depois de muitas lutas em 1990 na forma do Projeto profissional, o qual possui segundo Mota; Amaral (2016),

[...] uma força material que, para além de favorecer as condições da prática e da formação profissional, contribui decisivamente para consolidar uma cultura profissional marcada por princípio, valores, e referenciais teórico-metodológicos que abraçam a teoria marxiana, a superação da ordem capitalista, o humanismo, o internacionalismo das lutas sociais e a radicalidade democrática, os quais fundamentam, articulam e medeiam – sob condições históricas precisas – a relação entre a realidade e a profissão (MOTA; AMARAL, 2016, p. 30).

É com esse acúmulo das lutas travadas em torno da construção desse projeto profissional e mediante as próprias contradições do processo de produção e reprodução das relações sociais, que a resistência dessa profissão pôde e continua tendo possibilidades de construir estratégias possíveis de enfrentamentos às ofensivas neoliberais no que se refere à defesa da materialização do atual projeto profissional e dos direitos sociais conquistados pela luta do conjunto de trabalhadores/as na sociedade brasileira.

Considerando o Serviço Social como sendo produto das relações sociais estabelecidas no interior do modo de produção capitalista, esse se modifica com o desenvolvimento dessa sociabilidade, sabido que durante a transição dos 1990 para os anos 2000 foi redesenhado um novo cenário sócio-político para reafirmação e garantia da acumulação capitalista, sob o viés do neoliberalismo.

As transformações societárias que foram engendradas em fins do século XX e o início do XXI de acordo com Netto (1996) afetaram tanto o conjunto da vida social, como incidiram sobre as profissões, suas áreas de intervenção, seus suportes de conhecimento de implementação e suas funcionalidades. De acordo com Mota; Amaral (2016) a transição dos anos 1990 para os anos 2000 foi de um cenário de contradições e pelejas para o Serviço Social, mas também para toda totalidade da vida, com o avançar do pensamento burguês no que se refere segundo as autoras

[...] à fragmentação e à fetichização da vida social, por um lado, e à reatualização das práticas e ideologias conservadoras, necessárias à reprodução do capitalismo contemporâneo, por outro, produziram um brutal esvaziamento da compreensão crítica da sociedade, mediante o estímulo a análises superficiais da realidade e à necessidade de dar respostas imediatas, de efeito ‘útil’ ou prático a estes (MOTA; AMARAL, 2016, p. 31).

Isso coloca para a categoria profissional desafios a serem enfrentados por meio de estratégias e táticas coletivas que possam realizar as mediações necessárias para os enfrentamentos a esses desafios, seja no que se refere ao “[...] plano do exercício profissional *stricto sensu*, no âmbito da regulamentação da profissão, da produção de conhecimento ou mesmo no plano macrossocial onde se incluem as articulações com as lutas sociais” (MOTA; MARAL, 2016, p. 31-32). Esse momento histórico coloca para o Serviço Social um cenário de disputa de direção política, que ameaça veemente a direção social estratégica do projeto ético-político profissional, consolidada na década de noventa do século XX.

De acordo com Cantalice (2016) essa ameaça se instala na profissão ainda na década de noventa dadas

[...] as condições sócio-históricas desfavoráveis às demandas democráticas, às lutas sociais e ao caráter emancipatório inerente a essas que apontam para uma conjuntura complexa, permeada pelas seguintes mediações: a reestruturação produtiva e a consequente precarização do trabalho; a regressão neoliberal e com ela o dismantelamento dos direitos sociais e a desestruturação do sistema de proteção social; a radicalização da questão social mediante os custos pagos pelo trabalho para reprodução social do capitalismo diante de suas sucessivas crises; e as atuais estratégias do Estado no trato à questão social (refilantropização e a administração da pobreza absoluta via os programas de transferência de renda) (CANTALICE, 2016, p. 247).

No plano teórico da disputa de pensamento, a autora aponta que na cena contemporânea, o pensamento pós-moderno “[...] avança em torno da desqualificação da razão, do esvaziamento da dimensão ontológica do real e da impugnação do humanismo, da dialética, da totalidade e da história” (Idem). Essa concepção ao ter espraiamento no interior da profissão, desqualifica tanto a atuação profissional, quanto o processo de formação dos/as profissionais em sua direção sócio-política, sendo mais um traço conservador a expressar-se no interior da profissão.

Na contramão desse processo é notória a constante participação das entidades representativas da profissão na construção permanente de estratégias coletivas junto aos profissionais e estudantes nos espaços coletivos da categoria, tendo em vista que essa contratendência na profissão não coaduna a proposta construída nos termos do projeto ético-política atual do Serviço Social.

Diante da conjuntura, a qual foi apresentada algumas características acima, esta impõe limites às organizações políticas da classe trabalhadora, pois dificulta as ações políticas desses sujeitos frente às ofensivas neoliberais que incidem sobre o mundo do trabalho, que ao sofrer os impactos da reestruturação produtiva, fragmentou e desmobilizou a organização política, coletiva e autônoma do conjunto de trabalhadores/as. E nesse sentido, impacta também o Serviço Social que faz parte dessa classe e sociabilidade.

Essa conjuntura socio-histórica incide consideravelmente sobre os movimentos políticos-organizativos da classe trabalhadora, intensificando significativo recrudescimento de suas forças políticas com o avanço do projeto neoliberal, o qual tem como elemento central a flexibilização da produção, sendo uma de suas características a “[...] (precarização do emprego – trabalho em tempo parcial, temporário ou subcontratado e o trabalho informal) e das relações de trabalho (redução e/ou eliminação dos direitos trabalhistas)” (DURIGUETTO, 2014, p. 178 grifo da autora). Isso implica num esvaziamento da concepção de classe e das próprias condições objetivas de organização com o processo de flexibilização das relações entre capital e trabalho.

Contudo, mesmo diante desses limites, o movimento da história possibilita por meio das contradições do sistema vigente, a contra hegemonia que por meio das mediações possíveis, podem viabilizar ainda as mobilizações e organizações políticas das categorias profissionais, que junto aos movimentos sociais continuam fazendo resistência à ampliação do projeto neoliberal na sociedade brasileira. É essa direção que a luta empreendida pelo Serviço Social por meio de suas entidades representativas insere-se segundo Ramos (2007) em um campo prático de reforço de luta pelo acesso aos direitos, na perspectiva de contribuir para a ampliação do nível de vida material e construção política da classe trabalhadora.

É com esse direcionamento que essa pesquisa tem fundamento, pois é nesta contradição entre capital *versus* trabalho, ou seja, entre retirada de direitos e avanço da barbárie do capital em prol de sua reprodução, que vai se colocar a direção política do projeto ético-político do Serviço Social e, as contribuições de suas entidades representativas, as quais conforme Ramos (2007),

[...] apresentam-se como mediação estratégica para a defesa de um projeto profissional, na perspectiva de que a política e a economia formam uma unidade na totalidade da vida social, e que o horizonte não é o da conquista da democracia formal, da cidadania dos direitos por si mesmos, deslocados da perspectiva da transformação social (RAMOS, 2007, p. 43).

Assim, é importante destacarmos as contradições que permeiam as relações entre Estado e sociedade civil no Brasil e como isso tem refletido na prática do Serviço Social inscrito no terreno contraditório das políticas sociais, as quais possuem um caráter estratégico para ação profissional, mas também de controle das relações sociais no modo de produção capitalista. Visto tais contradições, é indispensável consideramos a expansão das políticas sociais durante os governos petistas, mas pontuado que esta expansão não se constitui como o fim das reivindicações e lutas da profissão por direitos, e com isso, a luta da categoria junto às entidades representativas da profissão coaduna-se em prol da qualificação profissional e no trato da qualidade das políticas sociais.

Assim, o esforço que tem sido desenvolvido pela profissão para melhor apreensão dessas contradições tem sido pela pesquisa, mas também pelas ações de cunho organizativo-político pelas entidades representativas do Serviço Social, que de acordo com Behring; Boschetti (2014)

[...] vêm envidando esforços memoráveis na disseminação de uma concepção de direitos sintonizada e orientada pelo projeto ético-político profissional, seja pela via da organização coletiva e articulação com o movimentos sociais, seja pela inserção nos espaços coletivos de controle democráticos das políticas que

materializam direitos, seja, por fim, pela via do acompanhamento e qualificação da intervenção profissional nos espaços sócio-ocupacionais (BEHRING; BOSCHETTI, 2014, p. 194).

Portanto, é constante o trabalho coletivo da categoria profissional em torno do compromisso com os interesses da classe trabalhadora e com a direção do projeto ético-político do Serviço Social. Mas, na contra corrente do projeto neoliberal as tensões são bastante contundentes, dado o avanço das medidas neoliberais sobre o desmonte da base social do Estado, tratando nesse sentido da realidade brasileira, principalmente no tocante as políticas sociais da seguridade social, que vem sendo alvo do capital financeiro, tornando cada vez mais mercadológicos os direitos ora garantidos por ela. Esse cenário se agrava nos dias atuais, e a luta da profissão se intensifica em torno das possibilidades edificadas pelas contradições e limites do projeto neoliberal.

Logo, é importante compreendermos que as expressões do neoliberalismo têm relação direta como os tipos de governos, o modelo econômico dominante e com a cultura hegemônica, na lógica de reprodução de relações sociais funcionais ao desenvolvimento do capital.

Desse modo, Netto (2004) afirma que nos anos 2000 com o adensamento da direção neoliberal sobre o processo de produção e reprodução das relações sociais, o governo sob a determinação social-liberal, isto é, um governo estruturado sob a perspectiva da conciliação de classes, colocou o Serviço Social crítico “em prova”, ou seja, em xeque os princípios éticos e políticos do projeto profissional, tendo em vista que estes para serem materializados precisam encontrar um chão histórico favorável a seu desenvolvimento.

Em contra partida, a categoria profissional articulada na luta mais geral da classe trabalhadora se coloca no enfrentamento ao desmonte dos direitos sociais conquistados e do Estado para atender as necessidades dos/as trabalhadores/as, construindo estratégias no sentido de tentar materializar os princípios pautados no projeto ético-político da profissão. Ao passo que se adensa a perspectiva neoliberal sobre a sociedade brasileira e no mundo, o conjunto dos/as trabalhadores/as buscam por meio de suas representações políticas e da sociedade civil a disputa pela hegemonia com o capital.

CAPÍTULO 3 - O RECRUDESCIMENTO NEOLIBERAL E SUAS INCIDÊNCIAS NA LUTA DE CLASSE: mediações com o serviço social e as estratégias de enfrentamento das entidades da categoria

Neste capítulo, destacamos os determinantes que viabilizaram em nível internacional e nacional o recrudescimento do projeto neoliberal, analisando como as incidências desse projeto afetaram à luta de classes no Brasil e como isso recaiu sobre a direção social estratégica do projeto ético-político do Serviço Social brasileiro. Como também, trazemos a análise dos dados da pesquisa proposta nesta dissertação.

3.1.1 A ESTRATÉGIA DA CONCILIAÇÃO DE CLASSES E AS CONDIÇÕES HISTÓRICAS DA ORGANIZAÇÃO POLÍTICA DA CLASSE TRABALHADORA: mediações com a materialidade do projeto ético político profissional

Considerando a vinculação entre projeto profissional e projeto societário, é relevante apontarmos o marco que possibilitou a construção do projeto profissional do Serviço Social no Brasil. O marco constitutivo desse projeto foi o “Congresso da Virada”, em que uma parcela expressiva da categoria profissional optou por defender os interesses da classe trabalhadora. Esse compromisso ético-político da profissão passa por constantes tensões, pois as condições socio-históricas do país segundo Braz (2019) impõem limites em torno da preservação de sua autonomia e manutenção hegemônica no meio profissional, o que se coloca como um dos desafios para a categoria em conjunturas adversas a seus fundamentos teórico-metodológicos críticos.

Logo, é imprescindível compreendermos que significado teve e continua tendo para profissão, especificamente para a direção social estratégica do seu projeto ético-político, o pacto de conciliação de classes enquanto projeto societário, o qual não alterou as relações sociais dominantes do Brasil, mas reconfigurou um cenário que viabilizou mudanças pontuais na conformação da sociedade brasileira.

Partindo do entendimento do pensamento gramsciano sobre o processo de conciliação de classes, este encontra-se articulado a dois momentos da estrutura e superestrutura do bloco histórico. O movimento compreendido como conjuntural, que se apresenta como ocasional e imediato, se configurando como acontecimentos históricos que não levam a formação de uma nova ordem político-social. Já o movimento orgânico, busca fazer uma crítica histórico-social que envolve as massas num processo de constituição de uma nova sociabilidade.

Nesse sentido, a conciliação de classes pelo Partido dos Trabalhadores, não construiu conforme Gramsci (2000) um momento de crítica histórico-social, conduzindo as forças políticas à construção de uma nova sociabilidade, mas conciliou interesses político-sociais entre as classes, especialmente da classe burguesa do país. Por isso, de acordo com Chagas (2019)

É preciso compreender o projeto ético-político do Serviço Social brasileiro a partir de uma convivência com as determinações histórico-sociais inalienáveis do capitalismo, que tencionam para a incorporação de posicionamento e práticas funcionais aos interesses da classe dominante, ao mesmo tempo em que ameaça essa hegemonia historicamente construída no marco das disputas que se processam no interior da profissão e fora dela (CHAGAS, 2019, p. 28).

Dessa maneira, na disputa de hegemonia na sociedade civil brasileira, a estratégia política da classe dominante foi apropriar-se de maneira enviesada de aspectos e conceitos da classe trabalhadora para desarticular as lutas coletivas dos/as trabalhadores/as, refutando a construção de uma contra hegemonia pela classe trabalhadora. Essa saída do capital para sair da crise corroborou para manter e aprofundar o ritmo da acumulação de riquezas num período de crise estrutural de sua funcionalidade.

Segundo Castelo (2013), esse processo de apropriação e expropriação ideológica não é novidade na história, isto acontece desde o início da tradição moderna em meados do século XIX, por meio dos representantes teóricos da classe dominante, na tentativa de incorporar ideias que sejam igualitárias às ideologias burguesas, no sentido de incluir as demandas da classe trabalhadora nessa ordem, como mecanismo de subordinar e cooptar as manifestações dessa à sua lógica de desenvolvimento.

Essa conformação se inscreveu no Brasil e no contexto mundial pelo modelo neoliberal associada à perspectiva social-democrata. Na sociedade brasileira essa perspectiva política foi consolidada pelo Partido dos Trabalhadores – PT, que durante seus governos (Lula 2003-2011/ Dilma 2011-2016) apresentaram um conjunto de contrarreformas no âmbito do Estado para conciliar os interesses das classes antagônicas. Essa política se opôs “[...] às propriedades sociais e trabalhistas de distribuição de renda e de riquezas, de retomada do setor produtivo, da implantação de uma política agrícola e de reforma agrária e urbana, postulada no programa de campanha eleitoral” (ABRAMIDES, 2019, p. 175). Além disso, viabilizou o giro ídeo-político das lutas sociais, aderindo à lógica da continuidade da acumulação capitalista na sociedade brasileira e o apassivamento das lutas sociais.

Assim sendo, como o projeto ético-político do Serviço Social foi forjado junto aos movimentos sociais e nas lutas da classe trabalhadora, este sofreu impactos significativos com a virada político-ideológica do PT, tendo em vista que uma parcela da categoria profissional e

dos/as estudantes de Serviço Social eram articulados com as vertentes do partido, mesmo com algumas tensões entre os segmentos. Segundo Lopes (2009) esse processo não foi hegemônico, mas existia uma hegemonia articulada a esse partido, que exerceu expressiva influência na cultura profissional até meados de seu primeiro mandato.

Com as transformações no PT e com a estratégia apontada pelo governo Lula ao enfrentamento da questão social, em particular a questão da pobreza, Lopes (2009) afirma que esse atingiu “[...] um dos núcleos centrais da gênese do movimento crítico que fundou o projeto ético-político como uma alternativa ao projeto tradicional da profissão, com raízes no Movimento de Reconceituação do Serviço Social na América Latina: *o assistencialismo* (Lopes, 2009, p. 25 grifo da autora). Por meio dessa política de assistência compensatória, fragmentada, seletiva, e da cooptação dos movimentos político-organizativos dos trabalhadores/as, a saber o Movimento Sindical, a autora afirma que esse cenário impôs dilemas significativos à luta pela hegemonia, e até mesmo à sustentação do projeto ético-político do Serviço Social.

À medida que foi aprofundada a desmobilização e fragmentação das lutas coletivas da classe trabalhadora, como os limites para o projeto profissional do Serviço Social a partir da precarização do trabalho e da formação profissional, privatização e mercantilização do ensino superior na sociedade brasileira, Ramos; Santos (2016) afirmam que essa conjuntura revelou alterações nas relações de trabalho, no perfil profissional, nas demandas postas à profissão e no papel do Estado com as expressões da “questão social”, o que reverbera na manutenção, aprofundamento e avanço da direção social estratégica do projeto ético-política da profissão.

É nesse sentido que se coloca para a categoria profissional e estudantes de Serviço Social, a construção da resistência em defesa do referido projeto profissional. Todavia, essa resistência “[...] tem sua principal referência orgânica nas entidades de organização acadêmica e profissional: ABEPSS, o CFESS e a Entidade Nacional de Estudantes de Serviço Social – ENESSO” (LOPES, 2009, p. 26). Contudo, a autora pontua que essa organização não é mecânica, as entidades representativas da profissão devem construir a resistência articuladas entre si e com as demais lutas da classe trabalhadora. Essa postura política vem sendo evidenciada nos posicionamentos da categoria, por meio de seus aportes teórico-metodológico, com ainda nos espaços de debates e construções de estratégias das entidades organizativas do Serviço Social junto aos movimentos sociais de esquerda.

Assim, diante do que foi sendo apresentado e desenvolvido pela direção política do PT, foi urgente à organização da categoria dos/as assistentes sociais no processo de construção das possíveis estratégias para frear os rebatimentos das políticas neoliberais, tanto sobre o atual projeto profissional, como dos direitos conquistados pelo conjunto de trabalhadores/as nas

décadas anteriores. Neste momento, a tarefa central foi no sentido de encontrar condições para garantir sua legitimidade nos espaços institucionais de participação no Estado, sem perder no horizonte a direção do projeto ético-político junto às lutas sociais autônomas em busca do socialismo.

Por meio dos fóruns deliberativos e das decisões coletivas da categoria, ficou combinado que as decisões políticas das entidades representativas da categoria seriam em torno da defesa da direção social do projeto ético político profissional, distinguindo-se contrariamente as políticas neoliberais que foram reafirmadas nos governos petistas. Essa deliberação foi, segundo Abramides (2019), uma constante nos espaços deliberativos da categoria, a saber: fóruns acadêmicos e do exercício profissional por meio da assembleia da ABEPSS, dos encontros nacionais do conjunto CFESS/CRESS e dos eventos como o CBAS's que passaram a organizar suas agendas política na defesa e construção de estratégias a esse contexto sócio-histórico.

Devido à categoria profissional ter consolidado durante os anos noventa a base material do projeto ético-político, mediante avanço teórico-metodológico referenciado pela tradição social marxista, pôde nesse cenário conduzir parcela significativa dos/as profissionais sob a perspectiva crítica do Serviço Social, pois, mesmo que uma parte ainda continuasse articulada ao PT, defendia os rumos dados pelo Serviço Social durante o processo de construção do projeto ético-político.

No sentido de reorientar as lutas dos/as assistentes sociais enquanto classe trabalhadora, as entidades representativas buscaram conduzir os caminhos desse processo na luta sindical²⁴ do Serviço Social, por essa ser uma das organizações políticas da profissão no interior da classe trabalhadora. Avaliados os pesos das interferências dos PT sobre a organização sindical da classe trabalhadora no Brasil, representada pela Central Única dos Trabalhadores – CUT que atuava no sentido de combater os ataques aos direitos trabalhistas, passou nos governos petistas segundo Abramides (2019) a aderir ao pacto social entre capital e trabalho, transformando-se num sindicalismo estadista, abrindo mão de sua resistência ao neoliberalismo.

Todavia, as entidades representativas do Serviço Social em sua reorganização política, destacando que esse processo não foi homogêneo, mas de disputa de projetos profissionais, tenderam a se articular aos segmentos que não aderiram à lógica da conciliação de classe. Assim, vincularam suas forças progressistas, conforme Abramides (2019), junto a Coordenação Nacional de Lutas - CONLUTAS, outros partidos de esquerda a exemplo do PSTU, de

²⁴ A atuação política da luta sindical do Serviço Social é um dos segmentos político-organizativos de fortes contribuições para a luta da categoria profissional, cuja soma forças nos espaços de disputa de poder na sociabilidade vigente, e compõe as organizações dos/as assistentes sociais junto às organizações trabalhistas mais gerais do país.

sindicalistas vinculados às correntes de esquerda do PT e a duas vertentes mais à esquerda da Intersindical, por elas estarem vinculadas a frente única classista, corroborando para disputar a direção da CUT, por ela ser um espaço político estratégico na luta dos/as trabalhadores/as na sociedade brasileira.

Nesse processo de reorganização das forças políticas, as entidades representativas e sindicais da profissão, travaram resistências junto ao conjunto de trabalhadores/as nos espaços da sociedade civil. Por mais emblemático que fosse reestruturar as lutas sociais na direção do socialismo, Abramides (2019) afirma que foi de suma importância à vanguarda de trabalhadores/as se aglutinarem em torno da CONLUTAS e Intersindical, pela independência política dos/as trabalhadores/as na defesa das reivindicações e mobilizações de massa.

No que refere à organização sindical dos/as assistentes sociais após a mudança do sindicalismo de categoria para o de rumo de atividade, Abramides (2019) aponta para uma transitoriedade ainda inconclusa, pois houve impasses por parte dos/as profissionais em se inserirem nos ramos de atividade de acordo com seus espaços de atuação, e por ter iniciado na categoria discussões em torno de construir uma organização unitária que atendesse as demandas específicas do Serviço Social. Isso fez permanecer em abertos sindicatos da categoria em alguns estados do país, mesmo com as dificuldades que se colocaram para as lutas sociais da classe trabalhadora.

Logo, Ramos; Santos (2008) salientam que na tentativa de construir pelas entidades da categoria a modalidade de organização sindical para o Serviço Social, em virtude da reativação dos sindicatos da categoria em 1990, foi criada a Federação Nacional de Assistentes Sociais em 2000, em nível nacional, para os encaminhamentos das lutas da categoria profissional.

Contudo, essa questão da luta sindical na profissão não é homogênea, há uma dualidade de direções que de um lado,

[...] aglutina parte da categoria, que, em consonância com o projeto ético-político profissional, bem como com a proposta da nova estrutura sindical, pela quebra do corporativismo e unificação das lutas do conjunto dos/as trabalhadores/as, defende a sindicalização por ramo de atividade; o outro não defende isso nessa conjuntura, mantendo em funcionamento uma entidade sindical nacional da categoria que investe na reabertura dos sindicatos de assistentes sociais, sob a alegação de que os ramos não foram estruturas consolidadas e, portanto, os sindicatos profissionais devem continuar dando prosseguimento às lutas da categoria, o que representa um retrocesso político diante da superação histórica construída pelo sindicalismo de massas (RAMOS; SANTOS, 2008, p. 54).

Nesse sentido, isso implica para nos colocamos juntos/as com a vertente que coaduna com a defesa da direção social e estratégica do projeto ético-político, como também das lutas

mais gerais do conjunto dos/as trabalhadoras, verificando que é nessa direção que podemos enquanto parte da classe trabalhadora, avançarmos contrariamente, a perspectiva corporativista e de isolamento das lutas no interior da profissão, nos desvinculando da totalidade da vida político-social.

Portanto, essa direção profissional nos impõe dilemas e desafios na conjuntura de acirramento do projeto neoliberal sobre a vida da classe trabalhadora. Concordando com Ramos; Santos (2008), a tarefa das entidades da categoria e da organização sindical dos/as assistentes sociais, é retomar a o debate político-organizativo, considerando o projeto ético-político do Serviço Social e o seu compromisso político com a construção de um projeto de emancipação humana.

Embora essa seja a nossa tarefa, as condições socio-históricas nos desafiam constantemente, dado o recrudescimento do neoliberalismo aderido pelos projetos políticos de parte significativa da esquerda, que pela designação de social-democrata tiveram expressivas vitórias eleitorais em diversos países, sobretudo na América Latina, por exemplo, no Brasil. Esses partidos sob esta designação conseguiram entrar na cena política segundo Löwy (2016), por uma poderosa rejeição popular das desastrosas políticas neoliberais dos governos anteriores. Contudo, o autor afirma que é necessário distinguir sobre os diferentes governos de esquerda que passam a dirigir alguns países na América Latina.

A perspectiva política que tomou forma no início do século XXI na América Latina foi segundo Löwy (2016), de coalisões social-liberais, as quais se configuram por não romperem com os fundamentos do Consenso de Washington, em que adotaram medidas sociais progressistas, no sentido de melhorar as condições de vida da população pobre, na condição de não interferir nos privilégios da classe dominante. Tirando de cena, os governos que lutavam no sentido antioligárquicos, antineoliberais e anti-imperialistas, que colocavam como horizonte o socialismo.

Essa conjuntura política impôs inúmeros desafios para os interesses da classe trabalhadora e para os projetos profissionais, como se sabe, do Serviço Social. Pois ascende sob a égide do neoliberalismo uma onda reacionária e conservadora frente aos princípios universalizantes dos direitos políticos e sociais.

É por meio da implementação cada vez mais acentuada do neoliberalismo que se configura no mundo, segundo Dardot; Laval (2016) uma nova razão do mundo, por ele não ser apenas um modelo econômico utilizado para reerguer o capital num momento de crise, mas por definir

[...] certa norma de vida nas sociedades ocidentais e, para além delas, em todas as sociedades que as seguem o caminho da ‘modernidade’. Essa norma impõe a cada um de nós que vivamos num universo de competição generalizada, intima os assalariados e as populações a entrar em luta econômica uns contra os outros, ordena as relações sociais segundo o modelo do mercado, obriga a justificar desigualdades cada vez mais profundas, muda até o indivíduo, que é instalado a receber a si mesmo e a comportar-se como empresa (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 18).

Então, é nesse contexto mais acirrado do neoliberalismo que tanto a classe trabalhadora encontra-se ainda mais desafiada, como os diversos projetos profissionais vinculados a ela. É nesse cenário sócio-político que se requer maior compromisso e posicionamento ético-político das entidades representativas dos/as assistentes sociais, na defesa do atual projeto profissional. Para isso, é imprescindível compreendermos que determinantes históricos foram subsídios para o recrudescimento do neoliberalismo e, como essa nova fase do capitalismo recai sobre o projeto profissional do Serviço Social, visto que há limites e condições históricas para a efetivação dos projetos profissionais e societários. Considerando o atual projeto profissional do Serviço Social, o qual se encontra vinculados aos interesses da classe trabalhadora, diferentemente do projeto societário hegemônico da conjuntura sócio-política, este depende para sua materialização das lutas constante dos/as trabalhadores/as frente ao recrudescimento do projeto neoliberal.

3.1.2 O RECRUDESCIMENTO DO NEOLIBERALISMO E A LUTA DE CLASSES NO BRASIL

A nova condição pela qual o capital vem se reinventar, é baseada pela racionalidade da concorrência a partir do mundo do trabalho. Nesse sentido, conforme Dardot; Laval (2016) o neoliberalismo hoje é a razão do capitalismo contemporâneo, o qual se expressa de maneira ilimitada, colocando em xeque os aspectos democráticos como: a ideia de democracia – ainda que nos moldes burguês, considerando que o direito privado deve ser isentado de qualquer controle por parte do Estado e da sociedade civil.

Como discutimos no tópico 1.1 deste capítulo no seu penúltimo parágrafo, em contrapartida a esse modo de avanço do neoliberalismo, se faz necessária à contra hegemonia, pelos segmentos de oposição a essa perspectiva, mas segundo Dardot; Laval (2016) isso se tornou problemático, pois é difícil apreender as condições em que ele se dá. Esse sistema vem sendo alicerçado sob forças e poderes que se sobrepõem em nível internacional e nacional. Por isso, a ação coletiva das classes sociais antagônicas ao projeto neoliberal encontram

significativos desafios, haja vista que, além disso, existe uma estrutura que submete as classes trabalhadoras a um regime de competição entre si, devido ao alto nível de desemprego e precariedade nas relações de trabalho, que impactam a produção e reprodução das relações sociais no interior da classe trabalhadora de modo geral.

Esse modelo que adensa a garantia e a reprodução capitalista na atualidade se configura sob a órbita do capital financeiro, o qual redimensiona toda a vida social. Segundo Iamamoto (2015) o capital financeiro se conforma no processo de monopolização do capital industrial e bancário, originando o domínio do capital financeiro, por meio da expansão imperialista dos países cêntricos do capital. Assim, a autora afirma que nesse cenário de financeirização do capital, o que vem se processando é a banalização da vida humana, pois há um tensionamento e intensificação da “questão social”, à medida que,

A mundialização financeira, em suas refrações no País, impulsiona a generalização das relações mercantis às mais recônditas esferas e dimensões da vida social, que afetam transversalmente a divisão do trabalho, as relações entre as classes e a organização da produção e distribuição de bens e serviços. Ela espraia-se na conformação da sociabilidade e da cultura, reconfigura o Estado e a sociedade civil, redimensionando as lutas sociais (IAMAMOTO, 2015, p. 21).

Os rebatimentos dessa conformação político-econômica no Brasil não se encontram desarticulados do espectro do imperialismo norte-americano, sobre os países de capitalismo periféricos. Esse processo tem faces nos diversos países da América Latina, a depender do projeto político dominante e da formação socio-histórica de cada um. No Brasil o espraiamento do neoliberalismo foi durante os governos de Collor de Mello e FHC, continuando nos governos petistas Lula/Dilma sobre a direção política social-democrata.

Então, para compreendermos a dinâmica do neoliberalismo enquanto razão do capitalismo contemporâneo é importante identificarmos que mundialmente suas bases foram ampliadas, sobretudo por meio do tripé das políticas neoliberais de aprofundamento da abertura da economia nacional ao capital imperialista, pela privatização de empresas e de serviços públicos e pela desregulamentação das relações de trabalho.

Esse tripé que conformou a base para expansão do neoliberalismo contribuiu na elevação da exploração e espoliação da classe trabalhadora na atual fase do sistema capitalista, sobretudo na primeira fase desse processo que priorizou os interesses direto do capital privado transnacional, especialmente do setor financeiro, e na segunda fase consolidou e ampliou o setor financeiro na reprodução da economia como afirma Filho; Moraes (2018). Todavia, por essas medidas incidirem nas condições de vida do conjunto de trabalhadores/as, o mesmo

Estado que favoreceu o desenvolvimento do projeto neoliberal, reprimiu na mesma proporção às mobilizações do/as trabalhadores/as que reagiram a tais mecanismos.

Verifica-se, com o cenário sócio-político brasileiro forjado na direção dos interesses do capital financeiro, o PT junto aos organismos internacionais que constroem as estratégias para o desenvolvimento do capital globalizado, sob o receituário do Consenso de Washington, este segundo Filho; Moraes (2018) conduziu nos seus governos a concretização de políticas econômicas híbridas no atendimento das necessidades do capital e dos setores da classe trabalhadora.

Contudo, esse rearranjo teve consequências significativas no decurso do governo de coalisão de classes, no que se refere conforme os autores na: distribuição e o bem-estar social, tanto nos governos de Lula, como nos de Dilma. Essa questão se amplia sobre a nova reconfiguração da classe trabalhadora que durante os governos petistas passaram por mudanças significativas em sua conformação, frete as novas direções impostas pelo neoliberalismo. O momento emblemático para isso foi em 2008 com a crise mundial do capital, que atingiu fortemente os países capitalistas centrais.

Diante dessa crise do capital, o governo Lula segundo Antunes (2018), tomou medidas para conter os rebatimentos desse momento sobre a economia brasileira no sentido de [...] incentivar, através do Estado, a retomada do crescimento econômico, com a redução de impostos em setores fundamentais da economia, como o automobilístico, o de eletrodomésticos e os da construção civil, todos eles expressivos incorporadores de força de trabalho (ANTUNES, 2018, p.138). Por isso, diferentemente de outros países, no Brasil houve nesse período conforme Antunes (2018), a estimulação e expansão do mercado interno para compensar a retração do mercado externo, haja vista que reduziu a procura por *commodities* produzidas no Brasil.

Tal medida para refrear os rebatimentos da crise do capital pelo governo Lula em 2008, se deu de maneira combinada por meio de uma

[...] política de privatização baseada nas parcerias publico-privadas (PPP), seu governo ainda incentivou bastante a transnacionalização de vários setores da burguesia brasileira (que foi exemplo o da construção civil) que passaram a investir em outras partes do mundo, sempre com o apoio decisivo do governo do PT (ANTUNES, 2018, p. 138).

Contudo, com a chegada de Dilma Rousseff à Presidência da República, continuando com mesmas diretrizes do projeto econômico do governo anterior, as quais, Antunes (2018) pontua com o crescimento econômico baseado na expansão do mercado interno; incentivo à produção de *commodities* para exportação, beneficiando o capital vinculado ao agronegócio;

política financeira que, em última instância, garante o apoio do sistema financeiro; redução de tributos que beneficiam os capitais na indústria automobilística, na construção civil etc., visando diminuir os efeitos decorrentes da redução das exportações de *commodities*. Mas, estas encontraram um terreno sócio-político diferenciado daquele em que Lula realizou essas diretrizes.

O contexto sócio-histórico dos governos Dilma foi de intensificação da crise do capital, se colocando dessa maneira inúmeros desafios políticos, econômicos e sociais a seus governos. Por isso, em seu segundo mandato, foi utilizado segundo Filho; Moraes (2018) a introdução de uma ‘Nova Matriz Econômica’ (NME) para apoiar suas políticas fiscais, cambiais e industriais. Com essa nova direção para encaminhar a economia brasileira, alguns setores do governo da conciliação não se sentiram favorecidos, e com isso, iniciou um tensionamento na base estratégica que sustentava o PT no poder até a confluência do “golpe constitucional” em 2016.

Com a insatisfação dos segmentos mais à direita do governo e com a nova configuração da classe trabalhadora impulsionada pelo recrudescimento do projeto neoliberal e da direção social-democrata, no Brasil uma nova estrutura político-organizacional dos/as trabalhadores/as se apresentou impactando o plano da luta de classes. O marco desse processo foi o ano de 2013, com as explosões de manifestações contra as medidas adotadas pelo governo, para subsidiar o desenvolvimento do capital em meio à crise econômica.

Nessas circunstâncias Iamamoto (2018) afirma que é notória a participação do Estado, enquanto mecanismo chave para sustentar a estrutura das classes e as relações de produção. Assim, a função do estado segundo a tradição marxista é

[...] cria as condições gerais da produção, que não podem ser asseguradas pelas atividades privadas dos grupos dominantes; controlar as ameaças das classes dominadas ou frações das classes dominantes, através de seu braço repressivo (exército, polícia, sistema judiciário e penitenciário); integrar as classes dominantes, garantindo a difusão de sua ideologia para o conjunto da sociedade (IAMAMOTO, 2018, p.120).

A efetivação dessas funções pelo estado garantiu a reprodução do sistema capitalista e seus mecanismos de expansão no mundo. Por consequência, empreendeu o agravamento das raízes da “questão social”, salientando aqui, a especificidade do Brasil, que desde sua formação sócio-história, essa questão perdura sobre as condições econômicas, políticas e sociais. Esse elemento atualmente vem sendo conforme Iamamoto (2018) metamorfoseado, ou seja, assumindo uma nova roupagem, a qual evidencia uma imensa fratura entre o desenvolvimento das forças produtivas do trabalho e as relações sociais que o impulsionam.

Considerando a indissociabilidade entre a “questão social” e o Serviço Social, e está diretamente ligada a todas as estruturas da sociabilidade capitalista, as consequências econômicas, políticas e sociais que se reconfiguraram no processo de recrudescimento do projeto neoliberal recaem, sobretudo, sobre os rumos da profissão, em suas diversas dimensões, especialmente a ético-política. Nesse sentido, se coloca para a categoria o desafio junto a classes sociais no atual estágio do capitalismo sobre a racionalidade neoliberal, se rearticular para realizar o enfrentamento necessário as políticas neoliberais.

É na conjuntura que se abre com as explosões de manifestações sociais em torno do governo Dilma, que vamos centrar nossa discussão no que se refere à conformação da luta de classes nesse período, salientando que é nessa perspectiva que adensa na categoria a luta em defesa da direção social do projeto ético-político. Ora, segundo Braga (2016) essa conjuntura foi marcada por uma onda de greves, em que trouxe novamente a luta de classes no Brasil. Isso não quer dizer nos anos anteriores não existiu.

As classes sociais que se desenvolveram com as mudanças impostas pelo recrudescimento do neoliberalismo desde os noventa, se expressaram em segmentos diversificados a exemplo da elite (a burguesia e a classe média tradicional) e a classe trabalhadora ampliada (o proletariado formal e informal, ainda incluindo nesse segmento o semiproletariado e o lumpemproletariado). Essa nova configuração da classe trabalhadora, foi segundo Braga (2016) nos governos do PT passivizada, ora pela burocracia sindical, ora pelos benefícios oferecidos pelas políticas sociais às camadas mais empobrecida desta classe.

Dado o agravamento da crise internacional “[...] os principais grupos empresariais brasileiros, tendo os bancos privados à frente, passaram a exigir do governo federal um aprofundamento da estratégia de austeridade” (BRAGA, 2016, p. 59). Isso impactou diretamente nos financiamentos das políticas sociais e sobre as condições de vida de significativa parcela de trabalhadores/as, em situação de precarização.

Nessas circunstâncias, a ala do governo mais a direita se colocou com insatisfação ao projeto de governo da Dilma, o que desencadeou o impeachment da presidenta, assumindo o cargo seu vice Temer, o qual conduziu uma pauta de contrarreformas destrutivas para os direitos trabalhistas, legitimando os direitos da classe dominante, que durante o governo Dilma, não conseguiria garantir tal proposta.

Esse momento na política Brasileira elevou o recrudescimento do neoliberalismo impulsionando segundo Cantalice (2019) o reagrupamento de forças conservadoras e ultraconservadoras do país, que culminou na manipulação dos desejos de mudança da população brasileira. Nessa direção, entendendo que o Serviço Social é parte dessa sociabilidade e se legitima na contradição da produção e reprodução do capital, essas tendências neoliberais sobre

a realidade da vida da classe trabalhadora recaem diretamente sobre as condições da profissão e de suas várias dimensões.

Então, é sobre os rebatimentos do recrudescimento do projeto neoliberal, que a presente pesquisa busca identificar como a categoria politicamente organizada, vem conseguindo desde a chegada do Partido dos Trabalhadores na cena política do país até à extrema direita na atualidade, pôde construir estratégias para garantir a materialização do projeto ético-político profissional, o qual, caminha na contramão do projeto societário vigente.

É considerando o processo de mediação e as contradições inerentes à sociabilidade capitalista, que uma parcela de assistentes sociais defende e fortalece a atual direção social do projeto ético-político do Serviço Social, mesmo numa conjuntura adversa para sua materialização. Destacamos que esse projeto profissional desde sua construção ainda não esteve em sintonia com um projeto societário que garantisse sua materialidade. No entanto, Netto (1999) salienta que é possível em “[...] conjunturas precisas, o projeto societário hegemônico seja contestado por projetos profissionais que conquistem hegemonia em suas respectivas categorias” (NETTO, 1999, p. 97). Exemplo disso é o projeto ético-político do Serviço Social no Brasil, que em um processo de resistência política cotidiana vêm tendo efetividade na contemporaneidade.

É no contexto sócio-político do ano de 2016 por meio do golpe institucional sobre o governo da presidenta Dilma Rousseff, que as condições para a materialização do projeto ético-político tornaram-se ainda mais emblemáticas, requerendo mais esforços e lutas coletivas das entidades representativas da profissão naquele momento, pois se inscrevia um movimento de retiradas de direitos historicamente conquistados pelo conjunto de trabalhadores/as no Brasil.

Com a chegada do vice presidente Michael Temer ao cargo de presidente, este elaborou uma agenda de desmonte dos direitos da classe trabalhadora, aprofundando ao máximo as contrarreformas requeridas pela classe dominante, no sentido de garantir o lucro e a vitalidade do sistema capitalista no país. Isso, impactou diretamente sobre a profissão em suas dimensões, consequentemente na maneira de conduzir as estratégias políticas da categoria frente às investidas neoliberais que foram implementadas com os decretos e leis por Temer, a exemplo da aprovação da Lei de Terceirização, elaboração da “reforma” da Previdência e do Projeto Uma ponte para o Futuro.

Este cenário não só desmontou parte dos direitos sociais conquistados, como também fez emergir segundo Cantalice (2019) um reagrupamento de forças conservadoras e ultraconservadoras no país, como também na profissão, tendo em vista, o pluralismo no interior da categoria. Isso reanimou as frações conservadoras da profissão inscrevendo com mais

veemência a disputa ídeo-política em torno da direção social do projeto ético-político do Serviço Social.

Os aspectos da tendência neoconservadora que eclodiram na conjuntura sócio-política brasileira destacados acima, se aprofundaram ainda mais entre os anos 2019-2020 com a disputa eleitoral de um governo de conciliação de classes representado pelo candidato Fernando Haddad - PT e Jair Messias Bolsonaro representando o Partido da Frente Liberal, saindo dessa disputa presidencial a chapa do PSL, em que o plano de governo defendido era cunhado “[...] numa direção de extrema direita, calcado no utraconservadorismo, cuja essência é incompatível com os direitos e conquistas direcionados à classe trabalhadora” (CANTALICE, 2019, Mimeo). Logo, tais aspectos reverberaram sobre a direção social do projeto profissional do Serviço Social, requisitando da categoria dos/as assistentes sociais ainda mais um posicionamento crítico e de embates frente a presente realidade notavelmente adversa ao posicionamento político hegemônico no Serviço Social até então.

Concordando com Cantalice (2019) no que se refere à organização política da profissão, será necessário decifrar os desafios que se apresentam no atual momento histórico brasileiro, e coletivamente se articular com as forças político-organizativas da categoria e as demais organizações da classe trabalhadora em geral. Pois, as medidas tomadas pelo governo de extrema direita fragilizam e precarizam as condições e relações de trabalho, e seus impactos recaem significativamente sobre as/os profissionais de Serviço Social, visto que o Estado maior empregador de assistentes sociais, tende a reduzir, isto é, tornar-se um Estado mínimo para as demandas da classe trabalhadora, priorizando a reprodução do capital.

Essas circunstâncias inscrevem tensões e desafios contundentes para o projeto ético-político do Serviço Social, os quais são tangenciados conforme Cantalice (2019), pela perspectiva de uma entronização do possibilismo prático na profissão, já destacada por Netto (2004), pelo fortalecimento de tendências/frações conservadora no interior da profissão, pela investida em torno da tecnificação da profissão e pela repressão às lutas sociais mais gerais e o controle da organização política.

3.1.3 A ATUAÇÃO DAS ENTIDADES DO SERVIÇO SOCIAL FRENTE AOS DESAFIOS POSTOS NA ATUALIDADE: as lutas sociais, manutenção/ampliação da atual direção social e estratégica da profissão

As entidades representativas da categoria dos/as assistentes sociais, como já assinalamos, após o Congresso da Virada, redefiniram seu perfil ético-político, o que implicou

diretamente na defesa, avanço e aprofundamento da materialização do novo projeto profissional. Para isso, foi de suma importância à organização política da categoria, tanto entre as entidades, como em articulação com os demais segmentos da classe trabalhadora na direção de construir as possíveis estratégias coletivas em torno de assegurar a nova direção social da profissão.

Nesse processo empreendido pela hegemonia da categoria, destacaremos algumas ações que foram imprescindíveis para o desenvolvimento de estratégias nos âmbitos da formação e do trabalho profissional. Como já destacamos, foram dados deste estudo as Diretrizes Curriculares da ABEPSS, a Política Nacional de Estágio, o Plano de Lutas em Defesa do Trabalho e da Formação e Contra a Precarização do Ensino Superior, o Projeto ABEPSS Itinerante, os relatórios dos Encontros Nacionais no recorte temporal (2010-2018), e as Resoluções do CFESS que tinham aspectos diretos com a formação e o trabalho profissional das/os assistentes sociais; os Cadernos de Deliberações dos Encontros Nacionais das/os Estudantes de Serviço Social- ENESS e as Cartilhas publicadas pela entidade.

Esses documentos foram analisados com a finalidade de apreendermos as estratégias desenvolvidas pelas entidades da profissão no sentido de fazer o enfrentamento à conjuntura sócio-política que emergiu por meio do recrudescimento do projeto neoliberal. Nosso objetivo aqui é identificar como a organização política da categoria vem resistindo, frente às ofensivas neoliberais na atualidade brasileira, por meio das contribuições das entidades representativas do Serviço Social. Vale ressaltar que tais dados da pesquisa não foram construídos especificamente no lapso de tempo que escalamos para o estudo, mas são resultados de toda uma processualidade histórica de luta e de resistência da categoria.

Concordando com Yamamoto (2015) que a profissão é um produto histórico, e como tal, adquire sentido e inteligibilidade no interior da sociedade da qual é parte e expressão, entendemos que as lutas e as resistências travadas pela categoria, por meio das suas entidades representativas, estão relacionadas com a totalidade social. Assim, os desafios que foram emergindo no cenário brasileiro, têm relação com o desenvolvimento da programática neoliberal implementada pelo governo FHC, reproduzidas nos governos petistas e adensadas na atualidade.

Então, no campo da formação profissional, a política neoliberal interviu no projeto de educação superior, que alinhou seu desenvolvimento aos parâmetros do mercado, ou seja, atrelando a sua direção ao setor privado. Isso, segundo Lewgoy; Maciel (2016) demarcou um cenário de risco para o projeto de formação na área do Serviço Social, pois expressa contradições na concepção de educação como direito social. Conforme Boschetti (2011) para o Estado e o Ministério da Educação em sintonia com o projeto neoliberal, trata-se de instituir

uma política de educação fundada em três princípios: flexibilização, competitividade e avaliação.

Essa ameaça mobilizou a categoria nos seus espaços político-organizativos a construir ações de resistências na defesa de um projeto de formação profissional crítico, o que requisitou dos/as profissionais e intelectuais da área, notadamente da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social-ABEPSS a apreensão dos determinantes sócio-históricos para definir conforme Lewgoy; Maciel (2016) a direção e a construção de estratégias que garantisse a qualidade da formação em consonância com o projeto ético-político.

Compreendendo que o Serviço Social e parte e resultado das relações sociais nesta sociabilidade, o mesmo encontra-se mergulhado nas contradições inerente a mesma. Portanto, é por meio dessas contradições, que a profissão ao optar por defender os interesses do conjunto de trabalhadores/as, vai construir as trincheiras de resistência, no tocante à defesa de seus direitos.

Sabemos, e já evidenciamos aqui, que as décadas de setenta e oitenta do século passados, como a década de noventa foram emblemáticas para o avanço da direção crítica do Serviço Social, no entanto, essa direção foi consolidada numa conjuntura já adversa a seu novo projeto de profissional. Mesmo assim, uma parcela hegemônica da profissão, fortaleceu o compromisso ético-político de lutar e resistir num projeto societário antagônico à direção do novo projeto profissional. Isso, atualmente continua sendo algo extremamente necessário, pois o projeto do capital sob a racionalidade do neoliberalismo vem acirrando esse terreno mundialmente.

A trajetória histórica de luta e resistência das entidades representativas do Serviço Social, destacando nesse momento a ABEPSS enquanto entidade civil, de natureza acadêmico-científica de âmbito nacional, concentra-se segundo seu estatuto na direção de propor e coordenar a política de formação profissional na área de Serviço Social que associe organicamente ensino, pesquisa e extensão e articule a graduação com a pós-graduação, no sentido de fortalecer a concepção de formação como um processo que não dissocie a relação entre graduação, pós-graduação, educação permanente, exercício profissional e organização política dos/as assistentes sociais.

É com essa finalidade que a ABESS em 1996 deliberou sobre a revisão curricular devido às exigências sócio-históricas que se apresentavam na sociedade brasileira, especialmente sobre a educação superior. Logo, a entidade junto com o Centro de Documentação e Pesquisa em Políticas Sociais e Serviço Social – CEDEPSS coordenaram um intenso trabalho de mobilização no interior da categoria e das unidades de ensino para construir a revisão do Currículo Mínimo do curso de Serviço Social. Isso “[...] contou com o apoio

decisivo da entidade nacional representativa dos profissionais de Serviço Social através do CFESS, bem como do estudantes, através da Executiva Nacional de Estudante de Serviço Social – ENESSO” (ABESS/CEDEPSS, 1997). Essa mobilização foi incisiva nesse processo, resultando posteriormente, após muitos debates e sistematizações numa elaboração bastante densa intitulada: Proposta Nacional e Currículo Mínimo para o Curso de Serviço Social.

Simultaneamente a esse movimento, estava em curso a contrarreforma do ensino superior no país, que por meio da LDB promulgada em 1996 avança o projeto do capital representado pela lógica e determinações dos organismos multilaterais para o ensino superior. Por isso, desde então, a ABEPSS empreendeu um processo de articulação da categoria para discutir e apreender as nuances, criticamente da LDB, com o objetivo de desmistificar e avaliar os possíveis impactos para o ensino superior, especificamente, para a área do Serviço Social, tendo em vista que esta legislação fomentava a expansão do ensino presencial privado, a modalidade EAD e a proliferação de centros universitários, voltados para atender as demandas do capital financeiro.

À medida que essa perspectiva de ensino superior se intensificou nos governos petistas, a ABEPSS continuou junto à categoria no sentido construir um documento que pudesse subsidiar no âmbito ídeo-político, as proposições e estratégias da categoria nessa conjuntura. Boschetti (2011) afirma que a opção da ABEPSS em destrinchar a LDB junto à categoria nos encontros, seminários e conferências, possibilitou introduzir na profissão o debate crítico nos vários espaços de atuação profissional, majoritariamente no meio acadêmico.

Nesse movimento de discutir a LDB com as/os profissionais, está Lei requisitou da profissão, diretrizes e normatizações gerais para o curso de Serviço Social pelo MEC de acordo com os princípios da LDB/1996. A ABEPSS enquanto entidade nacional representativa das IES no âmbito do Serviço Social encaminhou segundo ABESS/CEDEPSS (1997), a proposta de Diretrizes Curriculares que estava construída para a revisão curricular que a categoria havia construído coletivamente. Logo, destacaremos a conformação desse documento por esse fazer parte do conjunto das normativas que sustentam a direção do projeto ético-político profissional e compor a amostra da presente pesquisa.

As Diretrizes Curriculares que foram coletivamente construídas pelo conjunto das entidades representativas da profissão, tinha segundo a ABESS/CEDEPSS (1997) como marco de redefinição do projeto profissional, o tratamento dado ao significado social da profissão. Este significado encontrava-se na especialização da profissão no trabalho coletivo, inserido na divisão social e técnica do trabalho. Além disso, destaca a historicidade do Serviço Social inscrito no espaço das relações sociais e destas com o Estado. Vale salientar que essa

perspectiva compreende a profissão como um processo que se transforma ao mesmo tempo, que as relações sociais no sistema em que se inscreve.

Segundo os pressupostos norteadores dessa concepção de formação profissional que informava a revisão curricular conforme a ABESS/CEDEPSS (1997) o Serviço Social se particularizava nas relações sociais de produção e reprodução da vida social, por ser uma profissão de caráter interventivo frente às expressões da “questão social”, as quais se expressavam nas contradições do capitalismo monopolista; a relação do Serviço Social com a questão social era mediatizada por um conjunto de processos socio-histórico e teórico-metodológico constitutivos de seu processo de trabalho; o agravamento da questão social pelo processo de reestruturação produtiva sob o aspecto do projeto neoliberal que determina uma inflexão sobre o campo profissional, devido às “reformas” do Estado e pelo movimento de organização das classes trabalhadoras, com repercussão no mercado de trabalho; o processo de trabalho do Serviço Social é determinado pelas configurações estruturais e conjunturais da questão social e pelas formas históricas de seu enfrentamento, permeadas pelas ações dos trabalhadores/as, do capital e do Estado, através das políticas e lutas sociais.

Portanto, naquele momento de desregulamentação e contrarreforma do ensino superior, Boschetti (2011) afirma que a ABEPSS se preocupava com a possível desconfiguração das Diretrizes Curriculares, pela contradição que havia entre a concepção de formação da ABEPSS e das particularidades da LDB, que estava baseada nos princípios neoliberais para a educação superior no país. Mesmo com o acompanhamento de sua tramitação, estas sofrem uma brusca redução no seu conteúdo teórico-metodológico, principalmente no que concerne ao projeto pedagógico do curso.

Desse modo, isso acarretou a “[...] abertura de novos cursos com projetos pedagógicos reduzidos (cursos com três anos), simplificados e extremamente diversificado, provocando fragilização e empobrecimento do processo do processo formativo” (BOSCHETTI, 2011, p. 38). Assim, as Diretrizes Curriculares aprovadas pelo MEC alinham-se ao projeto neoliberal de educação superior, diferentemente das construídas pela ABEPSS. Contudo, as entidades somaram resistências no sentido de suas implementações se articulando com os estudantes, docente e as Instituições de Ensino Superior.

Diante do contexto histórico de construir estratégias para materialização das Diretrizes Curriculares, ressaltamos a importância do 39º Encontro Nacional do Conjunto CFESS/CRESS espaço estritamente político, de discussões e debates em torno das questões que minam o campo da sociedade e do Serviço Social. Neste encontro, as representações da ABEPSS, ENESSO e do Conjunto CFESS/CRESS, trouxeram discussões importantíssimas para a conformação da PNE, a modalidade de educação à distância e os rebatimentos do impacto

dessa sobre o Serviço Social. Logo, Santos (2010) naquele momento indagava sobre quais situações e questões nos convocam à resistência, e contra o quê exatamente precisávamos lutar. A autora afirmou que a resposta para tal indagação era no mínimo complexa, assustadora e desafiante, pois não se tratava de resistir apenas a algumas situações específicas, mas a um sistema que tende a destruir conquistas civilizatórias mundialmente.

Nesse sentido, por fazer parte da classe trabalhadora e ser resultado dessa sociabilidade, a categoria de assistente social tem um papel político a ser cumprido na mesma. Segundo o projeto ético-político dessa profissão, seu compromisso é com os interesses dos/as trabalhadores/as, que mediante as contradições do sistema vigente, vai substanciando seu papel social, possibilitando à atuação desses/as profissionais nos diferentes espaços sócio-ocupacionais, em que elaboram, conforme Santos (2010), estratégias de resistência e de luta junto às entidades representativas do Serviço Social.

Portanto, no tocante aos dados da nossa pesquisa, a Política Nacional de Estágio se constitui em mais uma estratégia de luta em defesa da formação profissional de qualidade. Este documento segundo Ramos (2010) reafirma o compromisso e as atribuições da ABEPSS, enquanto entidade acadêmico-científica, voltada ao fortalecimento e qualificação dos/as profissionais e do projeto ético-político. Além disso, trata-se de um documento construído coletivamente pelas entidades da categoria para enfrentar a precarização e o aligeiramento do ensino superior na área.

A PNE veio no sentido de somar força política para materialização das Diretrizes Curriculares, por isso, a ABEPSS, conforme afirma Ramos (2010), priorizou seu debate e formulação nos espaços coletivos da entidade, por ser uma demanda histórica da ABEPSS e constituir-se um instrumento de luta em contraposição ao ensino a distancia, defendendo um modelo de educação que seja pública, gratuita, laica, presencial, de qualidade e de relevância social.

Nesse cenário de lutas das entidades e contrarreformas do ensino superior, emergiu a aprovação da nova lei de estágio dos/as estudantes no Brasil — a Lei 11. 788 de 2008 que dispõe sobre o estágio supervisionado no país, e conseqüentemente da Resolução CFESS N° 523 que dispõe sobre a regulamentação da supervisão direta de estágio no Serviço Social. Nessas circunstâncias, requisitou-se mecanismos que viabilizasse a compreensão e a formulação de documentos que intervisse no modo de suas implementações.

A PNE já vinha sendo debatida pela ABEPSS concomitantemente com outras estratégias, e foi fundamental nesse momento para a articulação, especialmente da ENESSO e da ABEPSS, em torno dessas questões, e do modelo de avaliação adotado pelo MEC

(ENADE/SINAES)²⁵ para os cursos superiores no país, incluindo o de Serviço Social. De acordo com Ramos (2010), tanto a PNE, quanto a Resolução N° 523, contribuíram para o desenvolvimento do Plano Nacional de Lutas em Defesa da Formação e do Trabalho Profissional com qualidade. Vale salientar que a PNE mesmo não tendo poder de lei como a Resolução N° 523, é um documento político importantíssimo para a profissão, pois se encontra sintonizada com o projeto ético-político, bem como, defende uma educação pública, gratuita, laica, presencial e socialmente referenciada.

Portanto, para o fortalecimento e consolidação da PNE é basilar a,

[...] articulação das comissões de formação dos CRESS e dos fóruns de supervisores/as, que são outro espaço importante que a política aborda e que existem em todo o país; promoções de ações que envolvam a formação e a capacitação permanente de supervisores/as; construção também da Política Nacional de Educação Permanente, que está no plano de lutas das entidades e em que temos de envolver e propor ações, por exemplo, que abordem a formação e capacitação permanente dos/as assistentes sociais como um todo e particularmente dos/as supervisores/as de estágio; criação e fortalecimento de fóruns de supervisores/as de estágio, com a ideia de fortalecer onde existe e criar onde não existe; constituição de fóruns estaduais, na perspectiva de ampliação com participação de unidades de formação acadêmicas e dos CRESS; avaliação permanente, pelas UFAs, dos campos de estágio; avaliação quanto ao respeito aos princípios da PNE, da resolução e do processo de formação; fortalecimento das comissões de formação dos CRESS, o que é fundamental (RAMOS, 2010, p. 79).

Essas proposições são de suma importância na mediação contrária à formação profissional que se vincula às leis do mercado, que reduz a formação a aspectos técnicos-instrumental, impossibilitando uma apreensão e compreensão críticas da sociedade e das demandas postas a profissão. Diferente dessa concepção de formação, o modelo de estágio que se vincula à proposta das Diretrizes Curriculares da ABEPSS,

[...] se constitui num instrumento fundamental na formação da análise crítica e da capacidade interventiva, propositiva e investigativa do/a estudante, que precisa apreender os elementos concretos que constituem a realidade social capitalista e suas contradições, de modo a intervir, posteriormente como profissional, nas diferentes expressões da questão social, que vem se agravando diante do movimento mais recente de colapso mundial da

²⁵ SINAES- Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior que foi regulamentado pelo MEC em 2004 que avalia a educação superior a partir de três pontos: a Instituição de Ensino Superior – IES, os cursos de graduação e o empenho das/os estudantes.

ENADE- instrumento de avaliação que compõe o SINAES, cujo objetivo é avaliar os cursos de graduação a partir de critérios que permitem um ranqueamento das IES, já que classifica estas com níveis de 1 a 5 sem considerar as especificidades dos cursos e das regiões em que a prova é aplicada. Quando se obtém nota 1 ou 2 na avaliação do SINAES a IES passa então por uma avaliação externa pelo MEC, onde o avaliador pode não ser da mesma área do curso avaliado, precarizando assim a avaliação, onde a IES pode ter então seus recursos reduzidos, revelando assim, o caráter punitivo dessa avaliação. (ENESSO — folder: FORA ENADE “Educação não é mercadoria!”).

economia, em sua fase financeira, e de desregulamentação do trabalho e dos direitos sociais (ABEPSS, 2010, p. 11).

Decerto, os princípios que consolidam a proposta de estágio para o Serviço Social encontram-se organicamente relacionados com as Diretrizes Curriculares da ABEPSS, quando defende a indissociabilidade entre as dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa, reafirmando assim, o compromisso da categoria com o projeto ético-político da profissão e, evidenciando a incompatibilidade entre graduação à distância e Serviço Social, ocorrendo o mesmo com a pós-graduação. Assim, buscamos com esse resgate mais histórico da constituição das Diretrizes Curriculares da ABEPSS e da Política Nacional de Estágio, esboçar o plano político-organizativo de articulação da categoria, para que dessa maneira, pudéssemos analisar as demais estratégias das entidades, as quais foram propostas para esta pesquisa.

No que se refere ao Plano de Lutas em Defesa do Trabalho e da Formação e Contra a Precarização do Ensino Superior e o Projeto ABEPSS Itinerante, sistematizamos de seus relatórios os principais conteúdos no que se refere ao ano; tema; orientações gerais; objetivos; eixos de ações e atividades. Esses conteúdos foram esquematizados em quadros, para melhor visualização do campo amostral da pesquisa.

No quadro 01, estão sistematizados os dados do relatório do Plano de Lutas em Defesa do Trabalho e da Formação e Contra a Precarização do Ensino Superior, que evidencia as ações e as atividades que foram construídas pela categoria organizada politicamente para defender o trabalho e a formação das/os assistentes sociais. Assim, o plano de lutas se configura como mais um instrumento para fortalecer tanto a PNE como a Resolução Nº 533 do CFESS. Este também foi resultado da organização, e dos debates da profissão, especificamente de uma deliberação do 37º Encontro Nacional do Conjunto CFESS/CRESS – do eixo de formação profissional que tinha como objetivo,

[...] sistematizar atividades já realizadas pelo conjunto CFESS/CRESS e pelas entidades nacionais do Serviço Social, bem como construir novas estratégias de enfrentamento à precarização do ensino superior e subsidiar a realização de ações coletivas em defesa da formação e do exercício profissional com qualidade (ABEPSS, 2009).

Esse papel foi vinculado ao Grupo de Trabalho de Formação e Trabalho profissional que, considerando esse espaço de organização da categoria envolvia o coletivo das entidades da profissão, envolveu tanto a ABEPSS, quanto a ENESSO, em suas atividades e, ampliando as discussões sobre as demandas postas pela realidade conjuntural da sociedade brasileira, para efetivação da direção social estratégica do Serviço Social, em que resultou no Plano de Lutas Em Defesa do Trabalho e da Formação e Contra a Precarização do Ensino Superior, o que

engendrou no interior da profissão uma mobilização nacional da profissão em torno da qualificação do trabalho e da formação profissional.

Portanto, dada à dimensão do Plano de Lutas em Defesa do Trabalho e da Formação e Contra a Precarização do Ensino Superior, no 44º Encontro Nacional do Conjunto CFESS/CRESS é aprovado o documento “Bandeiras de luta” que:

[...] condensa uma parte da pauta política construída coletivamente ao longo dos últimos anos pelo Conjunto CFESS/CRESS, como produto de suas plenárias deliberativas, que ocorrem anualmente, conforme previsto na Lei nº 8.662/93, que regulamenta a profissão de assistente social no Brasil. (CFESS/CRESS, 2016).

Esse documento foi incorporado pelas entidades da profissão, e no Conjunto CFESS/CRESS, ele passou ser “Agenda Permanente”, subsidiando e consolidando o compromisso político da categoria, frente à condição socio-política emergida pelas transformações societárias, engendrada pelo avanço do capitalismo nos moldes das políticas neoliberais, de desmonte do Estado no que se refere às políticas sociais, na flexibilização e precarização das relações de trabalho da classe trabalhadora.

Diante disso, o Serviço Social não se encontra imune a essas determinações conjunturais, os impactos desse processo incidem sobre a formação profissional, nas condições de trabalho dos/as assistentes sociais, como também, na direção política da profissão, desafiando de maneira contundente o projeto ético-político da profissão.

Dessa maneira, o Plano de Lutas em Defesa do Trabalho e da Formação e Contra a Precarização do Ensino Superior, como o Documento “Bandeiras de Lutas” compõem, não só para o Conjunto CFESS/CRESS, mas para as demais organizações políticas da profissão, uma pauta política permanente e comprometida com os interesses das/os trabalhadoras, numa luta pela construção da emancipação política, cujo horizonte é a defesa de uma nova sociabilidade, diferente da que vem sendo consolidada em condições de barbárie na atualidade. Logo, para que tenhamos condições de apreender essas determinações e, intervir sobre as mesmas,

É fundamental reconhecer o Estado e a sociedade como espaço contraditório e apreender essas Bandeiras como fruto das reivindicações históricas da classe trabalhadora [...] essas bandeiras só têm sentido quando realizadas conjuntamente, retratando a direção ético-política afirmada pelo Serviço Social brasileiro em sua trajetória recente, e contribuindo para alimentar nossa potencialidade de transforma essa realidade (CFESS/CRESS, 2016, p. 6).

Nesse sentido, as análises desses dados elucidam a direção político-social que pauta o projeto ético-político do Serviço Social, a qual vem sendo construída por meio do

protagonismo das entidades representativas do Serviço Social, na contramão da sociabilidade do capital marcada pelas tendências das políticas neoliberais.

Quadro 01 — Dados do Plano de Lutas em Defesa do Trabalho e da Formação e Contra a Precarização do Ensino Superior (ABEPSS), no que se refere ao ano, tema, orientações gerais, objetivos, eixos de ações e atividade

ANO	TEMA	ORIENTAÇÕES GERAIS	OBJETIVOS	EIXOS DE AÇÕES	ATIVIDADES
2008	PLANO DE LUTAS – em defesa do trabalho e da formação e contra a precarização do ensino superior	Trabalhar na sistematização de estratégias de enfrentamento à precarização do ensino superior, conforme objetivo definido no 37º Encontro Nacional do Conjunto CFESS/CRESS.	Sistematizar atividades já realizadas pelo Conjunto CFESS/CRESS e pelas entidades nacionais do Serviço Social, bem como construir novas estratégias de enfrentamento à precarização do ensino superior e subsidiar a realização de ações coletivas em defesa da formação e do exercício profissional com qualidade.	FISCALIZAÇÃO NAS UNIDADES DE EAD	<p>Enviar ofício assinado pelo CFESS e ABEPSS às instituições de EAD informando que os CRESS solicitarão informações abaixo indicadas, e reafirmar a importância de envio;</p> <p>Enviar ofício aos CRESS solicitando o levantamento e encaminhando um conteúdo padrão de ofício a ser enviado para as unidades, com indicação de fundamentação jurídica que estabelece a obrigatoriedade de envio das informações pelas UFAS, conforme Lei 8662/93;</p> <p>Atualizar levantamento sobre oferta de cursos de graduação à distância e elaborar dossiê com as seguintes informações:</p> <p>a) existência de projeto pedagógico em consonância com diretrizes curriculares da ABEPSS (ementário de disciplinas);</p>

				<p>b) relação de professores assistentes sociais, tutores eletrônicos, tutores de sala e respectivo registro nos CRESS;</p> <p>c) relação de coordenadores de curso e de estágio;</p> <p>d) cumprimento da resolução 533/2008 referente à supervisão de estágio;</p> <p>e) local e condições de funcionamento dos polos;</p> <p>f) número de alunos;</p> <p>g) ato de credenciamento do curso no MEC;</p> <p>h) relação de formandos que realizaram estágio, indicando os campos, os supervisores acadêmicos e de campo com indicação de inscrição nos CRESS;</p> <p>Sistematizar as informações enviadas pelos CRESS para subsidiar ações políticas e jurídicas e debater nas atividades da semana do/a assistente social;</p> <p>Defender nos Conselhos e Fóruns de Políticas Públicas manifestações contrárias aos cursos de graduação à distância;</p> <p>Apresentar nas Conferências nacionais, estaduais e municipais de políticas públicas moções com posicionamento contrário aos cursos de graduação à distância.</p>
				<p>ACOMPANHAMENTO DA</p>

				<p>IMPLEMENTAÇÃO DA RESOLUÇÃO CFESS 533/2008</p> <p>REVISÃO DA RESOLUÇÃO DE INSCRIÇÃO PROFISSIONAL</p> <p>PADRONIZAÇÃO DE PROCEDIMENTOS DE</p>	<p>Intensificar debates sobre a resolução 533/08 que regulamenta a supervisão direta de estágio, envolvendo as vice-presidentes regionais da ABEPSS, os CRESS e a instituições de ensino;</p> <p>Mapear junto à UFAS as dificuldades na implementação da resolução e enviar para ABEPSS e CFESS;</p> <p>Encaminhar ao CFESS relatórios com resultados dos debates para avaliação nos descentralizados e apresentação de balanço no Encontro Nacional;</p> <p>Intensificar o debate sobre a Resolução nos Fóruns de Supervisores.</p> <p>Iniciar processo de aprimoramento da resolução de inscrição profissional;</p> <p>Enviar ofício aos CRESS solicitando contribuições;</p> <p>Discutir as contribuições dos CRESS nos Descentralizados, com vistas à elaboração de nova resolução.</p>
--	--	--	--	--	---

				<p>CRENCIAMENTO DE CAMPOS DE ESTÁGIO PELO CRESS</p> <p>Elaborar documento com indicação de procedimentos administrativos e jurídicos para realizar o credenciamento e fazer cumprir o artigo 1, parágrafo 4 da Resolução 533/09;</p> <p>Elaborar formulário de credenciamento com informações padrão, que contemplem os seguintes elementos: campos credenciados, endereços, contatos, nome e número de registro de supervisores acadêmicos e de campo, nome do estagiário e semestre de matrícula; existência de plano de trabalho do supervisor; mecanismos de aferição de carga horária, frequência e avaliação de estagiários; se o campo configura área de SS.</p> <p>EIXO DE AÇÕES DE ESTUDOS E PESQUISAS</p> <p>IDENTIFICAÇÃO DAS POSSIBILIDADES DE ATUAÇÃO NOS CONSELHOS NACIONAL E ESTADUAIS DE EDUCAÇÃO</p>	<p>Elaborar documento com indicação de procedimentos administrativos e jurídicos para realizar o credenciamento e fazer cumprir o artigo 1, parágrafo 4 da Resolução 533/09;</p> <p>Elaborar formulário de credenciamento com informações padrão, que contemplem os seguintes elementos: campos credenciados, endereços, contatos, nome e número de registro de supervisores acadêmicos e de campo, nome do estagiário e semestre de matrícula; existência de plano de trabalho do supervisor; mecanismos de aferição de carga horária, frequência e avaliação de estagiários; se o campo configura área de SS.</p> <p>Identificar a composição e atribuições do Conselho</p>
--	--	--	--	--	---

				<p>Nacional de Educação;</p> <p>Identificar a composição e atribuições dos Conselhos Estaduais de Educação;</p> <p>Sistematizar as informações e apresentar no Encontro Nacional CFESS/CRESS.</p> <p>Elaborar um documento base para discussão com as UFAS (Unidades de Formação Acadêmica)</p> <p>Aprovação do documento final nas Oficinas Regionais e Nacional de Graduação da ABEPSS;</p> <p>Elaborar parecer jurídico sobre a Portaria 040/2007 que institui o e-MEC – sistema eletrônico de fluxo de trabalho e gerenciamento de informações relativas aos processos de regulação do ensino superior, com base no parecer jurídico da Dra Sylvia Terra, n. 10/</p>
			<p>ELABORAÇÃO DA POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO PERMANENTE (PNEP)</p> <p>ESTUDOS JURÍDICOS</p> <p>EIXO DE AÇÕES DE ARTICULAÇÃO COM ENTIDADES, MOVIMENTOS SOCIAIS E CONSELHOS</p> <p>ESTÍMULO À ABERTURA DE CURSO DE SERVIÇO SOCIAL PRESENCIAL NAS IES PÚBLICAS</p>	

				<p>Atualizar o levantamento das instituições públicas de ensino superior que não dispõem de curso de serviço social;</p> <p>Realizar visitas às instituições públicas de ensino que não possuem cursos, para estimular sua abertura;</p> <p>Defender nos Conselhos e Fóruns de Políticas Públicas manifestações de apoio à abertura de cursos presenciais nas instituições públicas;</p> <p>Apresentar nas Conferências nacionais, estaduais e municipais de políticas públicas moções em defesa da abertura de cursos de serviço social nas instituições de ensino superior públicas.</p>
				<p>CAMPANHA NACIONAL EM DEFESA DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL COM QUALIDADE</p>
				<p>Realizar campanha conjunta – ABEPSS, Conjunto CFESS/CRESS e ENESSO, com as seguintes atividades:</p> <p>a) oficinas regionais e nacional de graduação da ABEPSS;</p> <p>b) publicação de cartazes, adesivos, folder explicativo;</p> <p>c) Manifesto das entidades;</p> <p>d) ações junto à Frente Parlamentar em Defesa</p>
				<p>ARTICULAÇÃO ENTRE OS CRESS, UNIDADES DE ENSINO E ABEPSS</p>

				<p>ARTICULAÇÃO COM MOVIMENTOS SOCIAIS E CONSELHOS PROFISSIONAIS</p> <p>EIXO DE AÇÕES JUNTO AO MEC</p> <p>EIXO DE AÇÕES JUNTO AO PODER LEGISLATIVO</p>	<p>da Universidade;</p> <p>e) incorporar defesa da formação com qualidade no vídeo sobre a profissão.</p> <p>Estimular/manter a articulação dos CRESS com ABEPSS e os Fóruns de Supervisores</p> <p>1. Realizar reunião com ANDES e FASUBRA objetivando elaborar plano de ações conjuntas em defesa do ensino público, gratuito, laico e de qualidade e contra a banalização, mercantilização, precarização e massificação da formação profissional, em consonância com o projeto ético-político do serviço social;</p> <p>2. Apresentar no Conselho a proposta de assinatura de nota contra os cursos de graduação à distância e em defesa da qualidade na formação, por todos os Conselhos Federais de Profissões.</p> <p>3- Fomentar ações conjuntas entre os CRESS e outros Conselhos Profissionais</p>
--	--	--	--	---	---

					<ol style="list-style-type: none">1. Enviar ofício ao MEC solicitando a listagem dos cursos de graduação à distância e dos pólos presenciais para exercício da fiscalização;2. Enviar documento ao MEC com resultado do levantamento dos cursos de graduação à distância efetuado pelos CRESS e Diretorias Regionais de ABEPSS, pressionando para que cumpra suas atribuições de avaliação para autorização e credenciamento de cursos em unidades de ensino presenciais e à distância;3. Dar continuidade à notificação contra o MEC relativa ao cumprimento de suas responsabilidades na autorização e credenciamento das unidades de ensino para ofertar os cursos;4. Realizar debates nas Oficinas Regionais e Nacional de Graduação da ABEPSS e nos CRESS e descentralizados sobre a pertinência de reivindicarmos que o CNS emita parecer opinativo na abertura de cursos de graduação (presencial e à distância), conforme artigo 36 do
--	--	--	--	--	---

				<p>Decreto Nº. 5773/2006, bem como, discutir a pertinência de o CFESS “oferecer subsídios”, nos termos do artigo 37 do mesmo decreto;</p> <p>5. Solicitar ao MEC o ato de credenciamento das unidades de ensino para ofertar os cursos de serviço social, bem como a supervisão destes, pelo Ministério supracitado, no sentido de averiguar o cumprimento do que foi proposto por estas instituições para o funcionamento dos cursos de graduação em serviço social;</p> <p>EIXO DE AÇÕES JUNTO AO PODER LEGISLATIVO</p> <p>REALIZAÇÃO DE AUDIÊNCIAS PÚBLICAS</p> <p>6. Elaboração e envio ao MEC e Instituições de Ensino Superior de ofício conjunto pela ABEPSS CFESS e ENESSO defendendo abertura de curso de Serviço Social nas universidades públicas, em conformidade com as Diretrizes Curriculares da ABEPSS.</p> <p>1. Solicitar à Comissão de Educação da Câmara e Senado a realização de</p>
--	--	--	--	--

				<p>audiência pública em defesa da formação de qualidade e contra a graduação à distância;</p> <p>2. Buscar articulação com parlamentares da Comissão de Educação da Câmara e Senado, na perspectiva de pressionar o MEC para cumprir suas atribuições de garantir qualidade na formação;</p> <p>3. Articular a realização de audiências públicas nas Assembleias Legislativas em defesa da formação de qualidade e contra a precarização do ensino (em especial a graduação à distância).</p>
				<p>EIXO DE AÇÕES JURÍDICAS</p> <p>ELABORAÇÃO DE PARECER JURÍDICO</p>
				<p>EIXO DE AÇÕES DE COMUNICAÇÃO E MOBILIZAÇÃO</p> <p>DIVULGAÇÃO DE POSICIONAMENTO DAS ENTIDADES SOBRE EAD</p>
				<p>1. Elaborar parecer jurídico para verificar possibilidade de adoção de mecanismos legais para fortalecer a fiscalização em relação ao não cumprimento dos requisitos legais pelas instituições de ensino superior, na perspectiva de inviabilizar, nesta hipótese, a inscrição do bacharel no CRESS;</p> <p>2. Verificar possibilidade de acionar judicialmente o MEC pelo não cumprimento da notificação realizada em</p>

					<p>2007.</p> <p>Elaborar e divulgar carta aberta aos estudantes de EAD com posicionamento das entidades para divulgação em meio eletrônico;</p> <p>Elaborar nota atualizada sobre posicionamento das entidades contra cursos de graduação à distância;</p> <p>Elaborar e publicar nota em jornais locais pelos CRESS, nas páginas das entidades, distribuição na Semana do/a Assistente Social, envio por e-mail e utilização de comunidades do Orkut;</p> <p>Divulgar em nota pública os resultados das irregularidades encontradas no levantamento a ser efetuado, com inserção na mídia, nas audiências públicas.</p>
--	--	--	--	--	--

FONTE: Elaboração própria feita a partir do Relatório Final do Plano de Lutas Em Defesa do Trabalho e da Formação e Contra a Precarização do Ensino Superior Encontros - ABEPSS, realizados na segunda década dos anos 2000, (2019).

Os dados sistematizados no quadro acima versam principalmente, sobre os eixos de ações e as atividades que subsidiavam o desenvolvimento do Plano de Lutas em Defesa do Trabalho e da Formação e Contra a Precarização do Ensino Superior, na contra corrente às políticas neoliberais. Suas orientações gerais, assim como seus objetivos corroboram para fortalecer as Diretrizes Curriculares, a PNE, e adensar a perspectiva de que é incompatível a modalidade EAD na direção da política de formação pautada nas Diretrizes Curriculares da ABEPSS.

Então, o Plano de Lutas em Defesa do Trabalho e da Formação e Contra a Precarização do Ensino Superior tem seus eixos de ações articulados em entre si, os quais versam sobre ações de fiscalização nas unidades EAD, de estudos e pesquisas, articulação com entidades, movimentos sociais e conselhos, com ações junto ao MEC, junto ao poder legislativo, ações jurídicas e de comunicação e mobilização. Conforme Ribeiro (2010) esses eixos se configuram em ações de

[...] acompanhamento da implementação da Resolução CFESS Nº 533, priorizando a fiscalização das unidades de ensino de graduação à distância, a revisão da resolução da inscrição profissional, já implementada no âmbito do CFESS, e a padronização de procedimentos de crescimento de campo de estágio pelo CRESS (RIBEIRO, 2010, p. 89).

Essas ações mobilizam as entidades, as unidades de formação e a categoria profissional para além dos encontros, seminários, conferências, atingindo os diversos espaços sócio-ocupacionais, pois envolve a totalidade da formação: ensino, pesquisa e extensão, estágio supervisionado e o trabalho profissional, como se encontra nos aportes normativos da profissão. Além disso, o eixo que trata de comunicação e mobilização dar visibilidade a essas ações para toda a categoria, o que possibilita de acordo com Ribeiro (2010) a potencializar a luta das entidades contemplando os posicionamentos dos profissionais e estudantes de Serviço Social, inclusive do ensino a distância.

Nesse sentido, o Projeto ABEPSS Itinerante, também se configurou como uma das estratégias da ABEPSS junto às demais entidades da categoria, para subsidiar as demais estratégias as quais já apontamos aqui. No quadro 02 a seguir, encontram-se os dados dos projetos ABEPSS Itinerante realizados em 2012, 2014, 2016 e 2018, que junto com o Plano de Lutas em Defesa do Trabalho e da Formação e Contra a Precarização do Ensino Superior, compõem mais uma iniciativa das entidades representativas do Serviço Social, no sentido de fortalecer a categoria na direção estratégica defendida no projeto ético-político da profissão. Esses projetos têm como objetivo:

[...] fortalecer as estratégias político-pedagógicas de enfrentamento à precarização do ensino superior, por meio da difusão ampla dos princípios, conteúdos e desafios colocados para a construção das Diretrizes Curriculares como instrumento fundamental na formação de novos profissionais, na direção do Plano de Lutas em defesa do trabalho e da formação e contra a precarização do ensino superior (ABEPSS, 2012).

Os projetos que vêm sendo construídos e implementados pela profissão, encontram na realidade inúmeros desafios, postos pelo processo de contrarreforma do Estado no que se refere às múltiplas esferas da vida social. Na contra corrente, as entidades da profissão

comprometidas com a direção estratégica do projeto ético-político, seguem na resistência discutindo e construindo mecanismos de enfrentamento as políticas neoliberais, com as demais expressões político-organizativas da classe trabalhadora. A lógica do ABEPSS Itinerante permitiu segundo seus relatórios, capilarizar a ABEPSS juntos as Unidades de Formação acadêmicas, ampliando os debates e reforçando os princípios das Diretrizes Curriculares na direção social que a profissão construiu nos últimos 30 anos.

Após a primeira edição do projeto, sua avaliação mostrou que a ideia central teve sentido e adesão dos profissionais, o que permitiu a continuidade das atividades do projeto ABEPSS Itinerante, que de início nos anos 2011/2012 foi apresentada no formato de um curso de aperfeiçoamento, tendo como tema: Fortalecimento da Lógica das Diretrizes Curriculares reforçando a questão social e a ontologia do trabalho como centrais para a formação dos assistentes sociais.

Em sua segunda edição em 2014, dando continuidade as atividades do projeto, houve uma mudança em seu formato, foi desenvolvida na forma de oficinas, onde foi possível realizar 35 oficinas, em 23 estados envolvendo em torno de 63 UFA's, ENESSO, os CRESS's e o CFESS na elaboração das atividades. Isso deu maior dinamismo nas ações do projeto, podendo alcançar uma parcela significativa de profissionais e estudantes. Assim, teve como tema central: Estágio Supervisionado em Serviço Social: desfazendo nós e construindo alternativas.

Acompanhando uma sequência lógica, a cada dois anos, em 2016 o projeto teve como tema: Unidade Teórica e Prática nos Fundamentos do Trabalho Profissional. No que se refere ao objetivo das oficinas nessa terceira edição, temos a discussão acerca dos fundamentos históricos, teórico-metodológicos e ético-políticos do Serviço Social, os quais constituem a profissão numa perspectiva de totalidade histórica.

Dessa maneira, é notório o compromisso que as entidades representativas do Serviço Social estão tendo, com a direção crítica da profissão, aquela construída efetivamente a partir dos fins dos anos setenta e, consolidada em fins dos anos oitenta, início da década de noventa. E passados oito anos dessa iniciativa, o cenário sócio-político evidencia que o projeto necessita continuar, pois os desafios se ampliam com as políticas neoliberais, exigindo da categoria e de suas expressões organizativas,

[...] aprofundamento de formulações de estratégias coletivas para fortalecer o projeto de formação profissional, frente a uma expansão dos cursos de Serviço Social, em EAD, os cursos do REUNI, e a precarização dos cursos mais antigos, e a inserção de novos sujeitos no debate sobre a formação profissional – frente às tendências de uma mudança regressiva no perfil profissional (ABEPSS, 2012).

Esses determinantes precisam ser elementos de estudos e de assimilação no interior da categoria profissional, para que as mesmas possam continuar construindo e fortalecendo as estratégias de resistência a essas tendências postas pelo avanço das medidas neoliberais.

Com isso, a quarta edição do projeto, a partir das avaliações anteriores, viu a necessidade de retomar a discussão das Diretrizes Curriculares com ênfase nos Fundamentos do Serviço Social: as atribuições profissionais em debate, no sentido de

“[...] enfrentar o aligeiramento da formação e o avanço das forças neoconservadoras que atravessam o Serviço Social, reduzindo à formação a um conjunto de repasses de conteúdos e procedimentos de intervenção numa direção tecnicista e meramente funcional dos interesses do mercado” (ABEPSS, 2012).

Com o objetivo de fortalecer as diretrizes curriculares no interior dos cursos de Serviço Social e, fazer o enfrentamento, junto com o Plano de Lutas, na Defesa do Trabalho e da Formação e Contra a Precarização do Ensino Superior, a entidade constatou a relevância do Projeto ABEPSS Itinerante, e designou que o projeto dessa maneira, construía “[...] um espaço de formação continuada para os profissionais, evidenciando a sua necessária permanência na agenda das outras entidades” (ABEPSS, 2018). Então, conforme a pertinência da proposta da quarta edição,

“[...] ela se confirma pelos aspectos da atual realidade, exigindo a análise crítica ao pensamento conservador, seus desdobramentos na formação e no trabalho profissional, e seus rebatimentos para o projeto ético-político da profissão, na direção social construído nos últimos 50 anos” (ABEPSS, 2018).

Portanto, a seleção dos dados do quadro 02, referentes aos relatórios do projeto ABEPSS Itinerante, vem no sentido de apreendermos como as entidades da profissão estão conseguindo articular a diversa realidade que apresenta enormes desafios à profissão como e os princípios do projeto ético-político e, como estão sendo construídas as formas de resistências, aos ataques neoliberais sobre a profissão, principalmente no tocante a formação e o trabalho profissional.

Quadro 02 — Dados referentes ao projeto ABEPSS Itinerante no que se refere ao ano, tema, orientações gerais e objetivos

ANO	TEMA	ORIENTAÇÕES GERAIS	OBJETIVOS
2012		Fortalecer as	Fortalecer o Projeto de Formação Profissional do Serviço

	<p>As Diretrizes Curriculares da ABEPSS e o Projeto Profissional do Serviço Social.</p>	<p>estratégias político-pedagógicas de enfrentamento à precarização do ensino superior, por meio da difusão ampla dos princípios, conteúdos e desafios colocados para a consolidação das DC como instrumento fundamental na formação de novos profissionais (reforço dos eixos: Fundamentos, Trabalho, Questão Social, Ética, Pesquisa e Ensino da prática).</p>	<p>Social brasileiro no contexto atual, por meio de encontros com coordenadores de curso, docentes, supervisores de estágio e discentes de pós-graduação (mestrado/doutorado), visando à difusão do conhecimento e a dinamização de ações voltadas para a consolidação e reafirmação dos princípios e orientações presentes nas Diretrizes Curriculares da ABEPSS (1996) nas UFAs;</p> <p>Ampliar a interlocução e a aproximação das Entidades Organizativas junto aos profissionais envolvidos diretamente na formação profissional, de modo a contribuir para a qualificação deste processo pedagógico e de intervenção na direção do PEP;</p> <p>Fortalecer os espaços coletivos de debate em torno da formação profissional (Comissões de Formação, Fórum de Supervisores de Estágio, Colegiados da ABEPSS, etc);</p> <p>Mapear os desafios atuais da implantação das Diretrizes Curriculares e da consolidação do projeto de formação com elementos de realidade, dando destaque à temática no seio da profissão nos “65 anos” da ABEPSS;</p> <p>Ampliar e fortalecer as adesões das UFAs e Formadores aos quadros de Associados da Entidade visando o fortalecimento orgânico dos membros, bem como a manutenção político-institucional da ABEPSS.</p>
2014	<p>ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM SERVIÇO SOCIAL: desfazendo os nós e construindo alternativas</p>	<p>Fortalecer a implementação da PNE como estratégia para a ampliação da base político-acadêmica do plano de lutas em defesa do trabalho e da formação e contra a precarização do ensino superior, nas UFA's.</p>	<p>Construir estratégias coletivas para a implementação da PNE em conformidade com as diretrizes curriculares considerando as particularidades de cada UFA em consonância com um projeto popular de universidade, democrática e socialmente referenciada;</p> <p>Fortalecer os mecanismos políticos, pedagógicos e legais que expressem a importância do estágio supervisionado na formação e exercício profissional, com base nas diretrizes curriculares, na PNE e nas resoluções do CFESS;</p> <p>Estreitar as relações político-pedagógicas das Diretorias Regionais da ABEPSS com as UFAs e com as comissões</p>

			<p>de formação profissional dos CRESSs de todos os estados das Regiões;</p> <p>Contribuir com a interlocução permanente entre as instâncias da ABEPSS, o Conjunto CFESS/CRESS, ENESSO, as UFAS, os Assistentes Sociais Supervisores acadêmico e de campo;</p> <p>Dar continuidade e ampliar a política de formação continuada tendo em vista o fortalecimento das estratégias nacionais e regionais da ABEPSS de enfrentamento à precarização do ensino superior.</p>
2016	OS FUNDAMENTOS DO SERVIÇO SOCIAL EM DEBATE: formação e trabalho profissional	Fortalecer a concepção dos fundamentos teórico-metodológicos e ético-políticos do Serviço Social que consubstanciam a lógica das diretrizes curriculares da ABEPSS e o trabalho profissional.	<p>Identificar e ampliar o debate acadêmico e político sobre as condições objetivas da implementação das Diretrizes Curriculares da ABEPSS nas UFA's;</p> <p>Enraizar nas UFA's uma discussão sobre a base de sustentação do projeto profissional crítico;</p> <p>Estimular a pesquisa sobre os fundamentos da formação e do trabalho profissional, ancorada na tradição marxista;</p> <p>Identificar as tendências da implementação das diretrizes curriculares na relação com as condições do trabalho profissional;</p> <p>Elencar os desafios contemporâneos à formação e ao trabalho profissional;</p> <p>Promover o fortalecimento do Serviço Social como área de conhecimento, tendo em vista o estímulo do debate dos fundamentos da profissão no âmbito da pós-graduação;</p> <p>Fortalecer a concepção de fundamentos do Serviço Social na articulação entre os três núcleos de fundamentação das diretrizes curriculares da ABEPSS;</p> <p>Fortalecer a concepção de fundamentos históricos, teóricos e metodológicos do Serviço Social na dimensão do ensino dessa matéria e do</p>

			<p>trabalho profissional;</p> <p>Estreitar as relações político-pedagógicas das diretorias regionais da ABEPSS com as UFA's e com as comissões de formação profissionais dos CRESS's;</p> <p>Contribuir com a interlocução permanente entre as instâncias da ABEPSS, o Conjunto CFESS-CRESS, a ENESSO, as UFA's e os assistentes sociais;</p> <p>Dar continuidade e ampliar a política de educação permanente;</p> <p>Objetivar as ações definidas no Plano de Lutas em Defesa do Trabalho e da Formação e Contra a Precarização da Formação Profissional.</p>
2018	OS FUNDAMENTOS DO SERVIÇO SOCIAL: as atribuições e competências profissionais em debate	<p>Fortalecer a concepção dos fundamentos teórico-metodológicos e ético-políticos do Serviço Social que consubstanciam a lógica das diretrizes curriculares da ABEPSS na problematização do trabalho profissional e das requisições institucionais em articulação com a formação, como um dos elementos de sustentação do projeto ético-político;</p> <p>-Fortalecer o projeto de formação profissional do serviço social brasileiro no contexto atual, por meio de encontros com</p>	<p>Ampliar a interlocução e aproximação das Entidades Organizativas junto aos profissionais envolvidos diretamente na formação profissional, de modo a contribuir para a qualificação deste processo pedagógico e de intervenção na direção do PEP;</p> <p>Fortalecer os espaços coletivos de debate em torno da formação profissional (Comissões de Formação, Fórum da Entidade de Serviço Social, Fórum de Supervisores de Estágio, Colegiados da ABEPSS, etc);</p> <p>Mapear os desafios atuais da implantação das Diretrizes Curriculares e da consolidação do projeto de formação com elementos de realidade, e das particularidades regionais;</p> <p>Ampliar e fortalecer as adesões das UFAs e Formadores aos quadros de Associados da Entidade visando o fortalecimento orgânico dos membros, bem como a manutenção Institucional da ABEPSS;</p> <p>Estimular a pesquisa sobre os fundamentos da formação e do trabalho profissional, ancorada na tradição marxista;</p> <p>Identificar as tendências da implementação das diretrizes</p>

		docentes, supervisores de estágio e discentes de graduação e pós-graduação (mestrado/doutorado).	<p>curriculares na relação com as condições do trabalho profissional;</p> <p>Elencar os desafios contemporâneos para a indissociabilidade entre formação e trabalho profissional;</p> <p>Estreitar as relações político-pedagógicas das diretorias regionais da ABEPSS com as UFA's e com as comissões de formação profissionais dos CRESS's;</p> <p>Contribuir com a interlocução permanente entre as instâncias da ABEPSS, o Conjunto CFESSCRESS, a ENESSO, as UFA's e os assistentes sociais.</p>
--	--	--	--

FONTE: Elaboração própria feita a partir dos relatórios do Projeto ABEPSS Itinerante realizado pela ABEPSS na segunda década dos anos 2000, (2019).

Os dados sistematizados no quadro 02 evidenciam a relação do Projeto ABEPSS Itinerante com as demais estratégias já destacadas aqui. Assim, é de fundamental importância às discussões que vem sendo desenvolvidas por esse Projeto, tendo em vista a sua dimensão e interesse dos/as profissionais em sua continuidade. Segundo a ABEPSS (2012), o projeto a cada edição apresenta maior interesse entre os participantes que são: docentes do curso de Serviço Social, supervisores de estágio, membros de comissões de formação dos CRESS e discentes de mestrado e doutorado da área.

Então, os nossos dados no que se refere ao Projeto ABEPSS Itinerante, datam de 2012, ano da primeira edição do projeto, o qual teve como temática as Diretrizes Curriculares da ABEPSS e o projeto profissional do Serviço Social, sob orientação de discutir e construir propostas para que viesse fortalecer as estratégias político-pedagógicas de enfrentamento à precarização do ensino superior, por meio da difusão dos princípios, conteúdos e desafios colocados para a consolidação das Diretrizes Curriculares da ABEPSS, a qual é um instrumento fundamental na formação de novos/as profissionais.

Nessa direção, ao final da programação da primeira edição, uma avaliação foi realizada no sentido das/os participantes se posicionarem sobre o momento, apontando os pontos positivos, as dificuldades e os desafios. Com isso, foi sugerida a continuação do projeto devido sua proposição, e discutida a temática da segunda edição que aconteceu em 2014, visto que a metodologia foi realizar o projeto a cada dois anos. A temática da segunda edição abordou a questão do estágio supervisionado em Serviço Social desfazendo os nós e construindo alternativas, com o intuito de fortalecer a implementação da PNE como estratégia para a

ampliação da base político-acadêmica do Plano de Lutas em Defesa do Trabalho e da Formação e Contra a Precarização do Ensino Superior nas UFA's.

Seguindo a mesma metodologia de avaliar a cada final das edições uma avaliação, a terceira edição teve como tema, os fundamentos do Serviço Social no debate da formação e do trabalho profissional. Esta edição teve sua orientação baseada no fortalecimento da concepção dos fundamentos teórico-metodológicos e ético-políticos do Serviço Social que consubstanciam a lógica das Diretrizes Curriculares da ABEPSS e o trabalho profissional.

Por fim, a quarta edição seguindo as discussões dos fundamentos do Serviço Social, versou sobre os fundamentos do Serviço Social articulando com as atribuições e competências profissionais, na perspectiva de fortalecer a discussão dos fundamentos teórico-metodológicos e ético-políticos que fundamentam as Diretrizes Curriculares da ABEPSS na problematização do trabalho profissional e das requisições institucionais em articulação com a formação, como um elemento de sustentação do projeto ético-político.

As edições destacadas segundo a ABEPSS (2018) são necessárias no processo de retomada de discussões no tocante aos aportes normativos da profissão frente ao aligeiramento da formação, avanço das forças neoconservadoras que atravessam o Serviço Social e a desmobilização da categoria junto ao retrocesso das lutas da classe trabalhadora. Por isso, é que precisamos retomar com vigor na atualidade, diante dos desmontes do Estado e dos direitos sociais a partir do recrudescimento neoliberal.

Dando continuidade à apresentação e análise dos dados da presente pesquisa, discutiremos nesse momento, as contribuições que o conjunto CFESS/CRESS, por meio dos Encontros Nacionais realizados entre 2010 e 2018 trouxe para intensificar a luta e resistência da categoria na direção do projeto ético-político da profissão. Assim sendo, o conjunto CFESS/CRESS compõe o quadro das entidades organizativas do Serviço Social, no compromisso da orientação e fiscalização da atuação profissional das/os assistentes sociais, como também, subsidiando as atividades da categoria numa perspectiva crítica, entendendo que as demandas da profissão, estão diretamente articuladas ao processo de produção e reprodução das relações sociais no modo de produção vigente.

Então, diante de um cenário tão adverso aos interesses da classe trabalhadora, estamos sendo desafiados/as segundo Prada (1996), a reexaminar e aprimorar nossa contribuição político-profissional frente às transformações societárias impostas pelo novo reordenamento do capitalismo em escala mundial. Por isso, a importância do protagonismo das entidades representativas do Serviço Social, mobilizando e chamando a categoria para discutir e construir projetos e estratégias que versem sobre a defesa da formação e do trabalho profissional, a partir da perspectiva de totalidade da teoria social marxista.

Assim como a ABEPSS, o conjunto CFESS/CRESS vem construindo coletivamente com a categoria sua agenda política no sentido de defender a formação e o trabalho profissional das/os assistentes sociais. Ressaltamos que essa entidade, corresponde à primeira forma de organização da categoria, a partir do marco regulatório das profissões liberais pelo Estado nos anos 1950. É mediante essa regulamentação, que é criado o Conselho Federal de Assistente Social- (CFAS) Serviço Social, inicialmente engessado de elementos corporativos e burocráticos, tendo em vista, os aportes conservadores que constituíam o Serviço Social tradicional.

No entanto, após as mudanças efetivadas no interior do Serviço Social a partir do Congresso da Virada em 1979, o até então CFAS/CRAS, passou por um processo de reconfiguração em seu perfil ético-político, se consolidando nos anos oitenta e noventa no sentido da nova direção social do projeto ético-político profissional, em que, foi ampliada a proposta da entidade, para além, de seus aspectos burocráticos. Tais espaços, antes caracterizados por um perfil conservador, passaram a ser alvo de disputa política e eleitoral por atores oriundos do movimento sindical.

Esse processo acarretou um saldo qualitativo no fortalecimento da hegemonia da direção estratégica do projeto ético-político, pois as bases normativas da profissão foram sendo aprimoradas pelo contínuo debate gestado nas instâncias da profissão, em torno da direção crítica do Serviço Social. Assim,

Num primeiro momento esse esforço se faz sentir no empenho pelo aprimoramento dos instrumentos normativos necessários à regulamentação e à fiscalização do exercício profissional. Intensificou-se o investimento político nesse âmbito e, mais, numa etapa posterior, configurou-se uma militância nos fóruns de políticas públicas em articulação com os movimentos sociais e com as entidades de outras categorias profissionais (PRADA, 1996, p. 176).

Considerando a profissão como parte e resultado das relações sociais, a partir da erosão do regime militar e do contexto da redemocratização da sociedade brasileira, o Serviço Social teve possibilidade de interlocução com os espaços mais diversos da organização política do país, na luta dos/as trabalhadores/as pela garantia da liberdade e da democracia. Logo, na atualidade, é necessário reconhecermos essas articulações para que tenhamos condições de construir, a partir das determinações conjunturais a capacidade de intervenção diante do cenário nefasto de barbárie, produzido pelo desenvolvimento das forças produtivas do capital.

Nesse sentido, os dados expostos no quadro 03 abaixo, apresentam o protagonismo do conjunto CFESS/CRESS a cada ano no Encontro Nacional da entidade, local de realização, edição do evento, tema, orientações gerais e os objetivos acerca das temáticas discutidas nos

encontros. Vale ressaltar, que esses elementos que apreendemos dos relatórios seguem as demandas centrais de discussões da ABEPSS e ENESSO, na direção única de defender a formação e o trabalho profissional num contexto de acirramento do projeto neoliberal.

Quadro 03 — Dados dos relatórios finais do Encontro Nacional do conjunto CFESS/CRESS, no tocante ao ano, local de realização, edição, tema, orientações gerais e objetivos

ANO	LOCAL	EDIÇÃO	TEMA	ORIENTAÇÕES	
				GERAIS	OBJETIVOS
2018	Porto Alegre/RS	Quadragésimo Sétimo	“É preciso não ter medo é preciso ser maior”	Apresentação de panorama indicando as deliberações com maior e menor índice de priorização e de execução; os desafios conjunturais e dificuldades relativas à estrutura de gestão e seus impactos sobre o eixo em debate. Essa apresentação culminou com uma avaliação do CFESS, indicando quais poderiam ser as deliberações a serem pactuadas como prioridades nacionais do Conjunto CFESS-CRESS em 2019 em cada eixo.	[...] fortalecer a ação simultânea de todas as entidades sem algumas das pautas, para que tenhamos mais sincronia entre priorização e execução, assim como possibilidades de pensar melhor nos mecanismos de avaliação dessas deliberações, que será tarefa do próximo Encontro Nacional.
2017	Brasília-DF	Quadragésimo sexto	Vamos, levante e lute! Senão a gente acaba perdendo o que já conquistou	Chamado atento para a análise de conjuntura e à reiteração da postura política a ser assumida pela direção dos conselhos regionais e federal perpassou todo o encontro e fundamentou o planejamento das ações dessas entidades nos	A partir da <i>Carta à Brasília</i> , foram sintetizadas as medidas urgentes de enfrentamento às contrarreformas do governo Temer, reafirmando os compromissos dos/as assistentes sociais com a

				próximos três anos.	luta em defesa dos direitos, com a unidade dos movimentos de esquerda e de participação nos diversos meios de mobilização social dos/as trabalhadores/as.
2016	Cuiabá MT	Quadragésimo quinto	É preciso estar atento/a e forte!	O “grito de alerta” soou à luz de uma conjuntura em que a luta de classes se acirrou no Brasil, desafiando quase que diariamente nossas entidades a posicionarem-se diante de “temeridades”, desmandos e violações de direitos que se reproduziram em escala crescente do Oiapoque ao Chuí, estimulados pelo governo ilegítimo e seus aliados no Legislativo e Judiciário.	Realização da avaliação de deliberações, mas também, aprovou três documentos importantes para demandas históricas do Conjunto: “Diretrizes para Interiorização de Ações Políticas dos CRESS”, os seguintes aprovados em plenárias específicas, por membros dos GTs: a Política Nacional de Enfrentamento à Inadimplência no Conjunto CFESS-CRESS; Os novos Instrumentais da Política Nacional de Fiscalização (PNF). Sobre este último, cabe destacar que sua aprovação ocorreu em caráter experimental, condicionada à realização de uma avaliação de sua aplicabilidade, que anteceda o próximo Encontro Nacional, quando voltaremos a submetê-lo à apreciação com as devidas

					alterações na resolução da PNF, decorrentes dessas mudanças.
2015	Rio de Janeiro - RJ	Quadragésimo quarto	Ofensiva neoconservadora e serviço social no cenário atual	Foi dada ênfase em analisar aos desafios conjunturais que se avolumam na contramão do nosso projeto profissional e dificultam a implementação de nossa agenda política.	Reorganização destas deliberações, que são históricas e têm vigência permanente na ação do conjunto, objetivando: rever seus textos, eliminar sobreposições, repetições e propor uma nova forma para seu agrupamento, mas sem alterar o seu conteúdo. Ao final de duas reuniões de trabalho estavam elaborados os dois novos documentos do conjunto CFESS/CRESS: “Bandeiras de Luta” e “Ações Estratégicas Continuadas”.
2014	Brasília- DF	Quadragésimo terceiro	Projeto Ético-Político do Serviço Social: Memória e Resistência	O Encontro enfatizou os debates em torno das lutas e desafios para a profissão, análises críticas, memórias e emoções foram algumas das marcas do primeiro Encontro Nacional das gestões do Conjunto CFESS/CRESS para o triênio 2014-2017.	Fazer memória as vítimas da ditadura militar e, construir os aportes legítimos de enfrentamento à onda conservadora que vem se espraiando.
2013	Recife- PE	Quadragésimo	Tempos de dizer	As discussões foram em	Reafirmar o

		segundo	que não são tempos de calar	torno do tema Linguagem, política e redes sociais, num clima de forte compromisso com a luta pela democratização da comunicação no país e pela necessidade de utilização dos espaços da mídia na disputa de hegemonia por um outro projeto societário. As falas destacaram a importância do espaço para o fortalecimento e reafirmação do projeto ético-político profissional e para a organização coletiva da categoria.	fortalecimento do projeto ético-político da profissão em articulação com um projeto político societário anticapitalista.
2012	Palmas - TO	Quadragesimo primeiro	No mundo de desigualdade toda violação de direitos é violência	Foi ressaltado que a defesa por direitos é radicalmente contra o capitalismo e isso baliza nosso projeto ético-político, e que é preciso deixar nítido sempre quais direitos o serviço social defende e sobre qual ponto de vista.	Afirmção de que a luta por direitos não é fim, mas uma mediação estratégica para a defesa de uma outra sociabilidade, livre de todas as formas de exploração e de opressão humana, sendo destacadas, ainda, as campanhas, como iniciativas do Conjunto CFESS-CRESS no campo da ética e direitos humanos, e enfatizou mais uma vez o pré-lançamento da campanha de Gestão 2011-2014, que traz como slogan “Sem movimento não há

2011	Brasília- DF	Quadragésimo	40 anos de encontros: construindo a história do serviço social brasileiro	As discussões foram em torno dos desafios de redefinir, refazer, reinventar as formas de fazer política de massa, no sentido de fortalecer movimentos sociais, maiores parceiros na luta por direitos no contexto de crise do capital, processo de financeirização e ideias neoliberais foram aspectos enfatizados nesta mesa que analisou, também, a importância de preservar a capacidade político-organizativa, sem a qual não conseguimos fazer política e fortalecer nossas lutas, dentro dos valores do projeto ético-político profissional.	liberdade”. Reafirmou a defesa intransigente dos direitos humanos, das políticas sociais de caráter universal e a incompatibilidade entre Graduação à distância e Serviço Social, sob a perspectiva do projeto ético-político profissional e enfatizou que a expansão do Ensino Superior no Brasil acontece mediante o desenvolvimento da mercantilização da educação e da precarização da formação e do exercício profissional.
2010	Florianópolis -SC	Trigésimo nono	Estratégia de resistência frente à precarização da formação e do exercício profissional: atualidade do Código de Ética e da Lei de Regulamentação da Profissão.	Apresentou a participação do CFESS e de todos os CRESS em diferentes iniciativas de lutas, culminando com a participação no ato público realizado em 03 de agosto de 2010 em Brasília em defesa do trabalho com direitos e da carga horária de trabalho de 30 horas semanais sem redução	Reafirmar a defesa intransigente dos direitos humanos, das políticas sociais de caráter universal e a incompatibilidade entre Graduação à distância e Serviço Social, sob a perspectiva do projeto ético-político profissional e enfatizou que a expansão do Ensino Superior no

				<p>salarial para assistentes sociais. Foi debatido os 18 anos do código de ética e da Lei de regulamentação, acontecimento este que deve marcar o ano de 2011; como também, a trajetória histórica de mais de 30 anos de elaboração do projeto ético-político profissional e a atualidade dos princípios, direção social e valores do Código de Ética foram aspectos enfatizados nesta mesa que analisou, também, as ações políticas efetivadas pelo Conjunto CFESS-CRESS que se constituíram verdadeiras estratégias de resistência e de luta no enfrentamento à precarização da formação e do exercício profissional e na defesa dos interesses do trabalho.</p>	<p>Brasil acontece o desenvolvimento da mercantilização da educação e da precarização da formação e do exercício profissional.</p>
--	--	--	--	--	--

FONTE: Elaboração própria feita a partir dos relatórios finais dos Encontros Nacionais do CFESS/CRESS, realizados na segunda década dos anos 2000, (2019).

Os dados do quadro 03 evidenciam o compromisso do conjunto CFESS/CRESS em entender e fortalecer a profissão enquanto expressão das relações sociais inserida na totalidade da vida social. O Encontro Nacional do CFESS/CRESS que acontece a cada ano, se configura como “[...] um espaço de crítica e autocrítica, de explicitação de divergências e pactuação de consensos, de construção de projetos comuns e de fortalecimento de nossa unidade de luta” (PAIVA, 2010, p. 34). Esses encontros possibilitam a categoria apreender coletivamente as demandas que se colocam para a formação e o trabalho profissional, e construa com isso,

estratégias concretas para intervir nas questões posta à profissão, como também, viabiliza a materialização dos aportes normativos da profissão.

Além disso, esse espaço é fecundo para a construção de estratégias coletivas e articulam as três entidades que aqui estamos analisando: CFESS/CRESS, ABEPSS e a ENESSO. Essa relação se caracteriza como sendo de suma importância para fortalecer o fio condutor das atividades organizativas no Serviço Social, o que é urgente frente aos desafios que se apresentam para a profissão e a classe trabalhadora na cena contemporânea.

É nesse sentido que em 2010 foi realizado o trigésimo nono encontro do CFESS/CRESS, tendo como temática: “Estratégia de resistência frente à precarização da formação e do exercício profissional: atualidade do Código de Ética e da Lei de Regulamentação da profissão”. As discussões desse encontro centraram no debate sobre os 30 anos de elaboração do Código de Ética e da Lei de Regulamentação e a trajetória histórica de mais de 30 anos da construção do projeto ético-político e a atualidade dos seus princípios, direção social e valores do Código de Ética. Além das ações políticas efetivadas pelo conjunto CFESS/CRESS que se configuraram como significativas estratégias de resistência e de luta no enfrentamento à precarização da formação e do trabalho profissional e na defesa dos interesses do trabalho. Como objetivo, reafirmou a defesa intransigente dos direitos humanos, das políticas de caráter universal e a incompatibilidade entre graduação e Serviço Social sob a perspectiva do novo projeto profissional, e reafirmou a importância da discussão das políticas afirmativas no interior da profissão.

O quadragésimo encontro nacional do CFESS/CRESS realizado em 2011 teve como temática: “40 Anos de Encontros: Construindo a História do Serviço Social Brasileiro”. As orientações gerais dos debates foram em torno dos desafios de redefinir, refazer e reinventar as formas de política de massa, no sentido de fortalecer movimentos sociais, maiores parceiros na luta por direitos no contexto de crise do capital, processos de financeirização e ideias neoliberais e a importância de preservar a capacidade político-organizativas, sem a qual seria impossível fortalecer a luta política na defesa do projeto ético-político do Serviço Social.

Em 2012 o quadragésimo primeiro encontro nacional do CFESS/CRESS foi realizado tendo como temática: “No mundo de desigualdade toda violação de direitos é violência”. Esse encontro nacional ressaltou que a defesa por direitos é radicalmente contra o capitalismo, tendo em vista, que isso, baliza o projeto ético-político profissional do Serviço Social, reafirmando que é preciso deixar nítido sempre, quais direitos o Serviço Social defende e sobre qual ponto de vista. Afirma ainda, que a luta por direitos não é fim, mas uma mediação estratégica para a defesa de outra sociabilidade.

No que se refere ao quadragésimo segundo encontro nacional do CFESS/CRESS realizado em 2013, em que a temática foi: “Tempos de dizer que não são tempos de calar”. Esse trouxe em linhas gerais as discussões sobre linguagem, política e redes sociais, com a posição de fortalecer o compromisso com a luta pela democratização da comunicação no país e pela necessidade de utilizar os espaços da mídia na disputa de hegemonia por outro projeto de sociabilidade. Reafirmando a direção do projeto ético-político na construção e um outro projeto societário.

O quadragésimo terceiro encontro nacional do CFESS/CRESS em 2014, as discussões versaram sobre a temática: “Projeto Ético-Político do Serviço Social: Memória e Resistência”. Nessa direção, a ênfase dos debates forma em torno das lutas e desafios para a profissão, análise crítica e memórias que marcaram a processualidade histórica da profissão, destacando o legado de luta e resistência das/os assistentes sociais vítimas da ditadura militar em 1964. Ademais, construíram os aportes legítimos de enfrentamento à onda neoconservadora que vem se espalhando na profissão.

No tocante ao quadragésimo quarto encontro nacional do CFESS/CRESS realizado em 2015 com o tema: “Ofensiva neoconservadora e serviço social no cenário atual”, o evento trouxe reflexões no sentido das tendências neoconservadoras no interior da profissão, no cenário de recrudescimento do projeto neoliberal, como também, enfatizou as análises em torno dos desafios conjunturais que se avolumam na contramão do projeto profissional que acabam dificultando a implementação das estratégias e agenda política das entidades da categoria. Foram também reorganizadas algumas deliberações que têm vigência permanente no CFESS, no intuito de rever os textos que se encontravam com repetições e sobreposições e propor uma nova forma para seus agrupamentos sem alterar o conteúdo.

Em 2016 o quadragésimo quinto encontro nacional do CFESS/CRESS trouxe a temática: “É preciso estar atento/a e forte!”. Esse expôs as reflexões dos debates na direção de discutir a conjuntura à luz da luta de classes a partir de seu acirramento no Brasil, desafiando quase que diariamente as entidades da categoria a posicionarem-se diante dos desmontes e violações de direitos que foram frequentes estimulados pelo governo ilegítimo de Temer e seus aliados no Legislativo e Judiciário. Bem como, foram aprovados três documentos importantes para demandas históricas do CFESS/CRESS: “Diretrizes para Interiorização de Ações Políticas dos CRESS”, a Política Nacional de Enfrentamento à Inadimplência no Conjunto CFESS-CRESS e os novos Instrumentais da Política Nacional de Fiscalização (PNF).

Seguidamente o quadragésimo sexto encontro nacional do CFESS/CRESS acontecido em 2017, teve como tema: “Vamos, levante e lute! Se não a gente acaba perdendo o que já conquistamos”. Então, o encontro chamou atenção para análise de conjuntura e a reiteração da

postura política a ser assumida pela direção dos Conselhos Regionais e Federal, que perpassou todo o encontro e fundamentou o planejamento das ações políticas da entidade. E teve como objetivo, a partir da *carta à Brasília* as medidas urgentes de enfrentamento às contrarreformas do governo Temer, reafirmando os compromissos das/os assistentes sociais com a luta em defesa dos direitos, com a unidade dos movimentos de esquerda e de participação nos diversos meios de mobilização social dos/as trabalhadores/as.

Por fim, o quadragésimo sétimo encontro nacional do CFESS/CRESS realizado 2018 com o tema: “É preciso não ter medo é preciso ser maior”, apresentou um panorama das deliberações com maior e menor índice de execução, os desafios postos pela conjuntura e as dificuldades colocadas para cada eixo que estruturam as deliberações do encontro. As reflexões desse encontro foram no sentido de fortalecer a ação coletiva simultaneamente das entidades para haver sincronia entre priorização e execução, assim como possibilidade de pensar melhores mecanismos que viabilizem melhorar as avaliações das deliberações dos encontros já realizados e dos que ainda serão realizados. Logo, esse posicionamento evidenciado nos relatórios dos Encontros Nacionais do Conjunto CFESS/CRESS, coaduna diretamente com a afirmação que estamos colocando nesta pesquisa, ou seja, são as ações políticas das entidades representativas da categoria profissional que vem fortalecendo a direção social estratégica do projeto ético-político atualmente hegemônico no Serviço Social.

Nessa direção, a Política Nacional de Fiscalização corrobora com a ação fiscalizadora do conjunto CFESS/CRESS por meio de sua deliberação geral, que implementa avaliação e monitoramento das deliberações do CFESS/CRESS por meio de relatórios semestrais para observar como estão realizadas as fiscalizações apreendendo as possibilidades e os limites dessa atuação. É atribuição da Política Nacional de Fiscalização desenvolver e ampliar reflexões no interior da categoria, no que se refere também, a Ética e Direitos Humanos, inscrevendo as/os assistentes sociais nos espaços coletivos de fóruns e Comissões de Direitos Humanos, com o objetivo de fortalecer o compromisso ético das/os profissionais. Estreitando com isso, a relação do Conjunto CFESS/CRESS com as unidades de ensino e em articulação com a ABEPSS e a ENESSO, para intensificar o debate da Ética e dos Direitos Humanos na formação e qualificação, para além das disciplinas de ética profissional. O desenvolvimento das deliberações dos dois primeiros eixos: Orientação e Fiscalização e Ética e Direitos Humanos rebatem diretamente sobre o eixo de Formação Profissional.

Seguindo o aprofundamento das estratégias construídas pelas entidades representativas do Serviço Social no sentido de materializar os princípios do projeto ético-político, os dados dos quadros 04 - 14 correspondem às Resoluções publicadas pelo CFESS, com ênfase na Formação e no Trabalho Profissional. A análise das Resoluções do CFESS que selecionamos,

partiu dos seguintes elementos: número da Resolução, ementa e considerações de sua sustentação. Ressaltamos que devido à quantidade de dados para analisar, não foi possível analisar por completo todos os elementos dessas Resoluções, nem todas as Resoluções que discutem essa questão, apenas selecionamos as que se encontravam no recorte temporal da presente pesquisa.

Então, considerando que as resoluções do CFESS se apresentam como mais um instrumento importante para materialização do projeto ético-político da profissão, elas compõem o quadro de documentos que normatizam e orientam o trabalho profissional das/os assistentes sociais, como também, são formulações que tem por objetivo,

[...] dar sustentação legal ao exercício profissional dos/as assistentes sociais, mas que não se restringem a essa dimensão. Pelo contrário, fortalecem e respaldam as ações profissionais na direção de um projeto em defesa dos interesses da classe trabalhadora e que se articula com outros sujeitos sociais na construção de uma sociedade anticapitalista (CFESS, 2011).

Assim, as Resoluções do CFESS de acordo com Santos (2010) formam um arsenal jurídico e normativo que alicerça a qualidade e competência teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa no cenário de possibilidades e limites da intervenção profissional. Portanto, os quadros 04 -14 evidenciam esse arsenal jurídico normativo e os conteúdos ético-políticos, de cada Resolução conforme o que dispõem.

Quadro 04 — Dados da Resolução N° 572/2010 do CFESS, ênfase no registro nos CRESS

RESOLUÇÃO CFESS N° 572	2010	Dispõe sobre a obrigatoriedade de registro nos Conselhos Regionais de Serviço Social, dos assistentes sociais que exerçam funções ou atividades de atribuição do assistente social, mesmo que contratados sob a nomenclatura de CARGOS GENÉRICOS e dá outras providências.
------------------------------	------	--

FONTE: Elaboração própria feita a partir da Resolução emitida pelo CFESS, a partir dos conteúdos mais próximos da formação e do trabalho profissional na segunda década dos anos 2000, (2019).

Quadro 05 — Dados da Resolução N° 594/2011 do CFESS, ênfase na alteração do Código de Ética da/o Assistente Social

RESOLUÇÃO CFESS N° 594	2011	Altera o Código de Ética do Assistente Social, introduzindo aperfeiçoamentos formais, gramaticais e conceituais em seu texto e garantindo a linguagem de gênero.
---------------------------	------	--

FONTE: Elaboração própria feita a partir da Resolução emitida pelo CFESS, a partir dos conteúdos mais próximos da formação e do trabalho profissional na segunda década dos anos 2000, (2019).

Quadro 06 — Dados da Resolução N° 615/2011 do CFESS, ênfase na inclusão do nome social da/o assistente social transexual

RESOLUÇÃO CFESS N° 615	2011	Dispõe sobre a inclusão e uso do nome social da assistente social travesti e do (a) assistente social transexual nos documentos de identidade profissional.
------------------------------	------	---

FONTE: Elaboração própria feita a partir da Resolução emitida pelo CFESS, a partir dos conteúdos mais próximos da formação e do trabalho profissional na segunda década dos anos 2000, (2019).

Quadro 07 — Dados da Resolução N° 861/2018 do CFESS, ênfase na regulamentação dos arquivamentos e eliminação dos documentos do CFESS/CRESS

RESOLUÇÃO CFESS N° 648	2013	Regulamenta o arquivamento e eliminação dos documentos do Conjunto CFESS-CRESS.
---------------------------	------	---

FONTE: Elaboração própria feita a partir da Resolução publicada pelo CFESS, na segunda década dos anos 2000, (2019).

Quadro 08 — Dados da Resolução N° 696/2014 do CFESS, ênfase em normatizar o recadastramento nacional das/os assistentes sociais

RESOLUÇÃO CFESS N° 696	2014	Normatiza o recadastramento nacional dos/as assistentes sociais, a substituição das atuais carteiras e cédulas de identidade profissional e pesquisa sobre o perfil do/da assistente social e realidade do exercício profissional no país.
---------------------------	------	--

FONTE: Elaboração própria feita a partir da Resolução publicada pelo CFESS, na segunda década dos anos 2000, (2019).

Quadro 09 — Dados da Resolução N° 726/2015 do CFESS, ênfase complementar a Resolução N° 548/2009 no que se refere às denúncias éticas

RESOLUÇÃO CFESS N° 726	2015	Complementa a Resolução n° 548 de 23 de março de 2009, que institui procedimentos que deverão ser adotados no processamento das denúncias éticas que forem objeto de DESAFORAMENTO, conforme previsão do artigo 9° do Código Processual de Ética disciplinado pela Resolução CFESS N°. 660 de 13 de outubro de 2013.
---------------------------	------	--

FONTE: Elaboração própria feita a partir da Resolução publicada pelo CFESS, na segunda década dos anos 2000, (2019).

Quadro 10 — Dados da Resolução N° 778/2016 do CFESS, ênfase na regulamentação da acessibilidade do/a assistente social para o exercício do direito ao voto

RESOLUÇÃO CFESS n° 778	2016	Regulamenta a acessibilidade da/o assistente social com deficiência ou mobilidade reduzida para exercício do direito ao voto.
---------------------------	------	---

FONTE: Elaboração própria feita a partir da Resolução publicada pelo CFESS, na segunda década dos anos 2000, (2019).

Quadro 11 — Dados da Resolução N° 785/2016 do CFESS, ênfase na inclusão do nome social

RESOLUÇÃO CFESS n° 785	2016	Dispõe sobre a inclusão e uso do nome social da assistente social travesti e da/do assistente social transexual no Documento de Identidade Profissional.
---------------------------	------	--

FONTE: Elaboração própria feita a partir da Resolução publicada pelo CFESS, na segunda década dos anos 2000, (2019).

Quadro 12 — Dados da Resolução N° 782/2016 do CFESS, ênfase instituir os novos instrumentais para orientação e fiscalização do CRESS

RESOLUÇÃO CFESS N. 782	2016	Institui os novos instrumentais das Comissões de Orientação e Fiscalização dos CRESS, a ser utilizado e aplicado nas visitas realizadas pelo Regional, em caráter experimental.
---------------------------	------	---

FONTE: Elaboração própria feita a partir da Resolução publicada pelo CFESS, na segunda década dos anos 2000, (2019).

Quadro 13 — Dados da Resolução N° 845/2018 do CFESS, ênfase na atuação do/a assistente social em processo transexualizador

RESOLUÇÃO CFESS N° 845	2018	Dispõe sobre atuação profissional do/a assistente social em relação ao processo transexualizador.
---------------------------	------	---

FONTE: Elaboração própria feita a partir da Resolução publicada pelo CFESS, na segunda década dos anos 2000, (2019).

Quadro 14 — Dados da Resolução N° 861/2018 do CFESS, ênfase no trabalho profissional e o objeto são às orientações acerca da execução das penalidades

RESOLUÇÃO O CFESS N° 861	2018	Dispõe sobre a publicidade da execução das penalidades de advertência pública, suspensão e cassação do exercício profissional do/a assistente social, definindo a dimensão jurídica de “ORGÃO DE IMPRENSA”, regulamentando o artigo 29 do Código de ética do/a Assistente Social.
--------------------------------	------	---

FONTE: Elaboração própria feita a partir da Resolução publicada pelo CFESS, na segunda década dos anos 2000, (2019).

Os dados sistematizados nos quadros 04-14 acima sintetizam as ações normativas construídas pelo CFESS, mostrando segundo Santos (2010) a capacidade que vem tendo essa entidade, frente às demandas postas ao trabalho profissional das/os assistentes sociais num contexto adverso ao projeto ético-político profissional. As Resoluções destacadas corroboram para o aprofundamento de debates e questionamentos da própria categoria profissional no

enfrentamento da precariedade e dos desafios que cada vez tornam-se densos no Serviço Social. Além disso, viabilizam de acordo com Santos (2010) a garantia das competências e atribuições profissionais, das condições éticas e técnicas para o trabalho profissional das/os assistentes sociais, proporcionando a indissociabilidade entre as dimensões da profissão, isto é, a relação teoria e prática.

Nesse sentido, a Resolução do CFESS N° 572 de 2010, dispõe sobre a obrigatoriedade de registro nos Conselhos Regionais de Serviço Social, dos assistentes sociais que exerçam funções ou atividades de atribuição do assistente social, mesmo que contratados sob a nomenclatura de CARGOS GENÉRICOS e dá outras providências. Esta Resolução se encontra articulada com o Código de Ética profissional, que em seu art. 3º versa sobre os deveres da/o assistente social, enfatizando que tal exigência não se restringe apenas ao Serviço Social, mas, as profissões regulamentadas que se organizam por meio de seus Conselhos de Fiscalização para conferir Barroco; Terra (2012) credibilidade ao trabalho desenvolvido pelos profissionais de cada área profissional.

A Resolução, N° 594 do CFESS de 2011, altera o Código de Ética do Assistente Social, introduzindo aperfeiçoamentos formais, gramaticais e conceituais em seu texto e garantindo a linguagem de gênero. Aqui vale ressaltar a contribuição do 39º Encontro Nacional do Conjunto CFESS/CRESS, espaço máximo de deliberações da entidade. Neste encontro, a categoria discutiu e alterou o texto do Código de Ética do Serviço Social no sentido de aprimorar as competências e técnicas das/os profissionais. Segundo (CFESS 2011) as mudanças realizadas no Código de Ética no 39º Encontro Nacional do CFESS/CRESS em 2010, se referiram “[...] à incorporação das novas regras ortográficas da língua portuguesa, numeração sequencial dos princípios fundamentais do Código, e ainda, ao reconhecimento da linguagem de gênero, adotando-se em todo o texto a forma masculina e feminina, simultaneamente” (CFESS, 2011). Nessa direção, a Resolução N° 615 de 2011, dispõe sobre a inclusão e uso do nome social da assistente social travesti e do (a) assistente social transexual nos documentos de identidade profissional. Está, segundo o CFESS (2011), expressa para além de uma mudança formal, um posicionamento político, negando dessa maneira, o machismo na linguagem, especialmente no interior da categoria, que historicamente é constituída por mulheres.

No que se refere às aspectos sobre os procedimentos internos com as documentações do CRESS, a Resolução do CFESS N ° 648 de 2013, dispõe sobre a regulamentação e o arquivamento e eliminação dos documentos do Conjunto CFESS-CRESS. Tendo em vista que, a documentação dessa entidade é relevante e compõem um arsenal de referências com caráter permanente para pesquisas e objetos de consultas frequentes pelos profissionais.

A Resolução Nº 696 do CFESS do ano de 2014, normatiza o recadastramento nacional dos/as assistentes sociais, a substituição das atuais carteiras e cédulas de identidade profissional e pesquisa sobre o perfil do/da assistente social e realidade do exercício profissional no país, possibilitando a fiscalização e registro dos profissionais nos CRESS, para a devida atuação nos espaços sócio-institucionais junto aos usuários. Esse procedimento encontra-se em sintonia com o art. 8º da Lei 8 662/93 de Regulamentação da profissão, que determina como competência do CFESS na qualidade de órgão normativo de grau superior, o exercício, dentre outras, da atribuição de orientar, disciplinar e normatizar o exercício profissional da profissão do/a assistente social. Além disso, segundo a Lei de Regulamentação em seu art. 17, estabelece que a Carteira de Identificação Profissional expedida pelos Conselhos Regionais de Serviço Social, sirva de prova para fins de exercício profissional e de Carteira de Identificação Pessoal, tendo fé pública em todo o território nacional. O recadastramento, portanto, conforme o inciso 2º do art. 1º dessa Resolução, se conforma como sendo um procedimento de fornecimento de informações profissionais e pessoal do/as assistente social, para atualização de dados fundamentais junto ao órgão regulamentador da atuação profissional.

No que se refere à Resolução Nº 726 de 2015, a mesma dispõe da complementação da Resolução Nº 548 de 23 de março de 2009, que institui procedimentos que deverão ser adotados no processamento das denúncias éticas que forem objeto de DESAFORAMENTO, conforme previsão do artigo 9º do Código Processual de Ética disciplinado pela Resolução CFESS Nº 660 de 13 de outubro de 2013. Em seus considerando, cabe destacar que esta Resolução se constitui como um direito da/o profissional denunciado ou acusado de violação do Código de Ética do assistente social, ou mesmo do denunciante, ter garantido um julgamento justo, imparcial, responsável, sem quaisquer motivações ou influências, mesmo que subjetivas da ligação do órgão processante e julgado, com qualquer das partes envolvidas na apuração.

Já a Resolução Nº 778 de 2016, esta veio regulamenta a acessibilidade da/o assistente social com deficiência ou mobilidade reduzida para exercício do direito ao voto. Esta possibilitou que as/os profissionais que eram impossibilitados de exercer esse direito, torna-se acessível sua participação nesse processo de decisão no interior da profissão, considerando que isso, engloba os aspectos éticos da atuação e efetivação dos princípios do Código de Ética da profissão. A Resolução considera que a/o profissional possa contar com um auxílio de uma pessoa de sua confiança durante a votação.

A Resolução 785 de 2016 dispõe sobre a inclusão e uso do nome social da assistente social travesti e da/do assistente social transexual no Documento de Identidade Profissional. A Resolução partiu do que se encontra disposto no art. 5º da Constituição Federal, que dispõe

que todo são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, onde assegura os direitos fundamentais à igualdade, à liberdade, ao respeito e à dignidade da pessoa humana. Como também, resolve que fica segundo aos profissionais travesti e transexuais, nos termos da Resolução, o direito à escolha de tratamento nominal a ser inserido no Documento de Identificação Profissional do/a assistente social, bem como nos atos e procedimentos promovidos no âmbito do CFESS e dos CRESS. Esta Resolução vem somar as alterações que foram implementadas na alteração do Código de Ética no 39º Encontro Nacional do CFESS, sendo de suma importância, pois reafirmam princípios e valores do projeto ético político e incorpora nas discussões acerca dos direitos da população LGBT.

A Resolução Nº 782 de 2016 instituiu os novos instrumentais das Comissões de Orientação e Fiscalização dos CRESS, a ser utilizado e aplicado nas visitas realizadas pelo Regional, em caráter experimental. Esses novos instrumentais foram: Relatórios de Visita de Orientação e Fiscalização e o Termo de Visita de Orientação e Fiscalização, que conforme o art. 1º da Resolução resolveu em caráter experimental, a utilização dos instrumentais nas ações de Fiscalização do conjunto CFESS/CRESS.

Na Resolução Nº 845 de 2018, esta dispõe sobre atuação profissional do/a assistente social em relação ao processo transexualizador. Esta levando em consideração o art. 5º da Constituição Federal, mas também, o entendimento que a construção de uma sociedade radicalmente justa e democrática sem preconceito de origem, raça, sexo, orientação sexual, identidade de gênero, como idade ou quaisquer outras formas de discriminação, resolve que as/os assistentes sociais deverão contribuir no âmbito de seus espaços de trabalho, para a promoção de uma cultura de respeito à diversidade de expressão e identidade de gênero, a partir de reflexões críticas acerca dos padrões de gênero estabelecidos socialmente.

E por último, a Resolução Nº 861 de 2018, dispõe sobre a publicidade da execução das penalidades de advertência pública, suspensão e cassação do exercício profissional do/a assistente social, definindo a dimensão jurídica de “ORGÃO DE IMPRENSA”, regulamentando o artigo 29 do Código de Ética do/a Assistente Social. Sendo utilizada quando houver irregularidades e violação do Código de Ética profissional pelas/os assistentes sociais em suas atuações profissionais.

Estas Resoluções materializam discussões e deliberações acumuladas nos espaços de lutas da categoria, tendo como momento máximo de deliberações os encontros nacionais do conjunto CFESS/CRESS. Por isso, nosso interesse em apreender algumas Resoluções do CFESS nesta pesquisa, como fonte de dados para esta análise. Vale destacar, que não utilizamos todas as Resoluções que se encontravam no lapso de tempo determinado para à análise, mas aquelas que evidenciavam maior relação com o trabalho profissional.

Nessa perspectiva de apreender e discutir o protagonismo das entidades representativas do Serviço Social na contramão das políticas neoliberais, no que se refere ao Serviço Social e os direitos da classe trabalhadora, a Executiva Nacional de Estudante de Serviço Social – ENESSO vem tecendo uma significativa participação nesse processo junto com o Movimento Estudantil, especialmente o Movimento Estudantil de Serviço Social – MESS mobilizando e orientado as/os discentes do curso. Por isso, destacaremos nesse momento as contribuições dessa entidade no fortalecimento da direção social crítica da profissão, como sua relação nas lutas mais gerais da classe trabalhadora. Para isso, selecionamos em termos de dados para esta análise os cadernos deliberativos dos Encontros Nacionais das/os Estudantes de Serviço Social e as Cartilhas publicadas pela referida entidade no recorte temporal de 2010-2018.

Assim, como filtramos os dados dos relatórios finais dos Encontros Nacionais do Conjunto CFESS/CRESS, dessa entidade, elegemos tanto dos cadernos deliberativos do ENESS, como das Cartilhas publicadas pela entidade, o ano de realização, local, orientações gerais e seus objetivos. Considerando que tais documentos refletem a direção que as/os estudantes de Serviço Social vêm construindo ao longo da trajetória histórica dessa entidade, contribuindo na unidade político-organizacional para garantir a materialização do projeto ético-político, desde os fins dos anos setenta no desenrolar do Movimento Estudantil no país, onde nesse contexto se destaca o Movimento Estudantil de Serviço Social com suas bandeiras de luta.

É importante ressaltar que a ENESSO não é uma entidade isolada dos demais movimentos que envolvem os estudantes e os interesses da classe trabalhadora no país. De acordo com Silva (2011) as disputas políticas pelos espaços de representação das entidades estudantis no Brasil, é parte do movimento mais amplo de luta de classes na sociabilidade capitalista. Assim, a autora afirma que as lutas sociais em reflexos a partir dos governos petistas, repercutiram no movimento estudantil que, de uma forma geral, reverberou em um processo de desmobilização e despolitização, mas, não obstante a frações de resistência a investida neoliberal. Dessa maneira, a ENESSO encontra-se articulada ao Movimento Estudantil - ME e ao Movimento Estudantil de Serviço Social – MESS, que juntos disputam as direções das entidades representativas dos/as estudantes que são diversas.

A ENESSO, a qual foi uma das fontes de dados para esta pesquisa, se constitui segundo seu estatuto (2013) por ser uma entidade de representação máxima das/os estudantes de Serviço Social, sem fins lucrativos, autônoma, tendo suas coordenações regionais e nacional eleitas anualmente no Encontro Regional de Estudantes de Serviço Social- ERESS e no Encontro Nacional de Estudantes de Serviço Social – ENESS respectivamente. Além disso, no §1º do art. 1º de seu estatuto, a ENESSO garante sua autonomia estimulando, unificando e fortalecendo a

luta de todos/as os/as estudantes numa direção classista, anticapitalista e revolucionária, por uma educação e por uma universidade pública, gratuita, presencial, laica, popular, democrática, de qualidade e com acesso universal, que garanta acessibilidade às pessoas com deficiência, conjuntamente com outros movimentos sociais alinhados por um novo projeto societário sem dominação, exploração e opressão de classes e de qualquer forma.

Contudo, a conformação da ENESSO é resultado de um processo de reorganização do Movimento Estudantil, como também, do Movimento Estudantil de Serviço Social. De acordo com Ramos; Santos (1997) o movimento estudantil tem um caráter histórico e, por isso, altera-se como o movimento da história conforme as condições conjunturais vivenciadas pelos/as estudantes, as ideologias e concepções políticas que permeiam suas lideranças e as articulações que o movimento estabelece com outros movimentos sociais, partidos e demais sujeitos coletivos. Assim, dadas à dinâmica do processo democratização do país, após o golpe militar de 1964, o movimento estudantil passou por reconfigurações substanciais, onde emergiram outros segmentos de organização política dos/as estudantes, os quais se aliavam pela mesma direção, de lutar por uma sociedade livre de opressões e exploração da classe trabalhadora.

Essa concepção segundo Ramos; Santos (1997, p. 145) “[...] precisa ser internalizada pelos sujeitos para, então, se concretizar em práticas que promovam a capacidade de entender, questionar, resistir, sonhar, lutar e formular propostas de enfrentamento face à ordem social vigente, rumo à construção de um projeto societário”. Nesse cenário, o Movimento Estudantil de Serviço Social- MESS emerge como mais um elemento na direção por uma sociedade diferente da ordem do capital e, se expressa mais efetivamente depois do III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais - “Congresso da Virada”, onde a categoria profissional buscou construir outra imagem da profissão, articulada e comprometida com os interesses coletivos da classe trabalhadora.

No contexto histórico dos anos 80/90 do século XX diversas entidades estudantis para além do ME e da União Nacional dos/as Estudantes- UNE, contribuíram para a organização estudantil, onde se destacaram as executivas nacionais de cursos que elaboraram uma prática significativa na redefinição de estratégias para a ação política estudantil. Ramos; Santos (1997) afirmam que as executivas de curso por estar mais próximas às áreas de interesse profissional dos/as estudantes, possibilitam discussões diretas acerca da organização curricular, do significado social do/a profissional e de propostas alternativas para as políticas públicas e sociais. Porém, a UNE, juntamente com o ME não aceitavam a proposta das executivas, alegando segundo Ramos; Santos (1997) que as executivas defendiam questões específicas da formação e universidade, enquanto outras entidades (UNE e DCE’s, por exemplo) desencadeariam lutas gerais, voltadas para reivindicações de caráter mais amplo.

Contudo, nos anos oitenta segundo Ramos; Santos (1997), com a criação de inúmeras executivas de cursos intensificou-se o debate em torno dos rumos do Movimento Estudantil, e nesse processo, nasceu a Subsecretária de Estudantes de Serviço Social na União dos Estudantes — SESSUNE em 1988. Conforme as autoras supracitadas, em fins dos anos oitenta, teve início à realização de encontros anuais das executivas dos cursos — ENEX. O primeiro encontro aconteceu em 1988, ano em que foi criada a Executiva Nacional das/os Estudantes de Serviço Social. Contudo, os debates consolidaram-se na formulação de propostas e estratégias para o amadurecimento dessa entidade Nacional das/os Estudantes de Serviço Social e da reconfiguração do Movimento Estudantil de Serviço Social.

Logo, a partir da criação da SESSUNE e da Executiva curso de Serviço Social, as questões do âmbito estudantil descentralizou-se da União dos Estudantes, empreendeu-se mobilizações no sentido não corporativista, mas lutas e resistências articuladas a outros segmentos organizações coletivas da classe trabalhadora na direção anticapitalista. Assim, Ramos; Santos (1997) afirmam que as executivas defendem a unidade entre as lutas específicas e gerais, conduzindo dessa maneira uma visão para Movimento Estudantil — ME não-corporativista, mas de articulação mais geral.

Então, o segmento das executivas de cursos no interior do Movimento Estudantil em seus encontros passou a propor e construir estratégias que formassem políticas setoriais e globais para subsidiar as ações políticas dos/as estudantes, como também da UNE, enquanto entidade estudantil mais ampla. Segundo Ramos; Santos (1997) as proposições das executivas foram listadas na Carta do V ENEX, tendo como campos prioritários: denúncias das políticas públicas do Estado, atuação na universidade e intervenção social dos/as estudantes.

Dessa maneira, as executivas de cursos empenham suas ações em no movimento de reconstituir no âmbito do Movimento Estudantil

[...] um espaço plural de reelaboração e socialização de experiências de relações democráticas e autônomas. Procuram, ainda, construir uma interlocução crítica com outros sujeitos coletivos através de alianças políticas baseadas em propostas amplamente discutidas e com viabilidade de execução (RAMOS; SANTOS, 1997, p. 157).

É no marco da criação e desenvolvimento da Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social, que se coloca a discussão em âmbito mais geral do Movimento Estudantil de Serviço Social ainda no contexto mais geral do Movimento Estudantil e da UNE. Para sua redefinição segundo Ramos; Santos (1997) os Encontros Nacionais das/os Estudantes de Serviço Social — ENESS constituíram-se como marcos importantes no processo de

reorganização do MESS, o qual tem especialmente, sua história articulada as demandas do curso.

No âmbito das discussões para a reconfiguração do MESS, apresentava-se a necessidade de criar uma entidade nacional das/os estudantes de Serviço Social junto ao Movimento Estudantil. Assim,

O processo de criação da entidade nacional dos/as estudantes de Serviço Social, foi democraticamente discutido e amadurecido em vários fóruns estudantis e nas entidades de base, propiciando reflexões quanto à própria necessidade de sua criação e um aprofundamento sobre quais seriam seus objetivos e sua estrutura organizativa. O objetivo central era construir um canal de expressão política de caráter nacional, que possibilitasse a ampliação da democracia e da participação dos/as estudantes no movimento (RAMOS; SANTOS, 1997, p. 158).

É nessa direção que os ENESS se constituíram como espaços deliberativos e de discussões referentes às necessidades estudantis do curso de Serviço Social envolvidos no Movimento estudantil mais geral do país, ampliando e somando forças políticas estudantis no processo de pensar e construir a educação superior brasileira, notadamente na área do Serviço Social. Marco desse processo foi o ENESS de 1986, no Rio de Janeiro, ocasião da constituição da SESSUNE, que pelas polêmicas para sua legitimação, só foi efetivamente criada em 1988 com o propósito de articular e mobilizar politicamente as/os estudantes em nacionalmente.

Destaca-se que inicialmente a entidade Nacional de Estudantes de Serviço Social denominou-se SESSUNE, passando por uma redefinição nomenclatura em 1993 no momento do XV ENESS em São Leopoldo, se constituindo como ENESSO – Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social. Segundo Ramos; Santos (1997) essa mudança refletia as contradições e tensões junto a UNE, tendo em vista sua não articulação com as demandas das áreas dos cursos. Com isso, a entidade passou a ter maior autonomia frente à União Nacional dos/as Estudantes, se articulando diretamente ao Movimento Estudantil de Serviço Social — MESS.

Considerando a ENESSO como parte das entidades representativas da profissão no âmbito estudantil, esta passa ter um significado no processo de construção e consolidação do projeto ético-político profissional. Dessa maneira em seus encontros anuais (ENESS), questões pertinentes são discutidas e deliberações são lançadas para o avanço e fortalecimento da luta estudantil. Assim ressaltamos que o objetivo do ENESS versa sobre o fortalecimento da direção estratégica da profissão, tendo em vista, que os Cadernos Deliberativos, buscam de acordo com a ENESSO, nortear as ações da Executiva Nacional das/os Estudantes de Serviço Social, pautando o direcionamento político e bandeiras de lutas que devem ser defendidas pelo

Movimento Estudantil de Serviço Social, além de agregar os resultados acumulados das discussões políticas e de formação profissional em Serviço Social realizadas em cada ENESS.

Dessa maneira, os dados coletados dos materiais dessa entidade, apontam sincronia com a direção social defendida pelo projeto ético-político profissional, denunciando em seus eixos de deliberações as intervenções neoliberais, conforme os campos de lutas defendidos pela proposta da executiva. Dessa maneira, de acordo com Ramos e Santos (1997),

No primeiro aspecto – denúncia das políticas públicas do Estado – caberia aos/às estudantes e às suas entidades uma análise mais apurada dos impactos sócio-político-econômico-culturais, nas suas respectivas áreas de atuação profissional, apresentando alternativas contrárias ao conteúdo defendido pelos segmentos dominantes. No segundo campo – atuação na universidade – propõe-se aos/às estudantes a realização de questionamentos quanto à atual função social da universidade, através de debates sobre a direção política das pesquisas desenvolvidas, os conteúdos das grades curriculares, a formação profissional e sua vinculação com a realidade, a extensão e a assistência estudantil, dentre outros. Para a intervenção social dos/as estudantes, terceira diretriz proposta, é sugerida a vinculação destes/as com profissionais da sua área e de outras áreas e com movimentos sociais populares. Discutir-se-ia com os/as profissionais assuntos relacionados ao exercício da profissão, buscando realizar eventos conjuntos, contando-se, ainda, com trabalhadores/as de setores afins (RAMOS; SANTOS, 1997, p.155-156).

Esses aspectos encontram-se diretamente articulados as orientações gerais e aos objetivos que nortearam os ENESS's, quando na apresentação dos Cadernos Deliberativos da ENESSO explicita a necessidade e importância de iniciar os encontros fazendo uma análise de conjuntura, apreendendo os elementos sócio-político-econômico-culturais, os quais impactam de maneira contundente os outros eixos que estruturam as discussões e as deliberações da entidade, os quais são: Conjuntura, universidade e educação, movimento estudantil e formação profissional.

No quadro 28 abaixo, os dados que elegemos como pertinentes a nossa análise, versam sobre o ano de realização dos encontros, local e sobre as orientações gerais e os objetivos que subsidiaram as realizações dos ENESS's realizados no recorte temporal (2010-2018). Ressaltamos que algumas informações que seriam importantes para a pesquisa, não estavam disponibilizadas no site da entidade. Logo, temos algumas lacunas nos dados coletados da ENESSO. Ao ler sistematicamente os Cadernos Deliberativos dos ENESS's eles não apresentavam informações diretas sobre os elementos que foram motivos de debates nos encontros, apenas apresentaram um razoado no que se refere aos objetivos dos encontros em três Cadernos de Deliberações que correspondem respectivamente aos anos: 2014, 2015, 2018, em que os textos se repetiam. Por isso, nos detemos a analisar os eixos deliberativos: Conjuntura, Movimento Estudantil, Formação Profissional e Universidade e Educação.

Selecionamos esses quatro, pois dadas as condições de análise e sistematização, seriam muitos dados para esta pesquisa a nível de dissertação.

Quadro 20 — Dados do Caderno Deliberativo do Encontro Nacional de Estudante de Serviço Social no que se refere aos eixos deliberativos: Conjuntura, Movimento Estudantil, Formação Profissional e Universidade e Educação ano de 2011

EIXOS DELIBERATIVOS	DELIBERAÇÕES
<p>CONJUNTURA</p>	<p>Que o Movimento Estudantil de Serviço Social - MESS aprofunde sua luta anticapitalista e anti-imperialista. Por uma sociedade livre sem exploração de classe, gênero, etnia, orientação sexual onde todas e todos possam realizar seu potencial;</p> <p>Que a juventude e a classe trabalhadora não pague pela crise, e sim a burguesia!;</p> <p>Intensificar a luta contra a política neoliberal/capital, pela defesa, ampliação e efetivação das políticas sociais de caráter universalizantes;</p> <p>Que a ENESSO construa, junto a outros movimentos sociais, estratégias de luta priorizando Ações Diretas, pela reestatização da Vale, Embraer e outras estatais privatizadas;</p> <p>Devido o caráter neoliberal do Governo Dilma (assim como em qualquer governo neoliberal) as reformas e medidas que atacam os direitos dos trabalhadores e da juventude defendemos que a ENESSO se posicione contra as reformas previdenciária, tributária, sindical, universitária, trabalhistas assim como todas as suas facetas e a participação dos fóruns nacional de mobilização contra tais reformas;</p> <p>Defesa da autonomia e independência total, inclusive política e financeira dos movimentos sociais, frente ao governo, organizações e/ou partidos políticos, entendendo que autonomia não é neutralidade;</p> <p>Contra o ataque ao direito de greve dos trabalhadores. Todo apoio às greves por melhores condições de trabalho, que lutem contra a retirada de direitos trabalhistas.</p>

<p>MOVIMENTO ESTUDANTIL</p>	<p>Contra a criminalização das manifestações e dos movimentos sociais;</p> <p>Contra a criminalização da pobreza. Em defesa dos direitos humanos. Contra toda e qualquer política de extermínio às comunidades;</p> <p>Contra o corporativismo sindical! A favor da ampliação da atuação sindical com os trabalhadores terceirizados. Contra o Sindicalismo de Estado e pela autonomia sindical;</p> <p>Por um movimento estudantil comprometido com a classe trabalhadora e em defesa de um projeto societário socialista;</p> <p>Estabelecer ação conjunta com diversos movimentos sociais a fim de desenvolver novas formas de enfrentamento as contra reformas governistas prejudiciais a classe trabalhadora;</p> <p>Fomentar a discussão sobre a importância dos movimentos sociais e partidos políticos, enquanto instrumentos de luta da classe trabalhadora para a transformação societária;</p> <p>Que a ENESSO participe como observadora de todos os fóruns do movimento estudantil lutando pela democratização desses espaços e para que esses tenham um posicionamento contrário a Contra - Reforma Universitária;</p> <p>Novas formas coletivas de boicote e a formulação de um outro modelo de avaliação do ensino superior;</p> <p>Que a representação discente em ABEPSS nacional e regional atue com o coletivo dos estudantes por meio de instrumentos de socialização e democratização das informações;</p> <p>A partir do calendário de luta da ENESSO chamar outras executivas de cursos para construir as lutas unificadas;</p> <p>Mobilizar @s estudantes para conhecer e participar do MESS, articulando com os secretários de escola;</p>
------------------------------------	--

<p>FORMAÇÃO PROFISSIONAL</p>	<p>Estimular os CAs e DAs para criarem coletivos de discussão sobre gênero, diversidade sexual, questão racial, pessoas com deficiência e questão ambiental, Questão agrária, xenofobia, religião, produção de alimentos, descriminalização das drogas;</p> <p>Defesa da unidade da ENESSO com as representações estudantis em ABEPSS, reafirmando a sua participação na estrutura do MESS, firmando uma parceria estratégica de intervenção dos (as) estudantes nas diretrizes curriculares e na formação profissional;</p> <p>Que a ENESSO se comprometa com a construção dos estágios interdisciplinares de vivência no Brasil;</p> <p>Que a ENESSO fomente os cursos de formação política nos Conselhos Regionais e Nacionais. Que a ENESSO acumule o debate sobre as estratégias de luta em faculdades, centros universitários e universidades pagas, assim como nos centros de ensino a distância;</p> <p>Reforçar e defender intransigentemente o Projeto Ético -Político - PEP hegemônico do Serviço Social na nossa Formação Profissional, expresso nas Diretrizes Curriculares da ABEPSS, aprovado em 1996 pela categoria, no Código de Ética do Assistente Social e na Lei de Regulamentação da Profissão, ambos aprovados em 1993 e baseados na teoria social crítica e dialética;</p> <p>Que lute pela política de implementação da Política nacional de estágio da ABEPSS. Resolução 533;</p> <p>Contra o SINAES. Por uma nova forma de avaliação que será construída entre docentes, discentes, representação da categoria e buscando articulação com outras executivas de curso;</p> <p>Estimular a criação de espaços onde a formação profissional possa ser discutida por docentes, discentes e representações da categoria como o CRESS, em que haja uma profunda relação entre os reais eixos do MESS;</p> <p>Lutar junto aos estudantes das escolas que não são filiadas a ABEPSS para que as mesmas se filiem e implementem as diretrizes curriculares da mesma. Que os estudantes tenham mais informações</p>
-------------------------------------	--

	<p>e cobrem das universidades a adesão à ABEPSS;</p> <p>Fiscalização das diretrizes curriculares e incentivar a criação de comissão estudantil de supervisão curricular;</p> <p>Fortalecer o tripé da educação, garantindo a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão;</p> <p>Combater em conjunto com a ABEPSS, CFESS/CRESS a abertura de cursos de Serviço Social que não sejam pautados nas leis de regulamentação da profissão e no código de ética;</p> <p>Defender o estágio como espaço de ensino aprendizagem indispensável à formação profissional denunciando toda e qualquer situação que fira as diretrizes curriculares da ABEPSS, código de ética e lei de regulamentação da profissão;</p> <p>Fomentar o debate acerca do EAD em Serviço Social e seus impactos na Formação Profissional e nas lutas do MESS;</p> <p>Incentivar o debate nos DA's e CA's e colegiados dos cursos de Serviço Social sobre a política de extensão, pautado nas diretrizes curriculares da ABEPSS, assim reforçando o tripé de formação acadêmica/profissional;</p> <p>Que a ENESSO faça parte do grupo de trabalho promovido pela ABEPSS com a finalidade de aprofundar o conhecimento e debate acerca do SINAES. Ficando sob a responsabilidade da coordenação nacional da ENESSO a socialização das informações e a promoção desse debate nos fóruns do MESS com vistas a construção de estratégias de enfrentamento ao Caráter mercadológico dessa avaliação;</p> <p>Contra a precarização das condições de trabalho e assédio moral;</p> <p>Discutir mais profundamente sobre a formação profissional, exigindo o teórico referencial marxista. Que a ENESSO em conjunto com a ABEPSS fomente uma campanha sobre a relação serviço social e consciência de classe;</p> <p>Que a ENESSO construa com o conjunto CFESS/CRESS e ABEPSS</p>
--	--

	<p>espaços que garantam uma formação continuada. Assim como as formas de inscrições dos profissionais nos Conselhos Regionais;</p> <p>Pela luta que torne obrigatório o Serviço Social nas escolas públicas e pela fomentação do debate sobre o Sistema Único da Educação. E pela socialização das experiências sobre o Serviço Social na Educação;</p> <p>Que a ENESSO com os representantes discentes ABEPSS debatam pelo barateamento das inscrições dos encontros da categoria, bem como pela democratização do acesso e a criação imediata da modalidade de observadores gratuitamente;</p> <p>Não as práticas terapêuticas no serviço social;</p> <p>Que a ENESSO participe, dentro dos limites, do SLETS – Semanário Latino-Americano de Trabalho Social;</p> <p>Realizar um Abaixo assinado no Brasil inteiro contra ENADE por uma elaboração de uma avaliação de qualidade junto com outros cursos;</p> <p>Chamar as entidades da categoria a se posicionar a respeito do ENADE;</p> <p>Que a ENESSO incorpore a campanha pela Qualidade do Ensino.</p> <p>Por uma política de universalização o do acesso à universidade pública que vise o fim do vestibular. Expansão e ampliação das vagas nas universidades públicas, fim das taxas, campanha em defesa do ensino público, gratuito, laico, de qualidade, presencial, para todas e todos em todos os níveis, refutando a proposta do REUNI e o atual processo de interiorização das IFES, por acreditarmos que esses não atendem a essas reivindicações;</p> <p>Pela criação e ampliação de cursos noturnos que possibilitem condições de estudo, sem comprometer a qualidade da formação profissional;</p> <p>Desenvolver mecanismos para debater o PROUNI em relação aos</p>
--	--

<p>UNIVERSIDADE E EDUCAÇÃO</p>	<p>acessos a política de permanência para os estudantes das universidades privadas (garantidos pelas próprias Instituições Privadas). Pela transferência dos estudantes PROUNI para as IES públicas, visando o fim dos investimentos públicos em escolas privadas. Que a ENESSO seja contra o PROUNI, em defesa dos estudantes;</p> <p>Pela redução das mensalidades e pela garantia da matrícula dos inadimplentes. Contra o Cadastro de Informações da Educação Brasileira (CINEB)!</p> <p>Priorizar a discussão da Reforma Universitária junto com a Formação Profissional para facilitar a mobilização dos e das estudantes e a compreensão das consequências e causas da reforma universitária. Contra essa reforma de viés neoliberal, que se expressa através do PROUNI, do REUNI, em instância federal, UNIVESP e demais medidas dos governos estaduais de desmontes do ensino superior;</p> <p>Mais verbas públicas para as universidades públicas, sem que isso esteja condicionado às metas que precarizam a educação garantindo autonomia;</p> <p>Que a ENESSO não dispute o anteprojeto no congresso se posicionando contrariamente à Reforma Universitária, que expressa a mercantilização do ensino;</p> <p>Que a ENESSO se articule com outros movimentos sociais para a construção de uma contra proposta de Reforma Universitária, em defesa de uma educação pública, laica, popular, democrática e de qualidade;</p> <p>Defesa da paridade nos órgãos colegiados e comissões nas universidades;</p> <p>Contra o sucateamento, privatização, terceirização e cobrança de taxas e mensalidades nas universidades públicas;</p> <p>Pela implementação de políticas afirmativas para estudantes de escolas públicas, negros, índios, quilombolas e pessoas com</p>
---------------------------------------	---

	<p>deficiência;</p> <p>Contra os cursos e especializações pagos na universidade;</p> <p>Em defesa dos mestrados acadêmicos (com dissertação);</p>
--	---

FONTE: Elaboração própria feita a partir do Caderno Deliberativo do Encontro Nacional de Estudantes de Serviço Social pela ENESSO na segunda década dos anos 2000, (2019).

Quadro 21 — Dados do Caderno Deliberativo do Encontro Nacional de Estudante de Serviço Social no que se refere aos eixos deliberativos: Conjuntura, Movimento Estudantil, Formação Profissional e Universidade e Educação ano de 2012

EIXOS DELIBERATIVOS	DELIBERAÇÕES
<p>CONJUNTURA</p> <p>MOVIMENTO ESTUDANTIL²⁶</p> <p>FORMAÇÃO PROFISSIONAL</p>	<p>Contra a reforma urbana capitalista, pelo direito a moradia, democracia do território urbano, contra os despejos e em defesa das ocupações urbanas, contra especulação imobiliária.</p> <p>Que a ENESSO fortaleça os espaços de discussão de formação profissional dentro da categoria, estimulando a participação e a permanência dos estudantes nos GD's dos CRESS' e nos GTP's da ABEPSS;</p> <p>Que a ENESSO se articule com o FENEX e demais executivas de curso para debater uma concepção curricular a partir do conceito ampliado de educação, saúde, assistência social e de mais políticas de direito. Que a ENESSO socialize concretamente as discussões do FENEX e as propostas de revisão curricular e avaliação institucional das outras executivas de curso;</p> <p>Que a ENESSO em conjunto com a ABPSS e CFESS/CRESS combata a abertura irresponsável de cursos de Serviço Social e continue denunciando junto ao MEC, os já existentes que não respeitam os documentos que direcionam a formação profissional;</p> <p>Que a ENESSO e as representações discentes em ABEPSS articulem de fato com os CRESS's os Fóruns de Supervisores e que garanta uma maior participação dos estudantes. Pela a criação do Fórum de Estágios. E que nestes espaços sejam discutidos sobre o cotidiano profissional,</p>

²⁶ Nesse eixo entre o ano de 2011 para 2012 não houve alterações nas deliberações. Ou seja, nas discussões deliberativas no ENESS, as deliberações apresentaram coerência frente à conjuntura e a direção política da entidade.

<p>UNIVERSIDADE E EDUCAÇÃO</p>	<p>objetivando a relação das três dimensões formativas (teórico-metodológico, ético-político e técnico-operativo), materializando o projeto político profissional do Serviço Social;</p> <p>Articulação da ENESSO com o conjunto CFESS/CRESS na luta pela efetivação da Lei nº 837/2003 que garanta o cargo de assistentes sociais nas escolas públicas, bem como, a inclusão do debate de Serviço Social na educação na grade do curso de Serviço Social;</p> <p>Combater a retomada do conservadorismo na prática profissional (PRÁTICAS TERAPÊUTICAS, DEPOIMENTO SEM DANO, SERVIÇO SOCIAL CLÍNICO) no sentido de garantir a efetivação do nosso Código de Ética;</p> <p>Pela inclusão nos cursos de Serviço Social Das temáticas de gênero, étnico - racial, LGBT e questão ambiental como disciplinas obrigatórias E transversais ao currículo;</p> <p>Que a ENSSO se articule com a ABEPSS e o conjunto CFESS/CRESS por meio de visitas a escolas públicas que não possuem graduação em Serviço Social, propondo a abertura do curso, bem como, a abertura da graduação noturna em Serviço Social;</p> <p>Que a ENESSO procure novas formas e táticas de aproximação com os estudantes de EAD, fortalecendo a articulação entre as entidades (CFESS/CRESS, ABEPSS e ANDES-SN);</p> <p>Que a ENESSO e ABEPSS estimulem os CA's e DA's a participarem do processo de avaliação e revisão da grade curricular dos cursos de Serviço Social, tendo a finalidade de garantir uma a formação profissional de qualidade, crítica e reflexiva;</p> <p>Que a ENESSO reafirme seu posicionamento contrário a mercantilização e precarização da Formação Profissional, expresso pela modalidade EAD, com generalizada expansão objetivada pelos monopólios do ensino. Reafirmando a defesa do acesso e permanência do estudante trabalhador ao ensino presencial de qualidade, crítico e público;</p> <p>Que a ENESSO e discentes de ABEPSS acompanhe o processo da ABEPSS itinerante.</p>
---------------------------------------	--

	<p>Por uma expansão das universidades públicas com ampliação da qualidade, da indissociabilidade entre ensino pesquisa, extensão. Aumento do número de professores e servidores técnicos efetivos. universalização da assistência estudantil e política de permanência. Que caminhe para universalização do acesso a universidade e ao fim dos processos seletivos;</p> <p>Buscar dialogar com Movimentos Populares da classe trabalhadora;</p> <p>Que os CAs e DAs criem espaços, como oficinas, mini-cursos, colóquio para debater a Reforma Universitária e as implicações na formação profissional;</p> <p>Que os rumos da universidade sejam decididos em assembleia geral universitária, com os segmentos que as compõem (estudantes, professores e funcionários);</p> <p>Contra os cortes das bolsas de pesquisa e extensão. Luta pelo aumento das bolsas CAPES, CNPq, PIBIC e fundos de amparo à pesquisa e ensino; Pela institucionalização do programa de educação tutorial (PET). Pela implementação de políticas afirmativas para estudantes de escolas públicas, negros, índios, quilombolas e pessoas com deficiência, transexuais e travestis;</p> <p>Exigir a prestação de contas através de auditorias públicas, nas instituições de ensino públicas e privadas, de suas mantenedoras e das fundações de apoio;</p> <p>Que a ENESSO junto ao conjunto CFESS/CRESS dê um novo viés da campanha “Educação Não é Fast-Food” disputando a consciência dos estudantes inscritos nesta modalidade de ensino. Que toque uma luta pelo fim do EAD e a transferência dos estudantes para instituições públicas com políticas de assistência estudantil que garanta a formação e pela estatização das instituições privadas de ensino;</p> <p>Contra o decreto de Lula, no dia 30/12/2010 que propõe o benefício de bolsa auxílio o ou bolsa estudo, não podendo os estudantes requerer seu direito a pesquisa e extensão financiada, uma vez que tiver assistência como moradia, alimentação ou transporte;</p>
--	---

	<p>Que a ENESSO proponha articulação permanente das entidades que discutem educação popular no GT de Universidade Popular;</p> <p>Que a ENESSO fomente projetos de pesquisa e extensão de caráter popular dentro do direcionamento estratégico de emancipação humana, pautado no PEP;</p> <p>Que a luta do MESS nas universidades privadas e ou fundacionais tenha como horizonte e estatização ou reestatização das mesmas;</p> <p>Apoio ao fórum nacional de educação;</p> <p>Contra o exame de proficiência;</p> <p>Que a ENESSO se posicione contra o PNE e a favor dos 10% do PIB para a educação já! Reforçar o trabalho de base;</p> <p>Contra a apropriação privada da produção de conhecimento nas universidades públicas. E que este seja referenciado para a classe trabalhadora. Reforçar espaços de participação para estudantes nos departamentos, conselhos e demais espaços deliberativos dentro das universidades. Entendendo estes, como espaços de disputa de hegemonia;</p> <p>Que a ENESSO com os representantes discentes ABEPSS debatam pelo barateamento das inscrições do ENPESS e pela criação imediata da modalidade de observadores gratuitamente;</p> <p>Exigir junto ao ministério público auditorias nas obras do REUNI, nos orçamentos das IES públicas e privadas, de suas mantenedoras e das fundações de apoio;</p> <p>Que a ENESSO debata e construa conjuntamente novas formas de educação popular, democráticas, autônomas e dos trabalhadores;</p> <p>Pela incorporação imediata da ENESSO nos fóruns nacionais em defesa da universidade pública e pela ampliação das mesmas;</p> <p>Contra a política de expansão do governo federal e por uma expansão de qualidade;</p> <p>Que a ENESSO incorpore a jornada de lutas entre os dias 18 a 26/08 de</p>
--	---

	<p>2011 e construa o plebiscito popular a favor dos 10% do PIB para a Educação;</p> <p>Que a ENESSO apóie a integração comunidade e universidade ampliando os projetos de extensão vinculados a necessidade da classe trabalhadora e do povo brasileiro na luta por justiça social , combatendo os projetos de extensão atrelados a lógica do capital;</p> <p>Contra o REUNI forma de expansão imposta pelo governo Lula e incorporada ao PNE do governo Dilma, defendida hoje pela UNE. Este que precariza a educação na medida que estabelece metas como praticamente dobrar o numero de alunos por professor e não aumenta a verba de forma proporcional ao aumento de vagas entre outros. Contra o PNE e por 10 % do PIB para a educação política já!</p> <p>Rechaço integral ao PNE por ser privatista e mercantilista, por consolida a coexistência do ensino privado e publico e por não corresponder as transformação democrática e científica pela quais deve passar o sistema educacional brasileiro;</p> <p>A ENESSO se coloca contra as fundações ditas de apoio, que utilizam recurso público, estrutura pública, trabalhadores e estudantes da universidade para a produção de conhecimento novo, destinado a fins privados e apropriado privadamente;</p> <p>A ENESSO se coloca contra o PL 7639 que cria as universidades “comunitárias”;</p> <p>Garantia de permanência como parte do direito à educação: Residência Universitária a todos que queiram morar na universidade. Alimentação gratuita a todos os estudantes: contra a privatização dos restaurantes universitários; ampliação e construção de novos RU’s; fim das terceirizações. Passe Livre estudantil, combinando com a luta contra o aumento das tarifas, passe livre para desempregados e estatização das empresas de transporte, sem indenização, sob o controle dos trabalhadores;</p> <p>Financiamento público integral das Universidades, com orçamento elaborado por quem estuda e trabalha. Que se estabeleça um Congresso da Educação, formado por delegados em todo país, eleitos nas bases escolares, para estabelecer o montante necessário para funcionar</p>
--	---

	<p>plenamente o ensino público e gratuito em todos os níveis. Pelo fim das fundações, vendas de serviços, cursos pagos e taxas em geral;</p> <p>Autonomia da educação frente ao Estado capitalista. Combate às políticas privatistas e antiautonomistas como REUNI, ENADE e privatização dos Hospitais Universitários via EBSEH. Combate à ingerência dos governos estaduais e federal. Nenhuma intervenção do Estado na vida universitária, que deverá exercer sua autonomia como autogoverno da comunidade universitária, com eleições diretas, voto universal, fim da lista tríplice, co-governo e soberania da Assembleia Geral Universitária. Fim da intervenção policial;</p> <p>Pela construção de conselhos comunitários com participação dos movimentos sociais e entidades de classe com vistas a aumentar a participação da sociedade nos rumos da universidade. Por uma universidade sem muros e que seja do povo;</p> <p>Que a ENESSO apoie a integração com os espaços populares numa perspectiva de fortalecer as entidades destes espaços que lutam por justiça social;</p> <p>Que a ENESSO dê continuidade a participação no grupo de trabalho nacional de universidade popular GTNUP, fomentando as bandeiras táticas de luta nas universidades (como a luta por democracia interna e por grupos de extensão popular) em articulação com a estratégia global da universidade popular.</p>
--	---

FONTE: Elaboração própria feita a partir do Caderno Deliberativo do Encontro Nacional de Estudantes de Serviço Social pela ENESSO na segunda década dos anos 2000, (2019).

Quadro 22 — Dados do Caderno Deliberativo do Encontro Nacional de Estudante de Serviço Social no que se refere aos eixos deliberativos: Conjuntura, Movimento Estudantil, Formação Profissional e Universidade e Educação ano de 2014

EIXOS DELIBERATIVOS	DELIBERAÇÕES
CONJUNTURA ²⁷	<p>Que o MESS fomente e garanta espaços de reflexão e proposição acerca do modelo de avaliação do ensino superior do Brasil bem como o boicote e outras formas de enfrentamento. Alterado em ENESS 2014</p>
MOVIMENTO	<p>Que a ENESSO participe ativamente do processo de reorganização do ME, de forma a fomentar o debate acerca deste entre as/os estudantes de Serviço Social. Para tanto,</p>

²⁷ Todas as deliberações desse eixo correspondem às mesmas do ano de 2012.

<p>ESTUDANTIL</p>	<p>participe dos fóruns das entidades estudantis nacionais e demais espaços. Alterado em ENESS 2014</p> <p>Criação de grupo de discussão e cartilha para os estudantes das universidades públicas, particulares, EaD's, semipresenciais, trazendo as especificidades dessas, como por exemplo o CINEB (Cadastro de Informações da educação Brasileira). Alterado em ENESS 2014</p> <p>Que a ENESSO incorpore e se insira no calendário de greves das federais e estaduais comprometidas com a luta em defesa de uma universidade pública, gratuita, de qualidade, e unidade com a classe trabalhadora. Alterado em ENESS 2014</p> <p>Que a ENESSO recupere a luta por bandeiras históricas do movimento estudantil brasileiro que se perderam, como as eleições diretas com voto universal para reitoria, representação paritária nos conselhos universitários, pela redução das mensalidades nas universidades/faculdades particulares e a autonomia universitária e da organização estudantil dentro das universidades. Incluso em ENESS 2014</p>
<p>FORMAÇÃO PROFISSIONAL²⁸</p>	<p>Debate das propostas de Reforma Universitária da ANDES, FASUBRA, Plano Nacional de Educação, UNE e outros. Que a ENESSO inicie, junto com outras entidades, a luta pelas bandeiras históricas do movimento de Educação (entre outras bandeiras) (Derrubada do Veto do PNE, 10% do PIB para educação, paridades nas eleições para reitor, DRU, proibição do capital privado nas IES públicas). ENESS 2014</p>
<p>UNIVERSIDADE E EDUCAÇÃO</p>	<p>Que a ENESSO dê continuidade a participação no grupo de trabalho nacional de universidade popular GTNUP inicie articulação com demais espaços que defendem a Universidade Popular, fomentando as bandeiras táticas de luta nas universidades (como a luta por democracia interna e por grupos de extensão popular) em articulação com a estratégia global da universidade. Alterado em ENESS 2014</p> <p>Que a ENESSO fomente o debate sobre universidade popular em todos os espaços do MESS e se articule com as entidades e espaços que discutem universidade popular dentro da perspectiva de uma educação pública gratuita de qualidade universal e anticapitalista. ENESS 2014</p> <p>Que a ENESSO lute pela instalação de comissões da verdade as universidades. ENESS 2014</p> <p>Autonomia da educação frente ao Estado capitalista, combatendo as políticas</p>

²⁸ Todas as deliberações desse eixo correspondem às mesmas do ano de 2012.

	privatistas e “anti-autonomistas” como REUNI, ENADE e participação dos Hospitais Universitários a EBSERH. Pelo fim da intervenção policial. ENESS 2014
--	--

FONTE: Elaboração própria feita a partir do Caderno Deliberativo do Encontro Nacional de Estudantes de Serviço Social pela ENESSO na segunda década dos anos 2000, (2019).

Quadro 23 — Dados do Caderno Deliberativo do Encontro Nacional de Estudante de Serviço Social no que se refere aos eixos deliberativos: Conjuntura, Movimento Estudantil, Formação Profissional e Universidade e Educação ano de 2015

EIXOS DELIBERATIVOS	DELIBERAÇÕES
CONJUNTURA	<p>Que a ENESSO se posicione contra a política econômica dos governos capitalistas. Especificado, no Brasil, no ajuste fiscal implementado pelo Plano Levy e todos os demais ajustes do atual governo do PT, que privilegiam o lucro dos banqueiros e grandes empresários, em detrimento da classe trabalhadora e da juventude;</p> <p>Em defesa do estatuto da criança e do adolescente (ECA): intensificação da luta contra a redução da maioridade penal, a exemplo da PEC 171/93, que penaliza, sobretudo, crianças, adolescente e a juventude pobre e negra. Contra a exploração e abuso sexual, bem como o trabalho infantil;</p> <p>Que a ENESSO apoie o processo de reorganização sindical pautado nas lutas dos direitos dos trabalhadores, aprofundar o debate do sindicalismo, pautando a história do movimento sindical e suas diferentes perspectivas, tais como o sindicalismo revolucionário, estatal e entre outros;</p> <p>Para apurar e julgar os crimes cometidos de assassinatos no campo, como os de corrupção, que a ENESSO aprove a luta pela criação dos tribunais populares. E para responder as mortes no campo e ocupações, que a ENESSO se coloque pelo direito de resistência e ação direta da classe trabalhadora;</p> <p>Que a ENESSO fomente e discuta acerca da organização das/os assistentes sociais em sindicatos por área de atuação e categoria;</p> <p>Que a ENESSO se articule na luta, juntamente com a classe trabalhadora, contra as MP 664 e 665 que cortam os seguros previdenciários, contra o PL da terceirização, e todo o processo de terceirização, considerando o trabalho “meio” como fundamental à realização de todo processo de trabalho. Compreendendo os terceirizados como parte da classe trabalhadora, que sofrem cotidianamente as opressões de condições de</p>

	<p>trabalho e garantia de direitos fragilizados;</p> <p>Que a ENESSO e o MESS apoiem a aprovação do PL 5278/2009 e construam a campanha referente ao piso salarial das/os assistentes sociais. Em defesa de concursos públicos já!;</p> <p>Que a ENESSO fomente a discussão da privatização dos presídios e demais instituições do sistema carcerário e fomente o debate sobre abolicionismo penal;</p> <p>Entendendo a necessidade de fomentar as discussões em torno das lutas antimanicomiais e antiproibicionistas, que a ENESSO acompanhe os movimentos de construção dessas pautas;</p> <p>Que a ENESSO se posicione contra os crimes de racismo, LGBTfobia e machismo veiculadas em rede nacional e internacional pelos meios de comunicação;</p> <p>Que a ENESSO se posicione contra o processo de gentrificação das grandes metrópoles, fomentando o debate acerca do direito à cidade;</p> <p>Que a ENESSO fomente a discussão acerca da desigualdade de gênero, no acolhimento, abordagem e tratamento nas delegacias, contra o machismo institucional e por políticas mais abrangentes;</p> <p>Que a ENESSO se posicione contra a lei 9637 de 1998, que autoriza o uso dos bens públicos pelas organizações sociais de direito privado, a exemplo das OS's, OSCIP's, EBSEH, entre outras.</p> <p>Toda verba pública destinada ao ensino superior para as universidades públicas, sem que isso esteja condicionado às metas que precarizam a educação garantindo a inserção das/os estudantes das IES particulares nas IES públicas e autonomia. Contra os cortes neoliberais feitos na educação pelo atual governo;</p> <p>Que a ENESSO fomente o debate sobre um formato de hospital universitário não subordinado a política de saúde do governo, mas gerida com a participação social da comunidade acadêmica (docentes, discentes e técnicos administrativos) e movimentos populares;</p> <p>Que a ENESSO junto ao conjunto CFESS/CRESS e ABEPSS fortaleçam</p>
--	---

MOVIMENTO ESTUDANTIL ²⁹	as campanhas “A incompatibilidade entre serviço social e EAD” e a “A quem serve teu conhecimento?” disputando a consciência dos estudantes inscritos nesta modalidade de ensino. Que toque uma luta pelo fim do EAD e a transferência dos estudantes para instituições públicas com políticas de assistência estudantil que garanta a formação e pela estatização das instituições privadas de ensino;
FORMAÇÃO PROFISSIONAL ³⁰	
UNIVERSIDADE E EDUCAÇÃO	<p>Que a ENESSO componha a luta e os debates acerca das questões de permanência estudantil em sua plenitude (moradia, alimentação, saúde, etc), contra a focalização dos serviços, em defesa da universalidade de acesso e construção da permanência como parte do direito à educação, contra a privatização dos serviços e em defesa do caráter público da Universidade;</p> <p>Que a ENESSO fomente a discussão para a criação de espaços específicos com participação da comunidade universitária para apurar os casos de opressões nas Instituições de Ensino Superior</p> <p>Que a ENESSO repudie a lei 9.637/98 que permite que serviços dentro das instituições públicas sejam prestados por OS (Organizações Sociais), OSCIP’S (Organizações da sociedade civil de interesse público) de direito privado, etc;</p> <p>Que a ENESSO se articule junto às instâncias representativas da categoria e lute pela efetivação do processo de transferência externa de vagas para as Universidades Públicas;</p> <p>Que a ENESSO seja aliada nas articulações feitas pelos movimentos que lutam por Passe Livre, não só estudantil, mas de todos os usuários do transporte público e estatização das empresas de transporte, sem indenização, sob o controle popular.</p>

FONTE: Elaboração própria feita a partir do Caderno Deliberativo do Encontro Nacional de Estudantes de Serviço Social pela ENESSO na segunda década dos anos 2000, (2019).

Quadro 24 — Dados do Caderno Deliberativo do Encontro Nacional de Estudante de Serviço Social no que se refere aos eixos deliberativos: Conjuntura, Movimento Estudantil, Formação Profissional e Universidade e Educação ano de 2018

²⁹ Todas as deliberações desse eixo correspondem às mesmas do ano de 2014.

³⁰ Todas as deliberações desse eixo correspondem às mesmas do ano de 2014.

EIXOS DELIBERATIVOS	DELIBERAÇÕES
CONJUNTURA	<p>Que a ENESSO se coloque na luta “eu apoio os 23”; (ENESS 2018).</p> <p>Que a ENESSO se posicione contra às entradas da Polícia Militar em todos os campi das Universidades; (ENESS 2018).</p> <p>Que a ENESSO se coloque na luta pela liberdade de Rafael Braga; (ENESS 2018).</p> <p>Contra o genocídio da juventude negra. Marielle vive!; (ENESS 2018).</p> <p>Intensificar a luta contra a política neoliberal/capital, pela defesa, ampliação e efetivação das políticas sociais de caráter universalizante, por base nos direitos humanos;</p> <p>Que a ENESSO discuta e participe das lutas contra o desmonte da seguridade social, das reformas trabalhistas e do ensino médio;</p> <p>Que a ENESSO fomente o debate acerca da modalidade de Educação à Distância. Contra a formação massificada, precarizada e mercadológica. Contra o REUNI, FIES, PROUNI e todo e qualquer programa que submeta a Educação à lógica do capital; (ENESS 2018).</p> <p>Contra a reforma da previdência; (ENESS 2018).</p> <p>Por uma Petrobrás 100% estatal e sob o controle da Classe Trabalhadora. Que a ENESSO se incorpore, em conjunto com outros movimentos sociais, na campanha “O petróleo tem que ser nosso! Por uma Petrobrás 100% estatal!”. Defesa dos 100% do pré-sal como retorno para os brasileiros;</p> <p>Que a ENESSO construa, junto a outros movimentos sociais, estratégias de luta priorizando Ações Diretas, pela reestatização da Vale, Embraer e outras estatais privatizadas;</p> <p>Fomentar a discussão sobre os impactos do modo de produção capitalista e a exploração desenfreada do meio ambiente que atinge diretamente a classe trabalhadora; (ENESS 2018).</p> <p>Aprofundar e compreender o atual debate da agroecologia construído pelos movimentos sociais como modelo de produção ética e sustentável possível para construir uma nova concepção de socialização. Em defesa da PL 6670/2016, que institui a Política Nacional</p>

EIXO MOVIMENTO ESTUDANTIL	<p>de Redução de Agrotóxicos; (ENESS 2018).</p> <p>Pela apuração e julgamento dos crimes de assassinatos no campo. E para responder as mortes no campo e ocupações, que a ENESSO se coloque pelo direito de resistência e ação direta da classe trabalhadora.</p> <p>Que a ENESSO busque estratégias de organização e ação que contemple a realidade das estudantes de Serviço Social; (ENESS, 2018).</p>
FORMAÇÃO PROFISSIONAL³¹	<p>Que a ENESSO se comprometa com a construção do III Encontro Nacional de Educação, articulando os C.A.'s e D.A.'s para a construção das etapas estaduais preparatórias, chamadas de PRÉ-ENE; (ENESS, 2018).</p>
UNIVERSIDADE E EDUCAÇÃO³²	<p>Que a ENESSO dê continuidade à pesquisa sobre o perfil de estudantes de Serviço Social e se comprometa com a sua divulgação massiva. (ENESS, 2018).</p>

FONTE: Elaboração própria feita a partir do Caderno Deliberativo do Encontro Nacional de Estudantes de Serviço Social - ENESSO realizados na segunda década dos anos 2000, (2019).

Os eixos deliberativos e suas respectivas deliberações nos quadros 20-24 acima correspondem às discussões realizadas nos ENESS entre os anos 2010-2018, evidenciando a participação e o compromisso dos/as estudantes de Serviço Social com a formação profissional e conseqüentemente com o trabalho profissional, e para sua formação enquanto sujeito político na sociedade.

Essas deliberações são resultado dos debates acumulados pelo Movimento Estudantil de Serviço Social conforme suas estratégias, táticas e bandeiras de lutas, como se referem aos interesses dos/as estudantes do curso e dos interesses mais gerais da classe trabalhadora. Essa direção política da ENESSO se coaduna com o conjunto CFESS/CRESS e ABEPSS, num processo de unificação política pela direção crítica da profissão, num cenário adverso às demandas do conjunto de trabalhadores/as na atualidade.

Nesse sentido, é importante destacar que é durante o processo de recrudescimento neoliberal, que as estratégias políticas de enfrentamentos a esse projeto são cada vez mais necessárias, pois o acirramento da disputa política também é adensado. É nessas circunstâncias que as deliberações dos ENESS's vêm contribuindo e orientando junto às entidades destacadas e com o MESS, com a reflexão acerca das questões que permeiam o âmbito da profissão, especialmente no tocante à formação profissional, num contexto socio-histórico marcado conforme afirma Silva (2011) por uma perda da referência construída na esquerda brasileira,

³¹ Todas as deliberações desse eixo correspondem às mesmas do ano de 2015.

³² Todas as deliberações desse eixo correspondem às mesmas do ano de 2015.

um gradualismo reformista vivenciado pelo Partido dos Trabalhadores (PT) na última década e as ações de natureza conservadora dos governos petistas, em especial a contrarreforma do ensino superior, que vem rebatendo expressivamente no interior do movimento estudantil.

A conjuntura sócio-política marcada pelos governos petistas (Lula/Dilma) a qual se aprofundou no governo de extrema-direita do presidente ilegítimo Temer, Silva (2011) afirma que o processo de contrarreforma do ensino superior por meio do avanço do ensino privado e da modalidade EAD, rebateu sobre o movimento estudantil como um todo, num

[...] processo de deslegitimação da sua entidade em nível nacional, a União Nacional dos Estudantes (UNE), a discussão sobre a criação de outras entidades que representem o Movimento Estudantil (ME) em nível nacional, um processo de discussão, também em nível nacional, sobre o surgimento exacerbado de instituições de ensino privadas e de educação a distância, entre outros (SILVA, 2011, p. 31).

Esses desdobramentos recaíram conseqüentemente sobre a organização política dos/as estudantes de Serviço Social, no entanto, por meio do posicionamento crítico hegemônico na nas bases da profissão e na esfera estudantil de Serviço Social representada pelo MESS e a ENESSO, a resistência coletivamente frente à programática neoliberal foi colocada nos eixos de deliberações para o debate, resultando desse processo as ações deliberativas que foram fundamentais para o enfrentamento das políticas neoliberais sobre a formação profissional e sobre o ensino superior no Brasil, especialmente na área do Serviço Social.

Assim, os eixos deliberativos e as deliberações que destacamos nos quadros 20-24 versam sobre as ações criativas das entidades, tendo em vista que o momento da história vem colocando para as organizações políticas dos movimentos sociais, e aqui destacamos o MESS e ENESSO, “uma atuação criativa, crítica e comprometida com o ensino público, gratuito, presencial e de qualidade” (SILVA, 2011, p. 103). Exemplo dessa atuação são os Encontros Nacionais de Estudantes de Serviço Social juntamente com as contribuições apresentadas nos Cadernos deliberativos, as quais versaram conforme o eixo Conjuntura — sobre como a ENESSO pode atuar na realidade social mais geral.

Assim, a entidade pode vincular-se a luta anticapitalista e anti-imperialista; reivindicar que as conseqüências da crise do sistema capitalista não recaiam diretamente sobre a juventude e a classe trabalhadora; que a entidade intensifique a luta pela defesa, ampliação e efetivação das políticas sociais de caráter universalizante; e que a ENESSO construa junto a outros movimentos sociais, estratégias de luta na contramão das políticas neoliberais; que frente à governos neoliberais a entidade se posicione contra às reformas e medidas que atacam os direitos dos/as trabalhadores/as e da juventude, e que se posicione contra às reformas:

previdenciária, tributária, sindical, universitária, trabalhistas, assim, como todas as suas facetas e a participação dos fóruns de mobilizações contra tais reformas; e que lute pela defesa da autonomia e independência total dos movimentos sociais, frete ao governo, organizações e/ou partidos políticos, entendendo que autonomia não é neutralidade. E que nesse sentido, seja contra a criminalização das manifestações, movimentos sociais e da pobreza. Defendendo dessa maneira, os direitos humanos e sendo contra a qualquer política de extermínio às comunidades.

No que se refere ao eixo Movimento Estudantil — as deliberações foram o sentido do Movimento Estudantil, notadamente o MESS, se comprometa com os interesses da classe trabalhadora e em defesa de um projeto societário socialista; estabelecer ação conjunta com diversos movimentos sociais, a fim de desenvolver novas formas de enfrentamento as contrarreformas governistas prejudiciais à classe trabalhadora; que a ENESSO fomente a discussão sobre a importância dos movimentos sociais e partidos políticos, enquanto instrumentos de luta da classe trabalhadora para a transformação societária; que a entidade participe como observadora de todos os fóruns do movimento estudantil, lutando pela democratização desse espaço, e para que esses tenham um posicionamento contrário à contrarreforma universitária; seja a favor de novas estratégias coletivas de boicotar e reformular outros modelos de avaliação do ensino superior; que a representação discente em ABEPSS nacional e regional atue com o coletivo dos estudantes, por meio de instrumentos de socialização e democratização das informações; unifique as lutas da entidade com outras executivas de cursos, para construir estratégias e resistências mais amplas; mobilize as/os estudantes para conhecer e participar do MESS, articulando com os secretários de escolas; estimular os CA's e DA's para criar coletivos de discussões sobre: gênero, diversidade sexual, questão racial, pessoas com deficiência, questão agrária, xenofobia e demais formas de opressão e preconceito; que a representação estudantil da ENESSO em ABEPSS reafirme uma parceira estratégica de intervenção das/os estudantes nas Diretrizes Curriculares da ABEPSS e na formação profissional; e que a ENESSO acumule o debate sobre as estratégias de luta em faculdades, centros universitários e universidades pagas, assim como nas unidades de ensino à distância.

No eixo Formação Profissional — as deliberações foram no sentido da entidade defender intransigentemente o projeto ético-político do Serviço Social, o qual se encontra expresso nas Diretrizes Curriculares da ABEPSS, no Código de Ética da Profissão e na Lei de Regulamentação da profissão, ambos aprovados em 1993 e baseados na teoria social crítica marxista; lutar pela implementação da Política Nacional de Estágio da ABEPSS e o cumprimento da Resolução Nº 533 do CFESS que dispõe sobre a Lei de estágio; fomente o debate contra o SINAES, por uma nova forma de avaliação que seja construída entre os

discentes, docentes, representação da categoria e buscando articulação com outras executivas de cursos; lutar junto aos estudantes das escolas que não são filiadas a ABEPSS para que as mesmas se filiem e implementem as Diretrizes Curriculares da mesma; combater em conjunto com a ABEPSS, CFESS/CRESS a abertura de cursos de Serviço Social que não sejam pautados na Lei de Regulamentação e no Código de Ética da profissão; defender o estágio como espaço de ensino e aprendizagem indispensável à formação profissional, denunciando toda e qualquer situação que fira as Diretrizes Curriculares da ABEPSS, Código de Ética e Lei de Regulamentação; e fomentar o debate acerca da EAD em Serviço Social e seus impactos na formação política nas lutas do MESS.

Já no eixo Universidade e Educação — as deliberações foram no tocante às lutas e resistências mais amplas no âmbito da Universidade e da educação superior, ultrapassando assim como as deliberações do eixo Conjuntura, as demandas específicas do curso de Serviço Social. Logo, as deliberações desse eixo foram no sentido da ENESSO não disputar um anteprojeto, se posicionando contrariamente à reforma universitária que expressa a mercantilização da educação superior; que a entidade articule com outros movimentos sociais para construção de uma contraproposta de reforma universitária, em defesa de uma educação pública, laica, popular, democrática e de qualidade; defenda a paridade nos órgãos colegiados e comissões nas universidades; seja contra o sucateamento, privatização, terceirização e cobrança de taxas e mensalidades nas universidades públicas; pela implementação de políticas afirmativas para estudantes de escolas públicas, negros/as, indígenas, quilombolas e pessoas com deficiência; contra os cursos e especializações pagos na universidade públicas.

Nesta análise, apreendemos as deliberações do ENESS de 2011, fazendo um razoado de suas ações, visto que as demais seguem a mesma direção, mudando apenas os textos a cada ano. Vale ressaltar que a cada três anos, acontecem às revisões estatutárias não havendo deliberações. Assim, em 2010, 2013, 2016 não tivemos dados referentes aos eixos deliberativos do ENESS, devido ser ano de revisão estatutária. No que diz respeito ao ano de 2017, no site da entidade não se encontra disponibilizado o Caderno deliberativo desse ENESS³³.

Desse modo, o processo de atuação da ENESSO junto com outros movimentos sociais de esquerda, consubstancia a natureza da entidade, seus princípios e finalidade, quando nas deliberações aqui destacadas, possibilitam potencializar e fomentar o fortalecimento da direção

³³ Este ano excepcionalmente o ENESS foi cancelado, pois, conforme vem explicitando na carta escrita pela comissão gestora da ENESSO (2017/2018), mediante falta de condições estruturais, conjunturais e financeiras das organizações classistas no país, e dos movimentos sociais, a exemplo do ME e MESS, a ENESSO elaborou nesta carta uma autocrítica para apresentar os motivos pelos quais não foi possível a realização do ENESS em 2017. De modo geral, o motivo foi referente às inconclusões da revisão estatutária que deveria ter sido realizada no ENESS em 2016, o que exigiu da entidade um posicionamento nesse sentido, para reorganizar o perfil da ENESSO, enquanto uma entidade articulada com os interesses mais gerais da classe trabalhadora, refletindo a direção do projeto ético-político (Carta da comissão Gestora 2017/2018).

social do projeto ético-político profissional. Contudo, é preciso ressaltar, que a partir do recuo das forças políticas dos movimentos sociais, especialmente na década de noventa, os espaços de luta e mobilização estudantil sofreram refração desse processo.

Com a intensificação das disputas políticas das direções das entidades estudantis, inclusive das que representam as/os estudantes de Serviço Social. Segundo Silva (2011), tanto o ME como o MESS são permeados por contradições e conflitos internos, que se expressam nos espaços de debates e deliberações de ações desses movimentos. Esta autora destaca que no interior do Movimento Estudantil, essas contradições e conflitos são especificamente no que diz respeito à disputa pela diretoria da UNE, em que diversos partidos políticos protagonizam e disputam a hegemonia desta entidade, tendo em vista, sua responsabilidade e atuação junto aos/as estudantes de modo geral.

Já no que se refere ao Movimento Estudantil de Serviço Social, os conflitos e contradições encontram-se no sentido de disputar a hegemonia da ENESSO, especialmente por grupos ou tendências políticas que existem no movimento. Isto deixa evidente que os espaços político-organizativos da categoria não se encontram hegemonicamente alinhados a uma corrente teórico-política, por isso a constante luta e resistência para manter, aprofundar e avançar nessa perspectiva crítica marxista no interior da categoria profissional.

E aqui destacamos um momento da ENESSO, que atualmente reverbera sobre a organização do MESS, como da própria entidade. Segundo Silva (2011), dadas às contradições internas da ENESSO, as quais estão vinculadas as disputas políticas entre representações e grupos filiados a partidos políticos, corroborou para que em 2008/2009 não houvesse gestão³⁴, e conseqüentemente o ENESS de 2009 e as possíveis deliberações da entidade. Esse momento na entidade representou uma crise de hegemonia do grupo filiado ao Partido dos Trabalhadores, tendo em vista, a agenda política neoliberal que foi implementada nos primeiros anos do governo Lula, e se adensando posteriormente em seu segundo mandato e durante o governo Dilma.

Então, mesmo com o acúmulo político, Silva (2011) afirma que a não concretude da eleição da gestão 2008/2009 representou um momento de retrocesso para o movimento da ENESSO, como do MESS. Contudo, conforme autora supracitada, esse momento da ENESSO teve o subsídio e o apoio das demais entidades da categoria, sendo lançada no 37º Encontro do Conjunto CFESS/CRESS uma carta escrita pelos ex-militares da ENESSO, com a finalidade de

³⁴ Segundo Silva (2011) não teve a gestão 2008/2009, porque foi identificado fraude e boicote pelo grupo que estava disputado esta gestão. A questão central foi um estudante de História militante do PT, inscreveu-se na chapa como estudante de Serviço Social. Isto é estatutariamente irregular. O suposto estudante de Serviço Social não conseguiu comprovar seu vínculo com o curso, o que gerou um problema na plenária (SILVA, 2011, p. 93). Essa fraude levou o evento ao caos, não havendo nenhum acordo, foi deliberado segundo Silva (2011) que a ENESSO naquele ano não teria gestão.

assegura que esta entidade é parte do patrimônio político do Serviço Social e que essa crise fosse breve, e que a ENESSO se reerguesse, enquanto uma entidade importante frente aos ataques neoliberais sobre os direitos da classe trabalhadora, especialmente no âmbito da educação superior. Portanto, esse processo dinâmico é expressão do pluralismo, e das disputas de pensamentos dos indivíduos que formam esses espaços, articulados com os mais diversos espaços de lutas e resistências da sociedade civil.

Contudo, a entidade não ficou inerte frente às determinações históricas das demandas estudantis que se expressavam no cenário de recrudescimento do projeto neoliberal sobre a educação superior e seus rebatimentos no Serviço Social. Nessa direção é que destacaremos a contribuição das Cartilhas elaboradas e publicadas pela ENESSO, nesse processo de reafirmação crítica frente ao projeto neoliberal. Assim, no quadro 34 abaixo se encontram os dados esquematizados das Cartilhas elaboradas pela Executiva Nacional das/os Estudantes de Serviço Social no que se refere ao ano de sua publicação, tema, orientações gerais e objetivo.

Logo, essas Cartilhas foram selecionadas, tendo em vista, o teor de seus posicionamentos políticos no âmbito da luta dos/as estudantes de Serviço Social, frente à contrarreforma do ensino superior, que rebatem sobre o processo de formação, incidido posteriormente sobre o trabalho profissional. Além de levantar essa bandeira, as Cartilhas enfatizam outros elementos importantes para o processo de consciência política das/os estudantes, no que se referem às demais bandeiras de luta da profissão, evidenciando uma sincronia de temas que são frequentemente discutidos pelas entidades representativas do Serviço Social.

Quadro 24 — Dados das Cartilhas elaboradas pela ENESSO no tocante ao ano de publicação, tema, orientações gerais e objetivos

ANO	TEMA	ORIENTAÇÕES GERAIS	OBJETIVOS
2011	Um boicote ao ENADE incomoda muito mais: por uma avaliação de verdade! Contra a mercantilização da educação e essa reforma universitária!	Mostrar os principais pontos de discussões sobre a posição contrária da entidade (ENESSO) ao processo de avaliação da educação superior e do exame de Nacional do desempenho dos estudantes (SINAES/ ENADE) como o MEC estabeleceu e, porque a entidade uso o boicote contra o exame como uma maneira estratégica de enfrentamento a essa demanda. Enfatizando que o boicote não é a forma principal de resistência da ENESSO.	Discutir e mobilizar as/os estudantes de Serviço Social se contrapondo ao exame do ENADE e, explicar porque o boicote é a forma imediata de resistência da entidade.

2011	FORA ENADE “Educação não é mercadoria”	Enfatiza o posicionamento contra o exame de avaliação do ENADE.	Evidenciar os pontos negativos do ENADE e, apresenta os elementos que pactuam com a lógica de mercantilização da educação superior a partir das orientações dos organismos internacionais.
2013	A nossa luta é todo dia, educação não é mercadoria!	Explicitar o que é o ENADE/SINAES, e quais são os critérios que definem as avaliações desses dois modelos de avaliação.	A cartinha teve como objetivo apresentar aos leitores os elementos permanentes de crítica ao modelo de avaliação, e propor táticas de enfrentamento.
2013	ENESSO Feminista!	Fomentar a necessidade real e urgente de fazer uma reflexão acerca do debate de gênero no Movimento Estudantil em Serviço Social, bem como fortalecer a auto organização das mulheres, de forma que possamos avançar na compreensão do momento que vivenciamos e das nossas tarefas para a igualdade e autonomia das mulheres.	Fomentar as reflexões e lutar contra a opressão das mulheres, compreendendo que esta se encontra diretamente ligada à sociedade dividida em classes.
2014	ENESSO em verso	Expor em versos as lutas travadas e construídas pelos membros da entidade representativa dos/as estudantes de Serviço social-ENESSO.	Socializar a produção de companheiras e companheiros que estão na luta e que nos oferecem formas diversas de objetivação humana, através da expressão artística, a Coordenação Nacional da ENESSO apresenta o Caderno “ENESSO Em Versos”, com poesias e poemas, escritos por nossos militantes e que vêm reforçar nossas forças, nossa alegria e nosso amor a nossa causa!
2014	QUE BICHO É ESSE?	Explicitar quais são as organizações estudantis que compõem os movimentos mais gerais dos/as estudantes de modo geral (CA/DA, MESS, ERESS, ENESS e a ENESSO). Buscando para isso resgatar a história e a construção das lutas e pautas que abrangem essas décadas de organização política de movimento estudantil.	A cartilha teve como objetivo apresentar a ENESSO- Executiva Nacional dos Estudantes de Serviço Social , a entidade máxima de representação das/os estudantes de Serviço Social no Brasil, bem como a história do MESS- Movimento Estudantil de Serviço Social e como se organiza atualmente.
2015	A QUEM SERVE O TEU CONHECIMENTO?	Refletir sobre a mercantilização do ensino, precarização da formação e redirecionamento da função social da Universidade, expansão do ensino superior era necessária, refletir sobre algo anterior e que deu origem necessidade da própria Universidade, a produção do conhecimento. A quem serve teu conhecimento? É a pergunta que estamos querendo fazer para os/as estudantes de SERVIÇO	Este material de base apresenta a crítica ao que vivenciamos através do atual projeto de educação e ao papel da produção de conhecimento na Universidade, fortalecendo a indissociabilidade do ensino, pesquisa e extensão, o desmonte da universidade, o debate de democracia e autonomia universitária e trazendo evidências concretas da realidade do ensino superior e suas contradições no âmbito do acesso e permanência para

		SOCIAL de todo o Brasil e mais além, a todos os movimentos estudantis existentes de dentro e fora da Universidade, fazendo o lançando dessa campanha e apresentando através dessa cartilha a síntese de uma reflexão coletiva sobre UNIVERSIDADE E EDUCAÇÃO.	fortalecer a bandeira de luta pela Universidade Popular.
--	--	--	--

FONTE: Elaboração própria feita a partir das Cartilhas publicadas pela Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social - ENESSO na segunda década dos anos 2000, (2019).

Os posicionamentos da ENESSO expressados nos dados das cartilhas no quadro 24 explicita a direção teórico-política de uma parcela de estudantes do curso de Serviço Social, que se inscreve no processo da luta político-organizativa da categoria, dando continuidade a uma trajetória marcada por lutas e resistências no sentido de corroborar com o fortalecimento e o avanço da perspectiva crítica da profissão na contemporaneidade.

Assim, sintonizados com a perspectiva de defender uma educação superior não comprometida com os interesses do capital, a ENESSO em 2011, publicou uma cartilha tendo como tema: (Um boicote incomoda muito mais: por uma avaliação de verdade! Contra a Mercantilização da Educação e essa Reforma Universitária). Esta cartilha teve como orientações gerais mostrar os principais pontos de discussões sobre a posição contrária da ENESSO ao processo de avaliação da educação superior e do exame de Nacional do desempenho dos estudantes (SINAES/ ENADE) como o MEC estabeleceu e, porque a entidade faz uso do boicote contra o exame como uma maneira estratégica de enfrentamento a essa demanda. Além disso, teve como objetivo, discutir e mobilizar as/os estudantes de Serviço Social se contrapondo ao exame do ENADE e, explicar porque o boicote é a forma imediata de resistência da entidade.

Ainda em 2011, a entidade lançou mais uma cartilha referente ao Exame Nacional do Ensino Médio (FORA ENADE: “Educação não é mercadoria”). Em suas orientações gerais, esta cartilha enfatizou o posicionamento contra o exame de avaliação do ENADE, com o objetivo de evidenciar os pontos negativos do ENADE e, apresenta os elementos que pactuam com a lógica de mercantilização da educação superior a partir das orientações dos organismos internacionais. Nessa mesma direção, em 2013 a ENESSO publicou a cartilha com o tema (A nossa luta é todo dia, educação não é mercadoria), a qual teve com orientações gerais, explicitar o que é o ENADE/SINAES, e quais são os critérios que definem as avaliações desses dois modelos de avaliação, e assim apresentar aos leitores os elementos permanentes de crítica ao modelo de avaliação, e propor táticas de enfrentamento.

Trazendo mais discussões para além das demandas pontuais sobre educação superior, em 2013, a ENESSO publicou uma cartinha tendo como tema (ENESSO Feminista!). Suas

orientações gerais versaram sobre a necessidade real e urgente de fazer uma reflexão acerca do debate de gênero no Movimento Estudantil em Serviço Social, bem como fortalecer a auto-organização das mulheres, de forma que possamos avançar decifrando o momento que vivenciamos e sabendo das nossas tarefas para à luta por igualdade e autonomia das mulheres. Tendo como objetivo, fomentar as reflexões e lutar contra a opressão das mulheres, compreendendo que esta se encontra diretamente ligada à sociedade dividida em classes.

Em 2014 a entidade lançou a cartilha (ENESSO em verso) diferenciando-se seu conteúdo das demais analisadas até aqui. Esta expôs em versos as lutas travadas e construídas pelos membros da ENESSO, com a finalidade de socializar a produção de companheiras/os que estão na luta e que nos oferecem formas diversas de objetivação humana, através da expressão artística, de escritos por nossos/as militantes e que vêm reforçar nossas forças, nossa alegria e nosso amor a nossa causa.

No ano de 2014, a entidade publicou outra cartilha com o tema (QUE BICHO É ESSE?). Esta explicitou quais eram as organizações estudantis que compõem os movimentos mais gerais dos/as estudantes de modo geral (CA/DA, MESS, ERESS, ENESS e a ENESSO), buscando para isso, resgatar a história e a construção das lutas e pautas que abrangem essas décadas de organização política de movimento estudantil. Além disso, a cartilha apresentou a ENESSO- Executiva Nacional dos Estudantes de Serviço Social, a entidade máxima de representação das/os estudantes de Serviço Social no Brasil, bem como a história do MESS e como se organiza atualmente.

Por fim, em 2015 a ENESSO publicou a cartilha com o tema (A QUEM SERVE O TEU CONHECIMENTO?). Sua finalidade foi refletir sobre a mercantilização do ensino, precarização da formação e redirecionamento da função social da universidade, expansão do ensino superior era necessária, refletir sobre algo anterior e que deu origem necessidade da própria Universidade, a produção do conhecimento. A quem serve teu conhecimento? É a pergunta que estamos querendo fazer para os/as estudantes de Serviço Social de todo o Brasil e mais além, a todos os movimentos estudantis existentes de dentro e fora da universidade, fazendo o lançando dessa campanha e apresentando através dessa cartilha a síntese de uma reflexão coletiva sobre universidade e educação. Vale salientar, que durante a coleta de dados no site da entidade (ENESSO), no recorte temporal (2010-2018) as publicações cessaram no ano de 2015. Por isso, finalizamos a análise neste ano. Contudo, com a reorganização dos MESS e da entidade, nos anos posteriores houve publicações de outras cartilhas.

Com a análise dos dados acima, é notório a participação e efetivação das deliberações que são discutidas e formuladas nos espaços de luta coletiva da ENESSO, a exemplo do ENESS, que estamos pontuando nesta pesquisa, pois para além desse, existem outros que

contribuem nessa perspectiva. Assim, mesmo diante das contradições internas da entidade, do movimento estudantil, do movimento estudantil de Serviço Social e da própria conjuntura sócio-política brasileira, a entidade busca seguir comprometida com os interesses mais gerais da classe trabalhadora e dos estudantes, especialmente de Serviço Social, numa articulação com as demais entidades representativas da categoria profissional.

Portanto, os posicionamentos presentes nas entidades aqui estudadas: ABEPSS, CFESS/CRESS e ENESSO compõem uma unidade dialética na direção política que vêm sendo construída e consolidada no Serviço Social desde os fins dos anos setenta, especialmente após o “Congresso da Virada”, marco constitutivo do Serviço Social crítico no Brasil. Isso evidencia o compromisso de uma parcela de profissionais e estudantes dessa profissão, que neste momento da história, isto é, século XXI, se encontra frente a um cenário sócio-político de barbárie, de fortes ataques às conquistas civilizatórias pelo capital em sua fase mais avançada, comprometendo praticamente toda forma de vida no mundo.

Então, concordando com Silva (2011), neste momento histórico, nos resta enquanto categoria profissional, preservar, contra ventos e marés, a autonomia das entidades representativas da profissão: ABEPSS, CFESS/CRESS e ENESSO para conduzir e aprofundar as exigências do projeto ético-político profissional. Nesse atual momento histórico da sociabilidade capitalista, se torna cada vez mais importante o reconhecimento das classes, especialmente da classe trabalhadora apropriando-se da consciência para si, e a luta por um novo projeto societário livre de qualquer forma de exploração e opressão. Logo, a categoria de assistente social tem um papel histórico nesse processo, desde o momento em que optou e se reconheceu enquanto classe trabalhadora no interior das contradições capitalistas.

CONCLUSÕES

“Criar uma nova cultura não significa apenas fazer individualmente descobertas ‘originais’; significa também, e sobretudo, difundir criticamente verdades já descobertas, ‘socializa-las’ por assim dizer; portanto transformá-las em base de ações vitais, em elemento de coordenação e de ordem intelectual e moral”.
 - Gramsci -

Diante do que foi assinalado nos capítulos desta dissertação, o Serviço Social brasileiro inscrito na sociabilidade capitalista como parte e resultados das relações sociais produzidas e reproduzidas na mesma, redefine-se por meio das transformações sócio-política desse sistema, sendo legitimada enquanto uma profissão interventiva e investigativa sobre as múltiplas expressões da “questão social”, a qual é intrínseca ao sistema capitalista.

Nesse sentido, a profissão não se a no movimento da história imune às determinações ídeo-políticas e sócio-históricas do capital, inscreve-se em meio às contradições do sistema vigente e perante esse movimento vai redimensionar, ao logo de sua história, a direção política da categoria profissional. Portanto, não é demais ressaltar que as mudanças configuradas na transição do Serviço Social tradicional para intenção de ruptura, não se tratou de um processo isolado no interior da profissão, mas estavam diretamente articuladas ao movimento mais geral da luta de classes no país.

Logo, é de suma importância observar que as mudanças alcançadas pelo Serviço Social, especialmente no que se refere à suas bases de legitimação, estão em consonância com o cenário sócio-político mais amplo do país. Destacamos naquele momento histórico, o movimento de redemocratização do Brasil, que viabilizou no III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, o conhecido “Congresso da virada” em 1979, as condições para o Serviço Social atingir outra direção política.

Dadas às condições históricas da conjuntura brasileira nos anos setenta e oitenta do século XX, uma parcela expressiva de assistentes sociais conduziu a virada da profissão, potencializando a construção coletivamente de um arcabouço teórico-metodológico e ético-político baseado na tradição teórica marxista, que resultou na conformação do novo projeto ético-político profissional do Serviço Social. Este novo projeto profissional desde sua construção vem mobilizando toda categoria no sentido de consolidá-lo.

Assim, na década de 1990, mesmo tendo alcançado hegemonia no interior da profissão, o projeto profissional não encontrou condições objetivas junto a um projeto societário no Brasil. Isso se deve mediante as configurações políticas que vêm sendo empreendidas no cenário político brasileiro desde o período considerado de redemocratização do país, em que os

resquícios do período autocrático burguês não foram eliminados das relações sociais entre as classes no Brasil.

Dessa maneira, a ditadura do grande capital continuou sendo consolidada e garantida pela burguesia brasileira, se ampliando por meio do Estado, enquanto um instrumento de dominação de classes pelos governos que aderiram as perspectivas modernizantes do capital. Diante da crise, o capital ampliou sua dominação, ainda mais, sobre os países que se encontram historicamente na periferia do sistema, explorando desses, suas fontes de riquezas naturais, como também, a mão-de-obra das classes subalternizadas. Como exemplo disso temos o Brasil que, conforme já destacamos no segundo e terceiro capítulo desse estudo, vem evidenciando uma dependência do grande capital, especificamente do norte-americano, sobre seu desenvolvimento socioeconômico e ídeo-político, que reverbera na condução política dos partidos que chegaram ao poder na sociedade brasileira até os dias atuais.

Sobre a égide do projeto neoliberal, as relações sociais entre as classes se reconfiguraram notadamente no Brasil, a partir de fins dos anos oitenta e início dos anos noventa, com o receituário das políticas neoliberais, as quais se apresentavam e continuam sendo nefastas às conquistas históricas dos direitos políticos e civis da classe trabalhadora. É com o aprofundamento da programática neoliberal que a questão norteadora da presente pesquisa toma forma, a qual partiu do pressuposto de apreender da processualidade histórica da profissão a construção, consolidação e fortalecimento da atual direção social, nos termos do projeto ético-político profissional, considerando a intermediação das entidades representativas da profissão.

A partir deste pressuposto e da literatura que selecionamos para subsidiar a nossa perspectiva teórico-metodológica, consideramos ter alcançado os objetivos elencados para esta pesquisa, pois, foi possível por meio da análise empreendida sobre os dados coletados para a pesquisa apreender da processualidade histórica da profissão a construção, consolidação e as estratégias que foram construídas pelas entidades político-organizativas destacadas, o fortalecimento que vem sendo efetivado para garantir a atual direção social, nos termos do projeto ético-político profissional.

Logo, por meio da mediação do materialismo histórico e dialético, conduzimos o desenvolvimento da pesquisa, sem nos reduzirmos às aparências do objeto analisado, conseguindo assim, captarmos das determinações sócio-históricas os fundamentos que corroboram para o desenvolvimento do Serviço Social na sociedade brasileira, como também, as estratégias coletivas da categoria em torno da defesa do atual projeto ético-político profissional.

Portanto, esta pesquisa mediante seus objetivos explicita o quanto é imprescindível às ações políticas das entidades representativas do Serviço Social no sentido de sustentar, nos mais adversos contextos históricos da sociedade brasileira, a direção crítica da profissão a qual foi construída coletivamente, após as decisões tomadas por parte dos/as profissionais que compõem essa categoria profissional em 1979 no momento da virada ídeo-política da profissão, ou seja, a decisão em romper com a perspectiva tradicional do Serviço Social.

Como destacamos no terceiro capítulo, os dados da presente pesquisa revelam o compromisso e o posicionamento ético-político da categoria com os princípios de fundamentam a direção social do projeto ético-político profissional. Tendo em vista, o envolvimento das entidades: ABEPSS, CFESS/CRESS e ENESSO na defesa por uma formação profissional de qualidade, por condições dignas de trabalho e realizando isso, em articulação com os demais movimentos sociais da classe trabalhadora, ressaltando que esse luta não se restringe a profissão, mas é algo muito mais amplo, pois o horizonte dessa luta é uma nova sociabilidade para além desta que se encontra em seus limites, reproduzindo acirrando o que não condiz com um projeto de emancipação humana.

Portanto, sustentamos a nossa afirmação que as ações políticas das entidades representativas do Serviço Social aqui destacadas, contribuem necessariamente para construir, manter, aprofundar e avançar a direção social estratégica do atual projeto ético-político da profissão, conforme estão inscritas nos relatórios dos Encontros Nacionais do Conjunto CFESS/CRESS e de suas Resoluções, nas Diretrizes Curriculares da ABEPSS, na Política Nacional de Estágio, no Plano de Lutas em Defesa do Trabalho e da Formação e da Precarização do Ensino Superior e do Projeto ABEPSS Itinerante, nos relatórios dos ENESS da ENESSO e de suas Cartilhas publicadas no tocante, as quais estão voltadas para a defesa da formação e do ensino superior de modo geral, frente ao recrudescimento da lógica do neoliberalismo, enquanto uma racionalidade do capital.

A presente pesquisa vem contribuir junto a outros estudos sobre essa temática, mas precisamente na direção de mostrar e reafirmar a importância que as entidades representativas da profissão têm para o avanço e manutenção da perspectiva crítica do Serviço Social, sobretudo em tempos considerados adversos para a materialização do seu projeto ético-político, num contexto de avanço do neoconservadorismo na profissão e na conformação da cultura no país, de desmonte dos direitos sociais conquistados pela classe trabalhadora, redução de investimentos em políticas sociais na perspectiva de direitos, além de tendências teóricas, a exemplo das categorias pós-modernas de negação da história, do ataque à tradição teórica marxista, afirmando que esta não mais responde cientificamente as questões sócio-políticas do capitalismo contemporâneo.

Contudo, a categoria profissional reitera sua articulação política junto à classe trabalhadora e segue construindo estratégias coletivas que possibilitem viabilizar na contradição do sistema vigente, a materialidade de seu projeto ético-político. Os dados que apreendemos das entidades representativas do Serviço Social no recorte temporal da primeira década do século XXI (2010-2018) e analisamos, ratificam o compromisso ético-político dessa profissão com os interesses do conjunto de trabalhadores/as, como também se coloca na luta contra hegemônica no horizonte de outra sociabilidade para além do capital.

Portanto, nossa tarefa histórica de construir e manter a conformação da direção social estratégica o do projeto ético-político do Serviço Social continua cada vez mais necessária, requisitando da categoria profissional o compromisso ético-político com os documentos que norteiam a profissão, engajamentos para construir os espaços político-organizativos, a exemplo das entidades representativas: ABEPSS, CFESS/CRESS e das/os discentes ocuparem os espaços do movimento estudantil, notadamente o Movimento Estudantil de Serviço Social – MESS, como a ENESSO entidade possibilita deliberações sobre as demandas da formação profissional no curso de Serviço Social. Como ainda, defender a tradição social marxista, pois foi e continua sendo a teoria que desmistifica os fetiches do capital em seus aspectos econômicos, políticos, culturais e sociais.

Ademais, é imprescindível que as/os assistentes sociais entendam e participem dos espaços coletivos de lutas e resistências da classe trabalhadora. Haja vista que, foram as ações de mobilizações dos movimentos sociais de esquerda, que contribuíram significativamente no processo da virada ídeo-política da profissão no marco da intenção de ruptura, por meio do “Congresso da Virada” em 1979. Ressaltamos ainda, que esse legado necessita ser revitalizado, e ter continuidade junto aos espaços coletivos da categoria, uma vez que, a profissão e as entidades continuam, apesar dos desafios postos no recrudescimento do neoliberalismo, sobretudo nos tempos atuais, que ameaçam o pensamento crítico e a luta dos/as trabalhadoras, construindo resistência endógena e exógena as investidas contra os princípios que conforma o projeto ético-político, no âmbito da formação e do trabalho profissional.

REFERÊNCIAS

- ABRAMIDES, M. B. C. A ANAS e sua relação com o projeto profissional alternativo de Serviço Social no Brasil: contribuições ao debate. *Serviço Social e Sociedade*, n. 30, p. 29-39, mai-ago, 1989.
- ABRAMIDES, M. B. C; CABRAL. M.S. A organização política do Serviço Social e o papel da CENEAS/ANAS na virada do Serviço Social brasileiro. In. Conselho Federal de Serviço Social-CFESS (Org.). **30 Anos do Congresso da Virada**. Brasília, 2009.
- ABRAMIDES, M. B. C. **O Projeto Ético-Político do Serviço Social: ruptura com o conservadorismo**. — São Paulo: Cortez, 2019.
- ABREU, Marina Maciel. **Serviço Social e a Organização da Cultura: perfis pedagógicos da prática profissional**. — 4. Ed. — São Paulo: Cortez, 2011.
- ANTUNES. Ricardo. **O privilégio da Servidão: o novo proletariado de serviços na era digital / Ricardo Antunes**. 1. Ed. - São Paulo: Boitempo, 2018.
<https://www.academia.edu/39897121/O_Privil%C3%A9gio_da_Servid%C3%A3o_e-Livros>. Acesso: Abr 2020.
- ABEPSS. Plano de Lutas Em Defesa do Trabalho e da Formação e Contra a Precarização do Ensino Superior. 2009. Disponível em:
<http://www.abepss.org.br/arquivos/textos/documento_201606211332307577180.pdf>. Acesso em: Abr, 2020.
- ABEPSS. Diretrizes Curriculares para o Curso de Serviço Social 1999. Disponível em:
<http://www.cfess.org.br/arquivos/legislacao_diretrizes.pdf>. Acesso: Jul 2019.
- ABEPSS. Política Nacional de Estágio da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social - **ABEPSS**. Disponível em:
<http://www.cfess.org.br/arquivos/legislacao_diretrizes.pdf>. Acesso: Jul, 2019.
- ABEPSS. **PROJETO ABEPSS ITINERANTE: As Diretrizes Curriculares e o Projeto de Formação Profissional do Serviço Social**. Nov. 2012. Disponível em:
<<http://www.abepss.org.br/projeto-abepss-itinerante-18>>. Acesso: Abr, 2020
- ABEPSS. **PROJETO ABEPSS ITINERANTE 2014 ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM SERVIÇO SOCIAL: desfazendo os nós e construindo alternativas**. Fev. 2014. Disponível em:
<http://www.abepss.org.br/arquivos/textos/documento_201604041620107714300.pdf>. Acesso em: Abr, 2020.
- ABEPSS. **Os Fundamentos do Serviço Social em debate: Formação e Trabalho Profissional**. Jun. 2016. Disponível em:
<http://www.abepss.org.br/arquivos/textos/documento_201607292128532079990.pdf>. Acesso em: Abr, 2020.
- ABEPSS. **Os Fundamentos do Serviço Social em debate: As atribuições e competências profissionais em debate**. abr/ago. 2018. Disponível em:

<http://www.abepss.org.br/arquivos/textos/documento_201804131207199954220.pdf>. Acesso em: Abr, 2020.

BARROCO, M. L. S. **Ética e Serviço Social: fundamentos ontológicos**. 8. Ed. — São Paulo: Cortez, 2010.

BARROCO, Maria Lucia Silva; TERRA, Sylvia Helena. Código de Ética do/a Assistente Social Comentado. Conselho Federal de Serviço Social – (ORG). – São Paulo: Cortez, 2012.

BEHRING, Elaine Rossetti. **Brasil em Contra-Reforma: desestruturação do Estado e perda de direitos**. 2. Ed. — São Paulo: Cortez, 2008.

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social: fundamentos e história**. 9. Ed. — São Paulo: Cortez, 2014.

BRAGA, Ruy. O fim do lulismo. **Por Que Gritamos Golpe?** : para entender o impeachment e a crise política no Brasil. André Singer ... [et. Al], (Orgs). Ivana Jinkings, Kim Doria, Murilo Cleto; [ilustração Laerte Coutinho]. – 1. Ed. — São Paulo: Boitempo, 2016.

CARDOSO, Priscila Fernanda Gonçalves. **Ética e projetos profissionais: os diferentes caminhos do serviço social no Brasil**. 1. Ed. – Campinas, SP: Papel Social, 2013.

CANTALICE, Luciana, B. O. Neoconservadorismo na produção do conhecimento no Serviço Social: tensões entre o pós-moderno e o projeto profissional. **Temporalis**: Revista da Associação Brasileira de Serviço Social, Brasília, n. 32, p. 231-259, jul/dez, 2016. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufes.br/temporalis/issue/view/733>>. Acesso: 23 abr. 2020.

CANTALICE, Luciana, B. O. Projeto Ético-político Profissional do Serviço Social *versus* o avanço ultraconservador no Brasil. 2019. Mimeo.

CHAGAS, Juary. MEIO PASSO À FRENTE E A REVOLUÇÃO PARA TRÁS: os governos petistas de conciliação de classes no Brasil (2003-2016). Rio Grande do Norte, 2019.

CFESS. **Legislação e Resoluções sobre o trabalho do/a assistente social**. Brasília- DF: CFESS, 2011.

CHAVES, C. N. As Dimensões da Pesquisa em Serviço Social: contribuições para compreender a dimensão investigativa no interior do projeto de formação profissional. *In*: GUERRA, Y. LEITE, J. L. ORTIZ, F. G (Org.). **Temas Contemporâneos: o Serviço Social em foco**. 1. Ed. São Paulo, Outras expressões, 2013.

COUTINHO, Carlos Nelson. **Gramsci**: um estudo sobre seu pensamento político. — Rio de Janeiro: Campus, 1992.

CFESS/CRESS. **Sou Assistente Social e Aqui Estão Minhas Bandeiras de Luta!** . Brasília, 2016.

DURIGUETTO, Maria Lúcia. Movimentos Sociais e Serviço Social no Brasil: pós-anos 1990: desafios e perspectivas. *In*. **Movimentos Sociais e Serviço Social: uma relação necessária**. BRAMIDES, M. B; DURIGUETTO, M, L. (Orgs.). — São Paulo: Cortez, 2014. DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A Nova Razão do Mundo**: ensaio sobre sociedade neoliberal. Tradução Mariana Echalar. – São Paulo: Boitempo, 2016.

ENESSO, Estatutos da Executiva Nacional dos Estudantes de Serviço Social. Disponível em: <<https://enessooficial.files.wordpress.com/2013/10/estatutos-a5-12.pdf>>. Acesso em: Abr, 2020.

ENESSO. **CADERNO DELIBERATIVO DA ENESSO**: Encontro Nacional de Estudantes de Serviço Social, 2011. Disponível em: <<https://enessooficial.files.wordpress.com/2011/06/caderno-de-deliberac3a7c3a3o-da-enesso-2011-2012.pdf>>. Acesso em: Abr, 2020.

ENESSO. **CADERNO DELIBERATIVO DA ENESSO**: Encontro Nacional de Estudantes de Serviço Social, 2012. Disponível em: <<https://enessooficial.files.wordpress.com/2011/06/caderno-de-deliberacoes-2012.pdf>>. Acesso em: Abr, 2020.

ENESSO. **CADERNO DELIBERATIVO DA ENESSO**: Encontro Nacional de Estudantes de Serviço Social, 2014. Disponível em: <<https://enessooficial.files.wordpress.com/2015/03/caderno-de-deliberac3a7c3b5es-2014.pdf>>. Acesso em: Abr, 2020.

ENESSO. **CADERNO DELIBERATIVO DA ENESSO**: Encontro Nacional de Estudantes de Serviço Social, 2015. Disponível em: <<https://enessooficial.files.wordpress.com/2011/06/caderno-de-deliberac3a7c3b5es-2015.pdf>>. Acesso em: Abr, 2020.

ENESSO. **CADERNO DELIBERATIVO DA ENESSO**: Encontro Nacional de Estudantes de Serviço Social, 2015. Disponível em: <<https://enessooficial.files.wordpress.com/2018/08/caderno-de-deliberac3a7c3b5es-eness-2018.pdf>>. Acesso em: Abr, 2020.

ENESSO. Carta da Comissão Gestora. Junho, 2017. Disponível em: <<https://enessooficial.files.wordpress.com/2017/08/carta-da-comissc3a3o-gestora-enesso.pdf>>. Acesso em: 22 de Jun. de 2020.

FALEIROS, Vicente de Paula. O Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais na Conjuntura dos Anos 70. In: Conselho Federal de Serviço Social-CFESS (Org.). **30 Anos do Congresso da Virada**. Brasília, 2009.

FILHO, Alfredo Saad; MORAIS, Lecio. **Brasil: neoliberalismo versus democracia**. — 1. Ed. — São Paulo: Boitempo, 2018.

GRAMSCI, Antônio. **Cadernos do Cárcere**, V. 3. Tradução Carlos Nelson Coutinho. — 3. Ed. — Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

GRAMSCI, Antônio. **Cadernos do Cárcere**, V. 2. Tradução Carlos Nelson Coutinho; co-edição, Luiz Sérgio Henrique e Marcos Aurélio Nogueira. — 2. Ed. — Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

IAMAMOTO, Marilda Villela; CARVALHO, Raúl. **Relações sociais e serviço social: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. 38. Ed. — São Paulo: Cortez, 2013.

IAMAMOTO, Marilda, Villela. **Renovação e Conservadorismo no Serviço Social: ensaios críticos**. 8. Ed. São Paulo: Cortez, 2007.